



COMO CHEGAMOS LÁ:

UMA LEITURA POLÍTICA SOBRE O
GOVERNO OLÍVIO DUTRA (1999-2002)

Organizadores

Lucia Camini

Marcos Jakoby

Valter Pomar

Arno Augustin Filho

Ary Vanazzi

Celso Augusto Schröder

David Stival

José Hermeto Hoffmann

Júlio Quadros

Paulo Peretti Torelly

Rosana Tenroller

Entrevista com Olívio Dutra



ELAHP



COMO CHEGAMOS LÁ:

UMA LEITURA POLÍTICA SOBRE O
GOVERNO OLÍVIO DUTRA (1999-2002)

Organizadores

Lucia Camini

Marcos Jakoby

Valter Pomar

Arno Augustin Filho

Ary Vanazzi

Celso Augusto Schröder

David Stival

José Hermeto Hoffmann

Júlio Quadros

Paulo Peretti Torelly

Rosana Tenroller

Entrevista com Olívio Dutra



Como chegamos lá: uma leitura política sobre o Governo Olívio Dutra (1999-2002)

Escola Latino-americana de História e Política

São Paulo, 2025

Organizadores

Lúcia Camini

Marcos Jakoby

Valter Pomar

Autores

Arno Augustin Filho, Ary Vanazzi, Celso Augusto Schröder,

David Stival, José Hermeto Hoffmann, Júlio Quadros,

Paulo Peretti Torelly, Rosana Tenroller

Projeto gráfico e diagramação

Emilio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)



ELAHP

Escola Latino-americana de História e Política

Escuela Latinoamericana de Historia y Política

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
<i>Marcos Jakoby e Valter Pomar</i>	
CRONOLOGIA POLÍTICA DO GOVERNO OLÍVIO DUTRA (1999-2002)	7
<i>Marcos Jakoby</i>	
PERÍODO DE POLARIZAÇÃO	11
<i>Júlio Quadros</i>	
DO LADO DO POVO	29
<i>Arno Augustin Filho</i>	
AS SAÍDAS ENCONTRADAS NO CAMPO JURÍDICO: A BLINDAGEM POSSÍVEL	51
<i>Paulo Peretti Torelly</i>	
A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)	65
<i>Lucia Camini</i>	
PARTICIPAÇÃO POPULAR NO GOVERNO OLÍVIO DUTRA	85
<i>Rosana Tenroller</i>	
A MÍDIA COMO PARTIDO NO GOVERNO OLÍVIO DUTRA	101
<i>Celso Augusto Schröder</i>	
OS EMBATES COM O LATIFÚNDIO E SEUS ALIADOS	115
<i>José Hermeto Hoffmann</i>	
A POLÊMICA DAS PRÉVIAS E O DEBATE NO PT SOBRE O GOVERNO	127
<i>David Stival</i>	
O GOVERNO OLÍVIO: A SÍNTESE DE UMA LUTA DE CLASSES NO RIO GRANDE DO SUL	135
<i>Ary Vanazzi</i>	
ENTREVISTA COM OLÍVIO DUTRA	141
ÁLBUM DE FOTOS	163
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)	181

APRESENTAÇÃO

Marcos Jakoby e Valter Pomar

Nos dias 25 e 26 de abril de 2025, a ELAHP (Escola Latino-americana de História e Política) realizou, em Porto Alegre, um seminário intitulado ***"Como chegamos lá: uma leitura política sobre o Governo Olívio Dutra (1999-2002)"***.

As eleições para governador do estado do Rio Grande do Sul em 1998 e o governo da Frente Popular sempre foram uma referência política importante para os setores democráticos, populares e da esquerda gaúcha.

Seja pelo contexto de polarização política, social e ideológica que permeou a vitória eleitoral, seja pelas mudanças e conquistas construídas pelo governo, seja pelo cerco feroz montado pelas classes dominantes contra o PT e o governo, seja pelas divergências e disputas internas ao campo da esquerda, especialmente ao PT, aquela experiência foi descrita, refletida, analisada e reelaborada de diferentes maneiras, individualmente ou coletivamente, por milhares de militantes da esquerda gaúcha.

Hoje, passadas mais de duas décadas, nos propusemos a revistar aquela experiência, com vistas a extrair dela ensinamentos e

reflexões políticas que possam ajudar velhos e novos militantes e suas organizações a construírem novas vitórias.

Em consonância com esse entendimento, a ELAHP — em conjunto com a editora Página 13 — decidiu não apenas organizar o seminário, mas também um livro, para dar sequência e aprofundamento às análises e às reflexões produzidas ao longo do evento.

Sublinhamos que a maior parte dos autores esteve no seminário. São jornalistas, dirigentes partidários, economistas, educadores, advogados e ex-integrantes do governo. Portanto, não se trata de um livro “acadêmico”, mas uma contribuição para um balanço político daquela experiência. Além dos artigos, o livro conta com uma cronologia de alguns dos principais fatos políticos envolvendo o governo, com um caderno de imagens e também com uma entrevista com o ex-governador Olívio Dutra.

Aliás, para usar palavras do companheiro Olívio Dutra: “Essa é uma semente, mas ela precisa ser insistida, tem que ter mais gente semeando, mais gente cultivando para depois. O terreno é inóspito. Tu tens que mexer mais fundo no terreno. Tu tens que também aperfeiçoar a semente, o mecanismo de semear, de colher. Então, bom, mas é uma construção possível. Então eu acho que a sementeira que nós fizemos é uma coisa positiva. Não são experiências definitivas, mas são exemplos importantes de como elas podem ser aprofundadas, melhor enraizadas e espalhadas e aperfeiçoadas”.

Boa leitura!

Marcos Jakoby e Valter Pomar, os editores



CRONOLOGIA POLÍTICA DO GOVERNO OLÍVIO DUTRA (1999-2002)

Marcos Jakoby

Abaixo, segue uma cronologia de alguns dos principais fatos políticos do Governo Olívio. Portanto, não se trata de uma cronologia das realizações do governo, que foram muitas.

22 de março de 1998 - Olívio Dutra vence Tarso Genro nas prévias do PT no Rio Grande do Sul para a eleição de governador por uma diferença de 191 votos (Olívio 9.469 votos, Tarso 9.278).

4 de outubro de 1998 - 1º turno das eleições a governador. Candidatos/as: Olívio Dutra (PT); Antônio Britto (PMDB); Nelson Vasconcelos (PV); Adilson dos Santos (PRN); Luís Roberto Saraiva Marques (PPS); Luiz Carlos Olinto Martins (PRONA); Emília Fernandes (PDT). Passam para o segundo turno, Britto, com 46,40% dos votos, e Olívio Dutra, com 45,92% dos votos válidos.

25 de outubro de 1998 - 2º turno das eleições a governador. Olívio Dutra vence Antônio Britto, com 50,78% e 49,22% dos votos válidos, respectivamente.

1º de janeiro de 1999 - Posse de Olívio Dutra e Miguel Rosseto como governador e vice-governador. Britto não comparece na cerimônia para fazer a transmissão do cargo, que é feita pelo vice-governador Vicente Bogo (PSDB).

5 de fevereiro de 1999 - Governadores de oposição ao governo federal na época, liderados pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), reuniram-se em Porto Alegre para discutir a renegociação das dívidas dos estados com a União e divulgar a chamada "Carta de Porto Alegre". Olívio Dutra (RS), Anthony Garotinho (RJ), Itamar Franco (MG) e Zeca do PT (MS) foram figuras proeminentes. O documento resultante do encontro, criticava a política econômica federal e as condições impostas aos estados.

Março de 1999 - Inicia a experiência do Orçamento Participativo (OP) em nível estadual com as assembleias públicas municipais, estendendo a experiência que já havia aplicada em sua gestão como prefeito de Porto Alegre (1989-1993).

Abril de 1999 - A Ford decide não se instalar no RS por não aceitar as condições apresentadas ao governo Olívio Dutra para instalar uma montadora da empresa no Rio Grande do Sul. O governo não aceitava um enorme contingente de recursos e subsídios públicos sem contrapartidas e garantias. Poucos meses depois, a Ford anuncia a fábrica na Bahia. O episódio será combustível para uma guerra midiática e simbólica contra o governo e o PT.

26 de agosto de 1999 - Reunião 48 horas antes do início da 22ª Expointer permitiu a realização do evento naquele ano. A FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande

do Sul) resistia em deixar a gestão do Parque de Exposições Assis Brasil e da feira ao governo e pela intenção do mesmo em incluir a agricultura familiar no evento. Os pecuaristas chegaram a articular um boicote à exposição.

3 de abril de 2000 - Encerrada greve de 32 dias do magistério estadual liderada pelo CPERS-Sindicato.

3 de fevereiro de 2000- A Procuradoria Geral do Estado (PGE) ingressou com uma ação cível contra a Ford por quebra unilateral de contrato, reclamando ressarcimento dos valores repassados à empresa.

14 de julho de 2000 - Criado o salário-mínimo regional, o primeiro do país.

Outubro de 2000 - PT foi o partido mais votado nas eleições municipais do Rio Grande do Sul e venceu em 9 das 30 maiores cidades: Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Bagé, Viamão, Gravataí, Alvorada e Cachoeirinha.

30 de novembro de 2000 - Assembleia Legislativa rejeita projeto da nova matriz tributária proposta pelo governo.

25 a 30 de janeiro de 2001 - Primeiro Fórum Social Mundial (FSM) ocorre em Porto Alegre, com cerca de 20 mil participantes de 117 países.

18 de abril de 2001 - Instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a CPI da Segurança Pública, que foi criada para investigar a situação do setor no estado e enveredou pelas supostas relações entre o governo petista e o jogo do bicho. Com o objetivo de desgastar o governo, a CPI se estende pelo ano seguinte.

10 de julho de 2001 - Criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

17 de março de 2002 - Prévias no PT gaúcho definem quem será o candidato do PT ao governo do estado. Tarso Genro vence Olívio Dutra por margem pequena numa disputa muito acirrada: Tarso obteve 18.076 dos 35.572 votos válidos, o equivalente a 51,4%, enquanto Olívio Dutra ficou com 48,6% (17.093 votos).

29 de outubro de 2002 - Segundo turno das eleições a governador. Com 52,7%, Rigotto (PMDB) vence Tarso Genro, que ficou 47,3% dos votos válidos.

1999 a 2002 - Governo Olívio assenta cerca de 5 mil famílias do MST.

Novembro de 2016 - Após a procedência da Ação Judicial e condenação da Ford pelo Poder Judiciário, foi homologado acordo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o estado do RS recebeu R\$ 216 milhões de indenização da multinacional pela quebra de contrato firmado. Em 2021, a Ford anuncia o encerramento da produção de veículos no Brasil..



PERÍODO DE POLARIZAÇÃO

Júlio Quadros¹

Considerando que a atual Constituição do Estado do Rio Grande do Sul foi promulgada no dia 3 de outubro de 1989, e, um ano antes, no dia 5 de outubro de 1988, houve a promulgação da atual Constituição Federal, usaremos esta baliza, levando-se em conta que as eleições seguintes foram feitas sem uma enorme parte do entulho autoritário, oriundo da ditadura militar.

Tendo esta referência, podemos afirmar que, de 1990 até o ano de 2014, o Rio Grande do Sul foi palco de sete disputas políticas e eleitorais com a presença de projetos políticos antagônicos, rivalizando na disputa eleitoral e disputando os rumos políticos do estado. O campo popular, com raiz trabalhista e/ou socialista, foi representado, em 1990, pela candidatura de Alceu Colares (PDT); nas eleições de 1994, 1998 e 2006, por Olivio Dutra (PT) e, nas eleições de 2002, 2010 e 2014, por Tarso Genro (PT).

O campo conservador e neoliberal foi representado nestas disputas, em 1990, por Marchezan (PDS); em 1994 e 1998, por Antônio Brito (PMDB); em 2002, por Germano Rigot-

1. Membro do Diretório Nacional do PT e da Direção Nacional da Articulação de Esquerda; foi presidente do PT-RS e 1997 a 2001.

to (PMDB); em 2006 e 2010, por Yeda Crusius (PSDB); em 2010, por José Fogaça (PMDB) e, em 2014, por José Ivo Sartori (PMDB).

Em cinco oportunidades, das sete disputas, a polarização aconteceu entre nomes do PT representando o bloco democrático e popular e do PMDB representando o bloco neoliberal. Portanto, é nesta perspectiva que devemos entender as disputas de 1994 e de 1998. Na primeira, em 1994, o Partido dos Trabalhadores assume a liderança política, social e eleitoral do bloco democrático e popular no Rio Grande do Sul, e, em 1998, conquista pela primeira vez o governo do estado do Rio Grande do Sul, com a candidatura de Olívio Dutra.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS CONDIÇÕES DA VITÓRIA

O Partido dos Trabalhadores, através da sua direção nos anos 90, possuía uma vocação/determinação dirigente. Possuía a compreensão de que somente um partido dirigente, com nitidez política e militante era capaz de fazer enfrentamento ao neoliberalismo e surgir como força política e eleitoral alternativa.

Para estar à altura dos debates e da luta política no país e no estado, sua Comissão Executiva Estadual possui uma dinâmica de reuniões semanais. Já o seu diretório estadual realizava reuniões a cada dois meses. Em todas as reuniões de sua Executiva e Diretório Estadual, havia o ponto de conjuntura nacional e estadual. Sempre era reservado o tempo necessário para encontrar a formulação política e que buscava orientar a ação dos seus parlamentares estaduais e municipais, seus prefeitos e executivos, bem como todos os seus dirigentes municipais e regionais.

Assim sendo, opinar sobre o tema da Lei Kandir, opinar sobre a renegociação da dívida do estado, opinar sobre o processo de desmonte e privatização, opinar sobre incentivos fiscais a grandes empresas, opinar sobre o abandono da agricultura familiar, aprovar documentos em apoio à luta dos trabalhadores do campo e da cidade, setores médios, era o cotidiano destas instancias.

O seu Diretório Estadual tinha reuniões bimensais, onde todas as representações de chapas e das microrregionais se faziam presentes.

Portanto, toda a deliberação tinha uma capacidade de implementação muito rápida.

Outra preocupação importante estava relacionada ao respeito e cumprimento de resoluções sobre política de alianças. Recordo que, no pleito de 1996, afirmávamos os partidos do campo democrático e popular como possíveis aliados, e que exceções deveriam ser aprovadas na instância estadual. Aconteceu que vários municípios, acima de dez, fizeram coligações com o PMDB e o PDS sem prévia autorização, e contrariando a linha estadual. A instância estadual entrou na justiça, desfez a mesma e tivemos que reconstruir o Partido nestes locais. Mantivemos a nossa nitidez política e ideológica, e isto não impediu a continuidade do nosso crescimento em 1996, ganhando prefeituras num montante de 26, incluindo Porto Alegre, Caxias do Sul, Alvorada, Gravataí, Viamão, Palmeira das Missões entre outras.

Esta coerência e nitidez vai ajudar a impulsionar o processo político organizativo. Chegaremos no final de 2000 e início de 2001 em cerca de 460 municípios com PT organizado através de diretórios municipais e comissões provisórias. E, no ano de 2000,

teremos a eleição em 35 prefeituras, sendo nove entre as 30 maiores do estado: Porto Alegre, Caxias do Sul, Alvorada, Gravataí, Viamão, Cachoeirinha, Pelotas, Santa Maria e Bagé.

Também é fundamental citar, como iniciativa importante, a constituição do Núcleo das Caravanas. Iniciativa inspirada nas Caravanas do Presidente Lula, e que se tornou Núcleo no final de 1994 e começo de 1995. Núcleo formado por militantes experientes de Porto Alegre e da Região Metropolitana, que faziam roteiros em apoio ao Partido e seus candidatos em regiões e cidades onde era muito incipiente o nosso trabalho.

O Movimento Social também vivia um período de ascenso de suas lutas e de resistência à lógica neoliberal, que ganhava contornos claros no país. Havia uma reação potente e organizada contrária à pauta neoliberal de desmonte do Estado, privatizações, transferência de recursos e patrimônio público para a iniciativa privada.

Em 28 de novembro de 1997, acontece a primeira Marcha dos Sem, organizada pela Central Única dos Trabalhadores do RS e por um conjunto de entidades do movimento social, como o MST, MPA², CPERS/Sindicato³, e um conjunto de entidades e sindicatos. Na pauta, a luta contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), denúncia do neoliberalismo, do desmonte do Estado e as privatizações. A mesma, na sua primeira edição, contou com a presença de milhares de lutadores sociais, e também de Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, Raul Pont (prefeito

2. N. do E.: MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores.

3. N. do E.: CPERS/Sindicato, representante dos trabalhadores da Educação no RS.

de Porto Alegre), Pepe Vargas (prefeito de Caxias do Sul, Clóvis Ilgenfritz da Silva, Chico Vicente (presidente da CUT/RS), Júlio Quadros (presidente do PT/RS). Esta Marcha dos Sem foi a primeira de 20 edições.

Os professores e funcionários de escola, através do CEPERS/Sindicato, organizaram as Caravanas Lutar para Mudar de abril a julho de 1998, percorrendo todas as regiões e núcleos do estado do Rio Grande do Sul, questionando o projeto de educação do governo estadual e o quadro de calamidade da escola pública. Em uma das mobilizações, que movimentou mais de 200 ônibus no total, houve um encontro em Santa Rosa com o pré-candidato do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra.

Havia mobilização social intensa, havia disputa política e ideológica contra os símbolos do projeto neoliberal e de integração subordinada.

Recordo que meu batismo de fogo aconteceu no primeiro dia após o encontro estadual, em que fui escolhido presidente do PT gaúcho. Naquele dia 19 de julho, a militância do MST ocupou a área destinada à General Motors em Gravataí, questionando o governo de Britto, que dava volumosas isenções fiscais a esta montadora e não possuía recursos para apoiar a agricultura familiar, fazer a reforma agrária e gerar renda e oportunidade.

Este episódio foi capa no jornal *The New York Times*.

Outra ação de grande repercussão foi a ocupação do plenário da Assembleia Legislativa por parte de lutadores sociais, questionando entre outras coisas a deflagração do processo de privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). Esta ocupação aconteceu no dia no dia 23 de julho,

durante sessão no parlamento gaúcho, se contrapondo a uma manobra da liderança do governo que colocara em votação uma inversão na pauta, dando preferência para a votação da privatização da CRT. Os sindicalistas presentes ocuparam o plenário de votações e lá permaneceram até o dia seguinte, quando, em sessão secreta, no plenarinho, a privatização da empresa foi consumada. Esta ação, assim como o episódio de ocupação da área da GM, trouxe enorme polêmica e fez tornar público algo do dia a dia do estado: a entrega do patrimônio público, que contava com empresas privadas e estatais estrangeiras e como o Grupo RBS. Para registrar, o sindicato dos telefônicos, um dos agentes desta luta, tinha como presidente Jurandir Leite, um militante vinculado ao trabalhismo.

Também cabe destaque, alguns anos após, no dia 6 de abril de 2001, foi marcado um grande ato Internacional de luta contra a Alca em Buenos Aires. Um tema importante, que demonstrava nossa resistência à integração subordinada ao Império do Norte. Um tema que agora volta à cena. Vinte e um ônibus brasileiros, com 600 pessoas que participariam da manifestação contra a Alca em Buenos Aires, foram barrados na fronteira e impedidos de entrar no país pela polícia argentina. Dezesete ficaram no município uruguaio de Paysandú (divisa com Colón, na Argentina) e quatro na divisa de Uruguaiana (Brasil) com Paso de los Libres (Argentina). Os manifestantes presentes, em resposta, trancaram a ponte por várias horas e depois fizeram um ato de protesto no Consulado da Argentina em Uruguaiana. Na qualidade de presidente do PT gaúcho, estava presente, e vários dirigentes estaduais e municipais estiveram juntos.

Cito este conjunto de exemplos para demonstrar que a luta social, a luta política, a luta cultural criavam consciência política. Estas lutas e mobilizações permitiram que temas tidos como difíceis se tornassem elementos de fácil compreensão de cada cidadão e de cada cidadã.

Um terceiro elemento fundamental foi a existência de uma frente política, um bloco democrático e popular, que possuía expressão eleitoral. A Frente Popular.

A eleição de 1994 para o governo gaúcho será a primeira em que o Partido dos Trabalhadores liderará uma frente que polarizará a disputa com o campo neoliberal. Esta frente, liderada pela chapa Olívio Dutra e Eden Pedroso (liderança oriunda do trabalhismo), chegará ao segundo turno. Esta frente, formada por PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB e PSTU, fará 1.560.992 votos, representando 34,73% dos votos no primeiro turno. No segundo turno, contará com o apoio de Sereno Chaise (PDT) representando o trabalhismo. Nossos candidatos ao Senado foram: Raul Pont (PT) e Fulvio Petraco (PSB).

O núcleo fundamental, que naquela eleição levou a esquerda ao segundo turno, a Frente Popular, será mantido para o pleito de 1998. Durante quatro anos, as direções destes partidos, os seus deputados estaduais e federais, e o movimento social organizado farão oposição frontal ao governo e à política neoliberal de Antônio Brito.

Ao longo destes quatro anos, também haverá uma relação qualificada com a direção do PDT, partido de origem trabalhista, e isto permitirá uma união política muito potente no pleito de 1998. O presidente do PSB era Beto Albuquerque, o presidente

do PCdoB era Adalberto Frasson e o presidente do PCB era Daniel Sebastiani. Já o presidente do PDT era Sereno Chaise.

Eleito em 1994 com uma pequena vantagem sobre o petista Olívio Dutra, o governador Antônio Britto (PMDB) sofre oposição da esquerda ao seu projeto. Haverá debate no tema da renegociação da dívida do estado com a União, privatizações e destinação de recursos para grande empreendimento no estado, além de temas pontuais como a Lei Kandir.

Haverá um cordão que será dirigido pelos partidos de esquerda, pelos conjuntos dos movimentos sociais, e fará parte dos embates que aconteciam na casa do povo, a Assembleia Legislativa do RS. E com grande repercussão nos programas de debates de rádio e televisão, e com muita ação judicial procurando barrar tais projetos.

Haverá um mantra: “Britto disse na campanha de 94 que não faria privatizações, mentiu, e faz para grandes empresas as doações que nega para pequenos e médios projetos agroindustriais”, em referência aos incentivos e isenções concedidos principalmente para que a GM e a Ford instalassem montadoras no estado.

Para lembrar, apenas com a privatização de duas partes das companhias de distribuição de energia (CEEE), o estado arrecadou R\$ 3,145 bilhões. É inadmissível para um governo sério manter os subsídios altos para a GM e a Ford quando se sabe que o setor automotivo é um dos que geram menos empregos. O Rio Grande do Sul foi o único estado que, na eleição presidencial de 1994, deu a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva. O PT local venceu as últimas eleições municipais em Porto Alegre e em Caxias do Sul, e três cidades importantes da região metropolitana: Alvo-

rada, Gravataí e Viamão. Além da cidade simbólica de Palmeira das Missões.

O ACORDO DA DÍVIDA

O contrato em questão foi firmado em 1998. Além disso, dois anos antes, em 1996, o então governador Antônio Britto assinou um contrato de refinanciamento da dívida do estado com o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que chegou a ser apontado como a solução definitiva para a crise financeira do estado, que estaria pronto, assim, para ingressar em um novo ciclo de desenvolvimento. José Ivo Sartori, na época, era deputado estadual. Como parlamentar, presidiu a Assembleia Legislativa e foi líder do PMDB no Governo Britto. Na edição do dia 21 de setembro de 1996, a manchete do jornal *Zero Hora* afirmava: “Rio Grande liquida a dívida”. A principal foto da capa mostrava Britto e o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, sorridentes, comemorando o acordo que, segundo o *ZH*, estaria “limpando a ficha dos gaúchos”. Mas o acordo feito por Britto não só não resolveu como acabou agravando a situação financeira do estado.

Na avaliação da Auditoria Cidadã da Dívida, o contrato da dívida, firmado em 1998, no Governo Antônio Britto, foi altamente prejudicial para o Rio Grande do Sul, retirando do Estado a autonomia financeira e administrativa prevista na Constituição Federal. Essa perda de autonomia foi denunciada, em 1999, em um trabalho de auditoria realizado pelos auditores externos do Tribunal de Contas do Estado, que criticaram os termos do contrato. A lei federal nº 9.496/1997 obrigou os estados a alinharem

sua gestão às diretrizes da União, que passou a intervir na gestão financeira dos estados por meio do estabelecimento de metas a serem cumpridas, entre elas a privatização de empresas públicas e o corte de investimentos em serviços essenciais como saúde, educação e segurança.

Um quinto elemento constitutivo das condições para a disputa e vitória em 1998 era, sem dúvida, o exemplo dado pelas administrações populares de Porto Alegre. O Conceito de Participação Popular, através do Orçamento Participativo, que já era referência internacional e objeto de divulgação mundial, de estudos e pesquisas, era algo que as comunidades do interior eram estimuladas a conhecer. Junto a este o conceito de inversão de prioridades, onde era aplicado recursos e definido prioridade de projetos em programas de acordo com as necessidades das comunidades mais carentes, era a mostra de que a política poderia ser diferente.

A ESCOLHA DO NOME E A MONTAGEM DA CHAPA

A escolha do nome do Partido dos Trabalhadores para concorrer ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1998, foi feita através de prévias internas. Dois nomes com trajetória, ambos haviam sido prefeitos de Porto Alegre, disputaram a indicação dos militantes: Olívio Dutra e Tarso Genro.

Foi um processo que mobilizou a militância do Partido dos Trabalhadores do estado do Rio Grande do Sul. O ultimo debate, realizado no dia 19 de março, lotou as dependências do auditório Dante Barone.

E, no dia 22 de março de 1998, Olívio Dutra foi o escolhido, tendo feito 9.469 votos, e Tarso Genro, 9.278 votos. O resultado foi proclamado no dia seguinte, após a superação de um impasse a partir de questionamentos realizados.

ENCONTRO DE LULA E BRIZOLA

Recordo, para registro, um encontro realizado no Hotel Plaza São Rafael, com a presença de Lula, Leonel Brizola, Olívio Dutra, Tarso Genro, Sereno Chaise, Júlio Quadros e Vieira. Foi em janeiro de 1998. Naquela oportunidade, Brizola comentou com Lula: “A legalidade deu certo porque foi uma surpresa para as elites e os conservadores”. “Foi assim na denúncia do Proconsult, via imprensa internacional”. Em “64 não surpreendemos e eles deram o golpe”.

A formação da chapa e da Frente Política e Eleitoral será resultado da combinação de dois fatores.

Primeiro, a decisão do PDT. Mesmo compondo a frente para a Presidência da República, com Leonel Brizola na condição de vice-presidente na chapa liderada por Luiz Inácio Lula da Silva, os trabalhistas afirmavam que a aliança no RS, e em outros estados, deveria ter como reciprocidade uma aliança em torno de Antony Garotinho no RJ.

Em função da realidade dos estados, o PDT lança Emília Fernandes como candidata ao governo e Pedro Ruas como candidato ao Senado.

O PT, no seu Encontro Estadual que reúne cerca de 2000 delegados no Auditório Araujo Viana, formaliza o nome de Miguel

Rossetto como candidato a vice-governador na chapa liderada por Olívio Dutra.

Posteriormente, a partir de uma construção junto aos partidos da Frente Popular, vai indicar José Paulo Bisol, pelo PSB, como candidato à vaga do Senado Federal.

Politicamente, é feito um acordo entre a chapa trabalhista e a chapa da Frente Popular. O alvo da crítica política será o governo neoliberal de Britto, e, havendo segundo turno, o candidato que estiver receberá o apoio.

Isto acontecerá, como veremos adiante. Emília Fernandes e Pedro Ruas vão declarar apoio a Olívio Dutra, assim como no segundo turno, junto com Lula e Brizola, vão participar de caravanas, comícios e caminhadas por todo o estado do Rio Grande do Sul.

A CAMPANHA

A campanha foi deflagrada numa caminhada que teve a presença em Porto Alegre da chapa nacional formada por Lula e Brizola.

Ao final, houve a inauguração do Comitê da Frente Popular, que contou com a presença de todas as lideranças trabalhistas, estaduais e nacionais, mostrando uma unidade política consolidada e maior que a unidade eleitoral.

O conceito da campanha foi “Governo de Verdade”, contrapondo a grande mentira contada pelo governador atual, que tinha na mentira de que “não privatizaria a CEEE e a CRT” o seu grande símbolo.

No primeiro debate, realizado na RBS TV, no primeiro turno já aparecerá o centro da polarização. No sorteio, Olívio Dutra (PT), na primeira pergunta, deve se dirigir a Antônio Britto (PMDB). Olívio Dutra, por convicção e por decisão da coordenação de campanha, perguntará a Britto: “Por que meu oponente disse na campanha de 1994 que não privatizaria a CEEE e a CRT e não cumpriu a sua palavra?”

A campanha também terá outro ingrediente importante: a mobilização da militância política e social.

Havia uma estratégia que procurava combinar a agenda dos candidatos com agendas de mobilização onde a militância assumia o seu papel e protagonismo.

É o caso das agendas de mobilização de cada uma das coordenações regionais e dos principais municípios, e também da Caravana Cultural e do Núcleo das Caravanas.

A Caravana Cultural era formada por artistas, cantores, produtores culturais que faziam shows e comícios nas localidades. E, assim, atraíam simpatia e público em cidades onde tínhamos baixa adesão. Era uma época em que a legislação eleitoral não vedava os comícios com a presença de cantores e artistas, e também não vedava eventos culturais em regiões e cidades, como forma de fazer nossa proposta chegar lá.

O Núcleo das Caravanas era formado por militantes petistas e de esquerda, que se deslocavam, em ônibus contratado, para locais diversos, onde as pessoas ficavam um ou dois dias divulgando nossos materiais e fazendo campanha. Formado por militantes experientes, na sua grande maioria de Porto Alegre e Região Metropolitana, tinham argumentos e experiência para

auxiliar na campanha e depois na organização do Partido onde o mesmo era incipiente.

A RELAÇÃO COM REPRESENTANTE DA MÍDIA

Naquele período, um dos debates centrais dizia respeito à democratização dos meios de comunicação social e o direito à informação. Afinal, os veículos de comunicação social chegavam nas casas e no trabalho das pessoas de forma impressa, visual, e pelas ondas do rádio.

E não foram poucos os exemplos de notória manipulação da informação, da edição de materiais e na própria divulgação das pesquisas eleitorais.

Um dos grandes exemplos foi a edição do debate no segundo turno presidencial de 1989, entre Lula e Collor. A edição do mesmo e a sua veiculação um dia após o debate no Jornal Nacional com certeza impactou o resultado final daquele pleito.

Um segundo exemplo diz respeito à eleição para o governo do Rio de Janeiro em 1982, onde a manipulação dos dados de totalização auxiliado por uma divulgação da mídia oficial foi quebrada quando o governador Brizola chamou a imprensa internacional e denunciou o Proconsult, e com isto assegurou o respeito à vontade popular.

Por fim, um terceiro exemplo diz respeito ao papel de indução das pesquisas eleitorais e a sua divulgação.

As eleições para a Prefeitura de Porto Alegre em 1988 e as eleições para o governo gaúcho em 1994 e 1998 entram neste rol de situações.

O PT e a esquerda gaúcha sempre buscaram ter relações com o conjunto dos veículos de comunicação e suas respectivas entidades representativas. Não tivemos nas campanhas, e nem nos governos, relações privilegiadas, por isto sempre mantínhamos contato com a Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul (Adjori-RS) e a Associação dos Diários do Interior (ADI), assim como todas as redes de TV, rádio e jornal com sede em Porto Alegre.

Os principais veículos sempre tiveram editoriais onde demonstraram as suas preferências e compromissos político e eleitorais. Inclusive no tema da destinação de espaços e horários prioritários a determinados grupos políticos, bem como na contratação e divulgação de pesquisas eleitorais.

Recordo-me de pelo menos duas passeatas espontâneas realizadas em 1998 até a sede do Grupo RBS/*Zero Hora* após a divulgação de pesquisas eleitorais, que buscavam privilegiar/inflar a candidatura do cavalo do comissário. Algumas centenas de militantes se dirigiam à sede deste grupo de comunicação com adesivos no peito com a inscrição “ZH/RBS Mentem” e cantando palavras de ordem dizendo: “Antônio Brito cara de pau, RBS é teu cabo eleitoral”.

De um lado, em nossos debates, tínhamos convicção de que as pesquisas eleitorais não deviam influenciar nas nossas definições estratégicas, e, segundo, tínhamos convicção do grau de manipulação das pesquisas. Ou seja, as pesquisas encomendadas não nos abalavam e não nos dirigiam.

O melhor deste processo de enfrentamento democrático ocorreu na última semana da eleição de 1998, durante o segundo turno.

Primeiro, quando a frente popular entrou com uma ação contra a propaganda que a Televisão Educativa estava fazendo favorável ao candidato oficial. A Justiça Eleitoral, acolhendo a nossa pretensão, tirou do ar por 24 horas este veículo.

O segundo episódio diz respeito a uma pesquisa eleitoral publicada pelo Grupo RBS TV/*Zero Hora* na noite da sexta-feira dia 23 de outubro, contrariando a legislação eleitoral da época. A Justiça Eleitoral acolheu, também, esta representação e determinou que tal pesquisa fosse retirada de circulação e, por consequência, todos os jornais impressos que a haviam publicado.

Foram duas vitórias obtidas junto à Justiça Eleitoral que nos deram a convicção do caminho certo.

Naquela noite de sábado, anterior à eleição, eu, como presidente do PT gaúcho, e o companheiro Miguel Rossetto, nosso candidato a vice-governador, tivemos a missão de procurar e conversar com a mais alta direção do Grupo RBS. E o fizemos naquela noite, quando afirmamos a nossa convicção do resultado eleitoral, da eleição de Olívio Dutra e que esperávamos que este importante grupo respeitasse a vontade popular e o governo que estava prestes a ser eleito.

O fato é que, no dia seguinte, domingo 25 de outubro de 1998, o presidente do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, ligou para a sede estadual do PT procurando falar com o presidente do PT do estado, e este, ao atender, recebeu a informação de que havia sido concluída a boca de urna e eles indicavam que Olívio Dutra estava sendo eleito governador do estado do Rio Grande do Sul.

Foi mais uma informação extraordinária, que nos animou muito, porém não nos tirou da rota de acompanhamento e fiscalização do processo eleitoral.

Às 20h daquela noite, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral confirmou que Olívio Dutra havia vencido aquela eleição. Uma das mais emocionantes e empolgantes eleições da história do Rio Grande do Sul.

O candidato do PT, Olívio Dutra, foi eleito governador do Rio Grande do Sul vencendo Antônio Britto no segundo turno da eleição estadual. Olívio teve 50,78% (2.844.767) dos votos válidos contra 49,22% (2.757.401) de Britto.

Ao final, dezenas de milhares de pessoas tomaram o largo Zumbi dos Palmares e a avenida Loureiro da Silva. Calculou-se em mais de 100 mil. Muitos com suas bandeiras vermelhas de pano, com os seus bigodes, adesivos e adereços, cantando os *jingles* da campanha e com uma certeza: esta foi a disputa e a campanha onde o papel de cada militante, de cada lutador foi fundamental para alcançar a vitória e a eleição de Olívio Dutra. Foi uma vitória e uma conquista de cada um, de todos, foi a vitória da cidadania e da militância política e social.

Da minha parte, a gratidão de quem foi o presidente mais jovem da história do PT gaúcho, tinha apenas 33 anos de idade. Enxerguei e vivi o processo deste local. Por fim, o agradecimento a cada dirigente, a cada militante, a cada trabalhador da campanha. Não tenho como citar os nomes, pois poderei esquecer alguém. Agora, a certeza, todos foram fundamentais. Todos foram imprescindíveis!



DO LADO DO POVO

Uma análise das escolhas fiscais no Governo Olívio Dutra

*Arno Augustin Filho*⁴

Este artigo objetiva fazer uma análise da área fiscal do governo do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1999 e 2002, principalmente a partir das opções políticas e programáticas adotadas.⁵

Governar não é uma ação neutra. Na política fiscal, a existência de diferentes consequências para diferentes grupos sociais ou interesses é uma realidade. As definições do tamanho e das prioridades do orçamento, de quem e quanto se cobra de tributos possuem conteúdo programático. Para quem se governa, se para os interesses ancorados no neoliberalismo ou para o conjunto da população, define as decisões a tomar.

Nosso programa, que usualmente chamamos de programa democrático popular, é bem diferente do programa da elite brasileira, que optou pelo neoliberalismo. Ele concebe o desenvolvimento como social e econômico. Não se trata apenas de

4. Economista, secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (1999-2002), secretário do Tesouro Nacional (2007-2014).

5. Agradeço à economista Aníger de Oliveira pelas contribuições dadas ao presente artigo.

gerar renda, mas também de distribuí-la, sendo o Estado imprescindível para esse objetivo.

No lado neoliberal, minimiza-se a importância do Estado e dos serviços públicos em favor da concentração de renda, e a primazia da rentabilidade financeira especulativa ao invés da economia real. No nosso lado, nos propomos a reconstituir o Estado como elemento de indução da justiça social e econômica, prestar os serviços públicos e distribuir a renda, valorizando o emprego e a economia real.

O Governo Olívio Dutra e Miguel Rosseto foi vitorioso e emblemático porque fez essas opções com nitidez. Sem os tons de cinza das conciliações nas quais, muitas vezes, mesmo governos do nosso campo político acabam perdendo a capacidade de realizar as tarefas populares que deles se esperava.

No artigo, pretende-se abordar os acontecimentos na área fiscal daquele memorável governo a partir da análise das opções programáticas intrínsecas à ação governamental. Trata-se de um balanço necessário, porque a correta leitura do passado é subsídio para acertos nas gestões do presente e do futuro.

O ESTADO EM RUÍNA

O Governo Olívio recebeu o estado em condições fiscais muito desfavoráveis, pois o governo que o antecedeu fez uma opção pelo neoliberalismo que deteriorou as finanças estaduais, dificultou o atendimento público nas áreas sociais, retirou instrumentos de investimento estatal na infraestrutura e no desenvolvimento econômico.

O novo governo precisaria reconstruir o que fora destruído, embora em condições financeiras muito ruins.

O governo de Antônio Britto [PMDB] havia comprometido o estado com uma brutal elevação do pagamento da dívida com a União. Sua principal fonte de financiamento era a venda de patrimônio público. Os mínimos legais de aplicação na área social não eram cumpridos. Mesmo assim, assumiu compromissos milionários de transferência de dinheiro público para grandes empresas.

Para tentar obrigar a continuidade da estratégia privatizante, diziam que, se não houvesse novas privatizações, os salários dos funcionários públicos não poderiam ser pagos. Ou seja, admitiam que haviam levado o Rio Grande do Sul para uma situação de ingovernabilidade.

Durante a campanha eleitoral, o enfrentamento às privatizações e a rejeição à asfixia dos acordos da dívida ficaram muito claros como um compromisso do candidato e futuro governador Olívio Dutra. Nenhum parafuso do patrimônio público seria vendido, a área social receberia os recursos necessários e o desenvolvimento econômico seria impulsionado, principalmente através das cadeias produtivas tradicionais do nosso estado, das pequenas e médias empresas e da agricultura familiar.

O embate entre dois projetos distintos ficou claro.

O então governador e candidato à reeleição Antônio Britto, que procurava iludir o povo do Rio Grande do Sul dizendo que não iria vender o Banrisul⁶, foi confrontado por Olívio

6. N. do E.: Banrisul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

com um documento vinculado ao acordo da dívida pública, assinado pelo próprio Britto, em que este se comprometia com a privatização do banco. Era uma consequência do acordo da dívida do Rio Grande do Sul.

O acordo da dívida havia sido propalado como a salvação do Rio Grande, inclusive com matérias pagas de página inteira no 20 de setembro de 1998, em que a façanha era anunciada com pompa e circunstância ao povo gaúcho. Seria a libertação do garrote da dívida. Anunciada em plena data farroupilha.

Nada mais falso. Na verdade, o acordo impunha uma escravidão financeira ao Rio Grande do Sul.

Pelo acordo, o estado se comprometeu a pagar durante 30 anos o equivalente a 13% de sua receita líquida real nas dívidas renegociadas, ficando parte das dívidas contratuais do estado fora deste limite (extralimite), o que significa, na prática, um percentual maior comprometido com pagamento de dívida. O serviço da dívida praticamente triplicaria, prejudicando o equilíbrio das contas públicas e a disponibilização de uma rede de serviços públicos de qualidade.

A cláusula 4ª do contrato do PROES⁷ registrava o compromisso do governo do estado com a privatização. O pagamento do empréstimo ficaria fora do teto de 13% da receita se, no prazo de 18 meses, o Rio Grande do Sul continuasse com o controle de qualquer instituição financeira. Ou seja, para manter o dispendio dentro dos 13%, o estado seria obrigado a privatizar o Banrisul. Caso contrário, a parcela da dívida relativa ao PROES

7. N. do E.: PROES, Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

passaria a compor a dívida extralimite, comprometendo ainda mais os recursos do estado no desembolso da dívida.

Era evidente que o plano era entregar o patrimônio público para pagar as contas, inclusive para pagar o danoso acordo da dívida. Para isso, o principal ativo remanescente era o Banrisul, mas era também previsível a venda da Corsan⁸ e da Sulgás⁹. E, para garantir e justificar essas vendas, criaram uma verdadeira armadilha para o estado. Ou privatizava ou a dívida se tornaria ainda mais insuportável.

A venda de patrimônio público havia sido significativa. As importantes áreas de infraestrutura de energia e telefonia foram duramente atacadas com a venda da CRT¹⁰ e da parte rentável da CEEE¹¹. Também foi privatizada a companhia União de Seguros e foram extintas a COHAB[-RS]¹² e a Caixa Econômica Estadual (sem economia alguma, uma vez que os servidores eram estatutários e permaneceram no estado, embora sem as funções para as quais haviam sido contratados). Foi implementado um amplo espectro de pedágios em estradas através de concessões extremamente discutíveis, uma vez que implicaram em preços caros sem que houvesse contrapartida de investimento em construção ou duplicação de vias. Pedágios caros meramente para conservação.

8. N. do E.: Corsan, Companhia Riograndense de Saneamento.

9. N. do E.: Sulgás, Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul.

10. N. do E.: CRT, Companhia Rio Grandense de Telecomunicações.

11. N. do E.: CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica.

12. N. do E.: COHAB-RS, Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul.

Estas e muitas outras políticas privatizantes irresponsáveis retiraram do estado as condições para o desenvolvimento de infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento do estado.

O DESAFIO

O novo governo precisou se emancipar da dependência de receita de privatizações como fonte de financiamento. O governo anterior havia arrecadado 4,5 bilhões de reais vendendo empresas públicas rentáveis. Se sustentou nesta fonte suplementar e finita de recursos.

A venda de patrimônio em nada contribuiu para uma melhoria real da situação fiscal. Corresponde meramente a uma opção ideológica do neoliberalismo que cria uma falsa ideia de solução, quando na verdade está se criando problema. Quando um ente público vive de privatização, isso significa que na sequência haverá uma dificuldade fiscal de difícil solução, uma vez que as necessidades de despesa persistirão, mas a receita deixará de existir de forma abrupta.

Trata-se de um desinvestimento que cria uma dificuldade adicional para que o poder público cumpra suas obrigações. Sem empresas de infraestrutura, por exemplo, o estado tem sua capacidade de fomentar o desenvolvimento econômico reduzida de forma significativa. Sem infraestrutura adequada, é bem mais difícil que se obtenha crescimento.

O governo de Fernando Henrique Cardoso havia imposto uma saída leonina para os graves problemas decorrentes da elevada dívida mobiliária dos estados. A solução dada implicou em um ataque ao pacto federativo, pois os estados passariam a ser

totalmente enquadrados em políticas de privatização, redução do investimento e sem condições de prestar um mínimo de atuação na área social e de prestação de serviços públicos para suas populações.

A manutenção dessa linha de atuação em nível federal se consolidou, uma vez que Fernando Henrique Cardoso foi reeleito. A revisão das premissas neoliberais impostas aos estados tornava-se, portanto, uma tarefa muito difícil.

Outra dificuldade decorria da erosão da base de arrecadação do ICMS por uma política de benefícios tributários concedidos a grandes empresas. Exemplos mais conhecidos dessa política nefasta são o das montadoras GM e Ford, mas houve muitos outros casos. Doação de recursos públicos a grandes empreendimentos que não precisavam, e sem retorno aos gaúchos.

Como consequência, a base de arrecadação do ICMS que o novo governo recebeu estava deteriorada, o que dificultava a recomposição de receitas para o desenvolvimento social e econômico do estado.

Além disso, em 1996, o Governo Federal encaminhou e conseguiu a aprovação da Lei complementar 87/96, a chamada Lei Kandir. Na época, a Prefeitura de Porto Alegre e muitas outras unidades da Federação se posicionaram contra, mas o Governo Britto apoiou entusiasticamente sua aprovação.

Os estados e municípios tiveram perdas significativas, uma vez que foi isento o ICMS de bens primários e semielaborados exportados. Antes dessa legislação, apenas os bens industrializados exportados eram isentos. Além disso, os bens de capital passaram a ter crédito no ICMS. A consequência foi trazer difi-

culdades para as finanças dos estados e municípios, uma vez que a compensação oferecida foi parcial e transitória, deixando de existir em pouco tempo.

A Lei Kandir também trouxe problemas para nossa economia. A atividade econômica no Brasil (e no Rio Grande do Sul) foi prejudicada, pois produtos primários passaram a ser exportados antes da industrialização. Como exemplo, a desoneração fazia com que a produção de óleo de soja fosse diminuída e passássemos a exportar mais soja *in natura*. Mas o efeito era sobre praticamente todas as cadeias, e o resultado foi de recessão e desemprego.

O desafio fiscal se tornava ainda maior, porque havia uma deterioração relevante dos serviços públicos e do investimento, que, portanto, precisavam ser reconstruídos, o que obviamente exigiria uma grande quantidade de recursos financeiros.

A adoção de um brutal arrocho salarial significava a necessidade de reposição de perdas significativas em várias áreas de atendimento à população, como era o caso do magistério. Não havia a aplicação dos recursos necessários na saúde, a área de habitação havia sido extinta e 1.654 servidores da segurança haviam sido demitidos através de um PDV¹³. A conhecida destruição do Estado do neoliberalismo havia sido aplicada com grande vigor.

Todas essas circunstâncias tornaram os óbices fiscais uma restrição importante a ser removida, sob pena de uma inviabilização do programa de governo eleito. Mas não havia dúvida sobre o que fazer. A própria disputa durante a campanha eleitoral já havia demarcado o caminho.

13. N. do E.: PDV, Plano de Demissão Voluntária.

AFIRMANDO O PACTO FEDERATIVO

Uma das primeiras ações do novo governo foi mobilizar-se para a revisão das condições do acordo da dívida e da retomada do respeito ao pacto federativo.

O Rio Grande do Sul, junto com outros sete estados abriram um movimento dos governadores na defesa da federação. Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Amapá e Acre eram os estados diretamente envolvidos. Esses estados, que não eram politicamente ligados ao governo de Fernando Henrique Cardoso realizaram vários encontros nacionais, inclusive com a presença de lideranças nacionais como Lula, Brizola, Miguel Arraes, dentre outros. Mesmo os governos estaduais com vínculo político com o Governo Federal atuaram conjuntamente para que houvesse encontros de todos os governadores com a União para rever a questão federativa, o que ocorreu em várias oportunidades. Foi um importante movimento de afirmação do pacto federativo que colocou o Governo Federal na defensiva, e o obrigou a ceder em vários aspectos em negociações conjuntas com os estados, mas também em tratativas bilaterais.

O Governo Federal temia a reação do mercado financeiro a essas negociações e por isso era importante para ele que as concessões não parecessem uma renegociação da dívida. O Governo Federal só aceitava ceder através de subterfúgios que não pudessem ser vistos como uma revisão das normas leoninas de tratamento aos estados e município exigidas pelo mercado financeiro especulativo.

Embora o resultado das negociações propiciadas pelo movimento federativo estivesse aquém da implementação de uma justiça federativa completa, o que foi conseguido foi muito relevante.

Algumas medidas gerais sobre os acordos da dívida foram conquistadas. A principal foi a redução dos valores pagos mensalmente. Como o Governo Federal, por temor da reação do mercado financeiro especulativo, não queria uma redução explícita, o caminho foi manter o percentual de 13% sobre a receita, mas alterando a base sobre o qual este percentual incidiria.

Para o Rio Grande do Sul, dívidas consideradas extralimite (pagas além do limite de 13% da Receita Líquida Real), foram incorporadas para dentro do limite de comprometimento da RLR, como grande parte do financiamento do PROES.

O Governo Olívio conseguiu convencer o Governo Federal a desistir da privatização do Banrisul, pois não atendia aos interesses do estado nem à vontade da sua população nem do seu governo. E a cláusula que obrigava a privatização do banco foi excluída. Foi uma vitória significativa, que inclusive propiciou a aprovação de uma emenda à Constituição Estadual estabelecendo a proibição à privatização do Banco (e de outras estatais remanescentes), exceto se houvesse um plesbício que a aprovasse.

Graças a essa conquista política, o Banrisul continua público. Ainda que os governos neoliberais que vieram posteriormente tenham vendido estatais e extinto fundações e estruturas públicas, o Banrisul resistiu a tudo isso e continua a prestar serviços relevantes para o nosso desenvolvimento.

Mesmo com as alterações conquistadas no acordo original, o pagamento do serviço da dívida foi um fardo pesado.

O acordo é de 1998, mas só era prevista a sua implementação em 1999, ou seja, sob um novo governo. Até 1997, o Rio Grande do Sul pagou aproximadamente 6% da Receita Corrente Líqui-

da. A partir de 1999, o serviço da dívida dobrou, passou a ser de aproximadamente 12% da RCL. Mas sem a renegociação, se permanecesse o acordo de 1988, o serviço da dívida seria aproximadamente três vezes maior.

Ocorreram uma série de outras compensações que foram financeiramente muito significativas. O Governo Federal concordou em fazer pagamentos de valores elevados de obras delegadas em estradas nos termos da Medida Provisória 82/2002 e pagou créditos antigos que vinham sendo discutidos há décadas relativos a obras delegadas portuárias realizadas pelo DEPRC¹⁴, assim como outros direitos do estado. A novação de CVS¹⁵ junto à Caixa Econômica Federal foi agilizada, o que se transformou em valiosos recursos financeiros. Os financiamentos do estado junto a instituições multilaterais foram mantidos apesar de uma ameaça inicial de cancelamento.

Na esteira da discussão federativa suscitada pelo movimento dos governadores, os estados propuseram uma rediscussão da chamada Lei Kandir, a Lei Complementar 87/96 de 13 de setembro de 1996. Não havia compensação financeira suficiente para as perdas por ela provocada para estados e municípios, além de que a compensação estava se tornando nula. O mecanismo da compensação, chamado seguro receita, fazia com que qualquer crescimento real do ICMS implicasse em uma perda da compensação. Ou seja, o aumento do ICMS não trazia aumento das receitas disponíveis para estados e municípios já que o crescimento era descontado na compensação.

14. N. do E.: Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

15. N. do E.: CVS, Certificado de Variação Salarial.

Embora as perdas da Lei Kandir não tenham sido nem de longe zeradas, o movimento conseguiu avanços importantes. A lei complementar 102 de 11 de julho de 2000 alterou a sistemática de compensação, possibilitando que o ressarcimento continuasse independentemente do crescimento real do ICMS. Também estabeleceu que a utilização dos créditos no ICMS dos bens de capital ocorreria ao longo de 48 meses e jogou a previsão de compensação de bens de usos e consumo para um futuro longínquo.

A nova forma de compensação foi fundamental, pois sem ela qualquer estratégia de crescimento do ICMS tendia a ser ineficaz, pois seu efeito seria o de diminuir a compensação. Ocorre que era necessário um significativo crescimento real da receita, pois sem ele não se poderia pagar as contas em dia e muito menos reconstruir os serviços públicos colapsados.

Alterada a Lei Kandir, a estratégia da Frente Popular foi a de não conceder e de revogar incentivos para quem não precisava, combater a guerra fiscal e a sonegação e conseguir um crescimento expressivo da receita.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA, DO EMPREGO E DA RECEITA PÚBLICA

O Governo Olívio já iniciou com uma diminuição das alíquotas do ICMS, decorrente da postura da maioria conservadora da Assembleia Legislativa, que reserva alíquotas maiores exclusivamente para seus governos. Isso significou perda relevante de arrecadação.

Com o objetivo de uma maior justiça tributária e de indução do crescimento e desenvolvimento econômico (e dessa forma indireta também na arrecadação), enviamos uma proposta de

alteração tributária. A proposta de nova matriz tributária reduzia alíquotas de produtos de consumo popular e para as cadeias produtivas que necessitavam incentivos (como era o caso da agroindústria, por exemplo), e aumentava um pouco a alíquota de atividades que não penalizariam a economia local. A nova matriz tributária foi levada para análise do Orçamento Participativo e obteve a sua aprovação.

No entanto, a proposta não foi aprovada na Assembleia Legislativa, apesar da ampla discussão que teve na sociedade gaúcha e o apoio das cadeias produtivas gaúchas e da aprovação do Orçamento Participativo. Impedir o sucesso de um governo popular era mais importante para os partidos de direita do que gerar empregos e desenvolvimento.

Apesar do revés imposto pela direita, a discussão das vantagens de uma política tributária que incentivasse as cadeias produtivas locais levou o governo a implementar vários dos incentivos, mesmo sem a compensação das alíquotas maiores. O incentivo gerado nas atividades mostrou ser uma opção eficiente, ainda que sem compensação de alíquotas.

A concessão de generosos benefícios a grandes empresas foi substituída por incentivos a cadeias produtivas nas quais se sobressaem as pequenas e médias empresas e a agroindústria. Foi uma grande inversão de política tributária que teve um resultado econômico positivo.

Foi alterada a lei do ICMS para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, reduzindo o imposto para 250 mil empresas que empregavam 320 mil trabalhadores. E as novas empresas

ganharam benefício da isenção ou de redução do ICMS com a ampliação do limite de enquadramento.

Novos critérios foram definidos para o Fundopem¹⁶, privilegiando a geração de empregos e a desconcentração regional. Além disso, seu gerenciamento foi democratizado. Houve revisão de vários contratos durante o nosso governo houve até o cancelamento de contratos de papel.

O Projeto Barreiras teve como principal objetivo a proteção da economia e dos produtores gaúchos, eliminando distorções provocadas pelas diferenças entre as alíquotas internas e interestaduais do ICMS. Por intermédio da cobrança das diferenças de alíquota do ICMS na entrada do estado, evitamos a concorrência desleal aos produtores e comerciantes do nosso estado ao mesmo tempo que combatemos a sonegação.

O combate à sonegação foi feito de maneira efetiva através de uma política clara que combinava autonomia para o trabalho de fiscalização com um plano de trabalho eficiente, que implantou o autoatendimento e realizou uma modernização tecnológica ampla, o Promofaz (Programa de Modernização Fazendária). A cobrança de devedores em dívida ativa cresceu 23,5% e os parcelamentos foram substancialmente elevados. A inadimplência caiu bastante e não foi dada nenhuma anistia a sonegadores ou devedores.

O crescimento da economia gaúcha e o emprego foram objetivos centrais. A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa relativa ao ano de 2002 deixou isso claro:

16. N. do E.: Fundopem, Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

“Como já salientamos, ao contrário do governo anterior, recusamos a premissa da estagnação ou da ineficiência de nossa economia. Estrangulamentos promovidos por políticas macroeconômicas desastrosas e pela desatenção de sucessivos governos estaduais não podem ser confundidos com problemas estruturais. Os fatos recentes demonstraram como correta a nossa afirmação de que a economia gaúcha possui capacidade de resposta e de rápido crescimento.” (página 14)

“Nosso objetivo central é a geração de emprego. Neste sentido, é fundamental fortalecer a economia local, redistribuindo renda, na busca da constituição de um mercado interno de massas, fomentador do crescimento econômico equilibrado.” (página 13)

“O investimento na infraestrutura social, com obras em saneamento básico, habitação, eletrificação, comunicação, transporte e circulação, se destaca entre as ações do governo na promoção do desenvolvimento, não apenas como um requisito indispensável para a atração e a realização de novos investimentos, mas também como um elemento dinamizador da economia, devido ao seu potencial de geração de emprego para a população com menor qualificação e mais atingida pelo drama social da falta de postos de trabalho.” (página 13)

“Assim, nossa política industrial centrou-se no fortalecimento da estrutura industrial existente no estado, com ênfase para o apoio aos Sistemas Locais de Produção; no fomento à implantação de segmentos estratégicos, através do fortalecimento do ambiente econômico, aliado à resolução de gargalos produtivos e tecnológicos; e no apoio às atividades associativas, apontando

um novo rumo para a organização econômica, social e cultural da sociedade.” (página 14)

A estratégia de ampliar o crescimento teve muitos componentes, como os Sistemas Locais de Produção, voltados para apoiar a matriz produtiva gaúcha. O conjunto das nossas ações de fomento industrial beneficiaram cerca de 25 mil empresas (46% das 54 mil existentes), especialmente as pequenas. A extensão empresarial beneficiou 13,2 mil empresas industriais, a promoção comercial 2,6 mil empresas e a capacitação comercial e a capacitação empresarial 4,3 mil.

O sistema financeiro estadual teve papel relevante no desenvolvimento. O Banrisul, o BRDE¹⁷ e a recém-criada Agência de Fomento foram decisivas para a atividade econômica e tiveram elevada lucratividade, mostrando o acerto de terem sido mantidas como instituições públicas.

O importante é que todas estas e outras ações para o desenvolvimento foram feitas olhando para os pequenos, para o emprego e para a renda dos gaúchos, substituindo o desperdício que era a doação do dinheiro público para grandes empresas multinacionais. Foi uma disputa do projeto neoliberal contra o projeto de desenvolvimento democrático popular.

O caso Ford foi emblemático dessa disputa. Considerando a dramática situação financeira deixada pelo Governo Britto e o programa de governo eleito pela população do Rio Grande do Sul, era esperado que ocorressem renegociações com as empresas que receberam generosos termos concedidos pelo governo neoli-

17. N. do E.: BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

beral. A General Motors, a Souza Cruz e muitas outras empresas encararam isso com naturalidade e renegociaram.

Mas a Ford não. Insuflada pela radicalidade dos grupos políticos que perderam a eleição e queriam se vingar do povo e pela interferência indevida do Governo Federal, a empresa não aceitou revisão alguma. Queria tudo. O Governo Federal chegou ao absurdo de editar uma medida provisória que estabeleceu novos termos ao regime automotivo do Nordeste exclusivamente para permitir ainda mais lucro extraordinário para a Ford se instalar na Bahia.

Mas o tempo é o senhor da razão. Em novembro de 2016, a Ford se viu obrigada a ressarcir o Rio Grande do Sul, em juízo, em 216 milhões de reais devido a sua saída do estado. E mais recentemente abandonou o país, levando seu lucro extraordinário para o exterior e deixando desemprego e um enorme prejuízo para o Brasil.

Ao longo dos quatro anos de mandato da Frente Popular, as políticas de desenvolvimento viabilizaram um crescimento do Rio Grande do Sul maior do que o do Brasil, e a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre teve a maior queda de todas as regiões metropolitanas do país.

Como resultado das ações de combate à sonegação, das políticas tributárias de incentivo à produção gaúcha e do crescimento econômico, as receitas tributárias tiveram um grande impulso.

De 1998 a 2002, mesmo que com alíquotas menores, a receita do ICMS teve um crescimento real em relação ao IPCA de 34,9%.

O combate do Rio Grande do Sul à guerra fiscal, como ocorreu no caso da Ford, auxiliou decisivamente na construção de uma opinião comum entre os estados de que a guerra fiscal prejudicava a todos. O resultado foi uma proposta de reforma tributária que unificava nacionalmente o ICMS e proibia a guerra fiscal. O Governo Federal e uma representação do Congresso participaram das discussões e criou-se uma primeira base consensual para a matéria. Embora a proposta não tenha sido encaminhada naquela gestão, o consenso criado já se fez presente na Reforma Constitucional de 2003 e se tornou realidade na importante Reforma Tributária de 2023, que finalmente enterrará a guerra fiscal do ICMS.

INVERTENDO AS PRIORIDADES

No Governo Britto, o Rio Grande do Sul aplicou na média dos quatro anos apenas 5,9% da Receita Tributária Líquida em Saúde. Cumprindo seu Plano de Governo, Olívio apoiou a inserção na Constituição Estadual da emenda Constitucional 25, de junho de 1999, que determinou no parágrafo terceiro do artigo 244 uma aplicação de 10% da Receita Tributária Líquida em ações de saúde. O estado passou a cumprir esse objetivo, fazendo com que o investimento em saúde tivesse um aumento expressivo, de mais de 70% em relação a RTL.

Assim como na saúde, o gasto em educação precisou ser recomposto, aplicando-se o limite mínimo de 35% da Receita Líquida de Impostos previsto na Constituição Estadual, que não vinha sendo aplicado.

Foram contratados os servidores que faltavam nas áreas sociais, as recomposições salariais dos servidores foram feitas, as aplicações em áreas como saúde, educação e segurança aumentaram, iniciou-se um programa estadual em reforma agrária, criou-se a universidade estadual e os investimentos em obras foram significativos.

Na área de segurança, foi possível contratar mais de 3.500 servidores, o que contrasta frontalmente com os mais de 1.600 servidores que saíram através de um PDV no governo anterior.

Foram criados ou reestruturados diversos planos de carreira, concedidos reajustes e diminuída a distância entre os salários menores e maiores com aumentos salariais de 8% a 47% considerando apenas os reajustes.

Todas essas e muitas outras ações exigiram uma enorme quantidade de recursos financeiros. Para alcançá-los, foi necessário um enorme esforço tributário (aumento da arrecadação) e fiscal (realocação de prioridades de despesa) para criar condições para cumprir com o nosso compromisso com a área social, com o emprego e com o desenvolvimento.

Combateu-se o desperdício cortando os gastos supérfluos. Por exemplo, as verbas de publicidade foram diminuídas em 46% e foram democratizadas. Mais de 350 veículos de comunicação do interior do estado receberam repasses. Certamente o maior corte foi a não transferência de dinheiro público para quem não precisava, como demonstra o caso Ford.

Um importantíssimo instrumento de gestão e democratização das decisões foi implementada através do Orçamento Participativo estadual. A definição das prioridades pelo OP per-

mitiu que a população decidisse o que era prioritário face às necessidades sociais abrangentes e à limitação do orçamento estadual. Mas também criou legitimidade para os cortes de ações não prioritárias.

Enganam-se os que pensam que o Orçamento Participativo tende a apenas aumentar as despesas. Ele também cria base política para cortar gastos, impedir benefícios tributários para quem não precisa, combater a sonegação e aumentar a receita. É portanto também um importante mecanismo para a construção de equilíbrio fiscal e que foi fundamental para o sucesso do governo.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procurou-se demonstrar que, para a reconstrução do poder público após um período de destruição neoliberal, o caminho é o de manter os compromissos programáticos e aplicá-los com firmeza.

A conciliação com o neoliberalismo só leva a derrotas. Esta questão é importante porque muitas vezes a pressão da realidade e as amarras que o neoliberalismo constrói acaba se impondo, obrigando governos populares a ceder em seu programa. E, quando isso ocorre, o resultado pode ser desastroso.

O Governo Olívio Dutra e Miguel Rosseto é lembrado como um governo bem-sucedido, que não se dobrou às armadilhas que o governo anterior havia montado. Parecia impossível sair delas, principalmente no lado fiscal.

O secretário da Fazenda do governo anterior, já no período de transição de governo, deu uma declaração que ficou célebre:

se não houver privatização já em abril (de 1999), o estado não pagará mais o salário dos servidores em dia.

Essa declaração correspondia ao fluxo de caixa que havia sido contratado por aquele governo, em especial considerando os compromissos financeiros que haviam sido assumidos para o futuro, como o pagamento milionário para a Ford e os termos do acordo da dívida.

Nosso governo só pagou o salário dos servidores rigorosamente em dia porque fez opções duras, como não aceitar os termos do acordo leonino da dívida e recusar-se a dar dinheiro público a quem não precisava, como era o caso da Ford. Enfrentar adversários poderosos implicou em oposição radical desses interesses ao governo popular. Nossos adversários e a imprensa comprometida com a visão neoliberal estabeleceram uma oposição radical e desleal.

Mas a inversão de prioridades prevista em nosso programa foi cumprida e, mesmo assim, os resultados fiscais foram muito melhores do que no governo anterior. Inverter prioridades colocando o povo e não os grandes interesses como prioridade é possível e desejável.

Os salários foram pagos sem sequer um dia de atraso e não houve venda do patrimônio público. Sequer um parafuso. A profecia do governo anterior não se cumpriu.

E naquela experiência se constituiu um símbolo de gestão que é lembrada com enorme saudade pelo povo gaúcho.



AS SAÍDAS ENCONTRADAS NO CAMPO JURÍDICO: A BLINDAGEM POSSÍVEL

Paulo Peretti Torelly¹⁸

“A ciência é a luz de uma vela na escuridão.” A inspiração na conhecida frase de Carl Sagan e a aparente dimensão positivista que veicula para enfatizar a virtude maior da modernidade na busca da racionalidade – ilustrada com propriedade pelo grande cientista no livro *O mundo assombrado pelos demônios* – é tomada de empréstimo para retratar, e provocar em todos os sentidos, uma reflexão sobre o significado e o alcance do que seja “jurídico”, dado que este é o objeto de entendimento da filosofia e das Teorias do Direito e está longe de qualquer consenso em face do conjunto da sociedade e das relações políticas nela estabelecidas. Há algum tempo, por esta precisa razão – tendo presente que, tal como o Brasil é uma nação de 210 milhões de técnicos de futebol, hoje também é uma nação de 210 milhões de juristas –, se faz necessário, diante de qualquer interlocutor que queira falar

18.Procurador-geral do estado do RS no Governo Olívio Dutra (1999-2002). Advogado, graduado pela UFRGS em 1988, mestre (PUC-RS) e doutor em Direito (USP). Foi secretário-geral adjunto da OAB/RS (1998).



sobre questões jurídicas, preliminarmente fazer duas perguntas: qual o seu conceito de direito e qual o seu conceito de Estado?

A grande controvérsia residiria justamente na legitimação, conferida pelo constitucionalismo contemporâneo, para a tomada de decisões “técnicas” pelo Poder Judiciário, com lastro no que seja o direito, para obstar decisões e políticas públicas definidas por agentes públicos eleitos. Com tal reflexão, será possível adentrar no tema proposto, qual seja, os entraves de ordem legal postos por segmentos sociais conservadores, presentes na sociedade e fortemente representados no Poder Judiciário, diante de um governo eleito pelo povo do Rio Grande do Sul – ainda sob os efeitos da longa noite escura de uma ditadura – com o assumido compromisso de inverter prioridades para colocar o orçamento público e a estrutura administrativa a serviço da maioria da sociedade sem deixar de contemplar toda a cidadania em políticas públicas.

Trata-se da efetivação do que se conhece, desde o final das duas guerras mundiais, como Estado de Bem-Estar Social, o que no Brasil, mesmo diante do assumido compromisso de inclusão social presente na Constituição de 1988, encontrava e ainda encontra forte resistência em segmentos conservadores por conta dos paradoxos de uma economia nacional largamente financeirizada e que já se desindustrializava fortemente no final do século 20, com o agravante da pesada carga de um passado histórico nacional de colonialismo escravocrata e patrimonialismo que ainda molda as relações da elite dominante com o espaço e a coisa públicas.



A definição do que é o Direito ou o que são os direitos ocupa bibliotecas inteiras e representa um debate em aberto, pois a regulação de condutas configura uma disciplina humana prática identificada como Ciências Jurídicas e Sociais. Há, ainda assim, um elevado consenso, talvez quebrado apenas pelo pensamento anárquico, de que desde o final dos tempos medievais o Estado detém, na síntese de Max Weber, o monopólio do uso legítimo da força, pois a ninguém é dado usar a própria força para buscar efetivar o que entende ser o justo. O direito – que vai muito além do Direito posto pelo Estado, mas nele encontra o maior e principal fator de determinação e efetividade – busca sobremaneira a paz social, com o que assegura direitos individuais, coletivos e sociais em uma dada ordem em constante processo de legitimação pelo todo maior da sociedade, o que pode ser sintetizado no ponto de equilíbrio posto pela fórmula ***Estado Constitucional Democrático, Ecológico e Social de Direito***.

Sim, a longa e analítica síntese descritiva busca contemplar o que expressa o constitucionalismo contemporâneo e ao mesmo tempo revela a fragilidade do que estava em disputa no Rio Grande do Sul e no Brasil naquele período de 1999 a 2002. Guardadas as diferenças e peculiaridades de cada período, a disputa de então ainda hoje está presente, pois os textos legais são, tal como toda a linguagem, polissêmicos. A efetivação do que consta na Constituição de 1988 ainda depende de uma forte consciência social e participação cidadã de amplos segmentos da sociedade para ganhar concretude. Este foi o gigantesco desafio enfrentado pelo Governo Olívio Dutra no período de 1999 a 2002, período imediatamente antecedente ao primeiro governo do presidente



Lula e que, por isto mesmo, serviu de experiência prática diante dos desafios que o Brasil e o mundo ainda iriam experimentar.

Colocadas estas premissas, é necessário referir diretamente que a Constituição de 1988 confirmou a tradição republicana brasileira e consagrou o Supremo Tribunal Federal enquanto Tribunal da Federação, pois é da competência da Suprema Corte do Brasil julgar “as causas e os conflitos entre a União e os Estados” (art. 102, inciso I, letra “F”). A mesma Carta Maior, promulgada na superação da ditadura civil-militar de 1964, inovou ao reconhecer a antecedente representação por inconstitucionalidade como verdadeira “ação direta de inconstitucionalidade de lei”, quando também instituiu, no texto originário ou emendado pelo poder reformador, as demais ações que viabilizaram a efetividade do chamado controle concentrado de constitucionalidade dos atos do Poder Legislativo e normativos em geral, com o que atribuiu ao STF a competência para julgar tais demandas e, além de contemplar a violação de preceitos fundamentais, ampliou o leque de legitimados para a propositura destas ações (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI; Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC; Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF).

Tais informações são fundamentais para que se entenda a relativa facilidade da abordagem teórica e institucional diante da aguerrida atuação de 43 deputados estaduais oposicionistas – em um universo de 55 deputados estaduais que integram a Assembleia Legislativa do RS – no período de 1999-2002. Uma suposta “facilidade” que por certo não passa de um eufemismo diante do

hercúleo trabalho então desenvolvido pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS) para institucionalmente blindar o governo e assegurar perante o STF a realização do programa eleito pelo povo gaúcho, mas que bem expressa a realidade diante do agravamento dos casuísmos do Poder Judiciário local. Ainda assim, nada se compara aos abusos e arbitrariedades que posteriormente permitiriam as atrocidades de um processo de impeachment fraudulento e da prisão de um ex-presidente da República sem provas e desconsiderando o devido processo legal em face da Operação Lava-Jato. A realidade é que os compromissos e responsabilidades sociais e institucionais do Governo Olívio Dutra foram assegurados, diante de um intenso ativismo judicial local, perante o Supremo Tribunal Federal.

Para encaminhar esta breve reflexão e sem prejuízo de tantas quantas forem necessárias, basta referir que naquele período, além de diversos pareceres para elucidar questões jurídicas prosaicas postas por interpretações orientadas pela militância oposicionista, tal como o questionamento do cabimento e da legitimidade legal de os gestores da Secretaria da Educação consultarem a comunidade no que se chamou de Constituinte Escolar, a PGE/RS interpôs inúmeros recursos e mais de uma centena de ações no Supremo Tribunal Federal. Muito além das exitosas ações para questionar o contrato da dívida do RS com a União, quando, nos primeiros dias de governo, se obteve medida liminar no STF na *Ação Cível Originária nº 545* para caucionar a primeira parcela de um lesivo repactuamento celebrado alguns meses antes pelo governo estadual antecedente – dado que as novas condições contratuais entravam em vigor justamente em



janeiro de 1999, primeiro mês do Governo Olívio Dutra –, foram inúmeras as demandas que encontraram bom termo no STF e mesmo no STJ. Basta referir que o Orçamento Participativo, após mais de um ano travado por decisão liminar do órgão especial do Tribunal de Justiça do RS, que impedia qualquer gasto público com a realização das reuniões e consultas que definiam e viabilizavam a participação da sociedade nas decisões sobre os investimentos públicos, foi prontamente autorizado pelo STJ logo que se instaurou a competência do Tribunal da Cidadania brasileira para apreciar o tema em Recurso Especial, pois reformou a decisão para permitir o legítimo, pleno e regular funcionamento da democracia participativa no Rio Grande do Sul.

Acerca das demandas questionando o contrato da dívida, foi a partir deste amplo e intenso questionamento judicial que se viabilizou o repasse de recursos pela União para assegurar o fluxo de caixa e o cumprimento das obrigações do Estado, mas sobremaneira desde então as balizas jurídicas levantadas orientaram e redefiniram o debate acerca da imprescindível busca de equilíbrio no pacto federativo, o que se deu nas ***Ações Cíveis Originárias***, movidas perante o STF contra a União Federal, de ***Cautelar de Caução nº 545, Declaratória e Revisional de Contrato nº 552 (Ação Principal) e de Indenização de Natureza Condenatória Cumulada com Cominatória nº 548***, demandas que contaram com o suporte de um magistral PARECER ofertado ao Rio Grande do Sul sem ônus pelo professor Washington Peluso Albino de Souza, da Faculdade de Direito da UFMG, considerado o pai do Direito Econômico no Brasil por conta de sua vasta obra doutrinária de referência sobre

o tema e por ter obtido êxito na identificação da autonomia desta disciplina no inciso I do art. 24 da Constituição (PARECER publicado no livro *Constituição Econômica e Pacto Federativo*).

Longe dos casuísmos que o Poder Judiciário local imprimiu em um contexto de polarização política – tendo presente outra significativa vitória do estado do Rio Grande do Sul em ***Medida Cautelar na Ação Cível Originária nº 586***, também perante o STF (Acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência – RTJ 177:26-177), que suspendeu um aumento real de 10% nos vencimentos da Magistratura gaúcha nos primeiros meses de governo –, a expressiva margem de êxito nas demandas perante o STF – bem como no STJ – tem uma explicação de fundo, pois a garantia da governabilidade no estado do Rio Grande do Sul foi assegurada pela Suprema Corte brasileira em face da observância da necessária coerência por parte de um tribunal que concretiza a interpretação da Constituição confirmando seus próprios precedentes.

A exitosa demanda perante o STF para obstar o aumento dos vencimentos dos integrantes do Poder Judiciário se deu após a derrubada de veto em Projeto de Lei enviado pela presidência do Tribunal de Justiça do RS sem “prévia dotação orçamentária suficiente” (Constituição do Brasil, art. 169, § 1º, inciso I). Por outro lado, o abuso do casuísmo pautou a controvérsia na interpretação jurídica e colocou, sempre que cabível, a busca de respostas perante as cortes superiores em Brasília em temas como, apenas para exemplificar, o referido impedimento do custeio das atividades do Orçamento Participativo em medida liminar do Tribunal de Justiça do RS, o questionamento das promoções de oficiais na



Brigada Militar pelos mesmos critérios que sempre foram adotados e reconhecidos pela jurisprudência do STF (Suspensões de Segurança 2.084, 2.096, 2.097 e 2.190), a pretensão de investir a AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados) na autoridade de poder concedente, a destituição da presidência da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, hoje denominada FASE/RS – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo) em medida liminar, o também referido questionamento da Constituinte Escolar, a polêmica acerca da atuação do RS na desapropriação para fins de Reforma Agrária, a pretensão de liberação ilegal do plantio de transgênicos e a resistência em face das medidas de combate ao surto de febre aftosa.

É real que algumas poucas medidas judiciais locais não foram revertidas em face do caráter liminar e da impossibilidade de revisão imediata, pois a espera da instauração da competência recursal perante o STJ ensejaria eventual descumprimento de ordem judicial, mas não há como se questionar o saldo geral imensamente positivo. No caso da infundada determinação judicial liminar para a substituição da presidência da FEBEM, o que se deu sem que o Poder Judiciário sequer considerasse que desde o início do Governo Olívio Dutra não mais ocorreram motins nesta instituição – em um claro contraste com diversas revoltas desta natureza no último ano do governo antecedente –, infelizmente, a substituição da justa e competente gestão de então se fez necessária para efeitos de continuidade do serviço público. No mesmo sentido, a longa e morosa tramitação das demandas judiciais retardou por alguns anos o esclarecimento e a plena superação das fantasiosas versões da saída da Ford do RS (ainda



que em seguida tenha se confirmado a notícia da atuação direta do Governo Federal para que a empresa fosse para a Bahia), pois com o tempo a vitória na ação, ajuizada pela PGE/RS logo após o episódio, se confirmou com a condenação judicial da empresa, que foi obrigada a ressarcir o RS após o término do Governo Olívio Dutra, mas restou reconhecida a correção e o acerto das medidas então adotadas para a preservação do interesse público em face da doação de dinheiro público a fundo perdido para uma multinacional (vide a Edição Especial da *Revista da PGE/RS* sobre o Caso Ford).

Foram propostas, cabe detalhar, 93 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o STF, com ampla margem de acolhimento e êxito – na casa de 90 % –, o que se deu em face de leis editadas pela Assembleia Legislativa mediante a derrubada de vetos em Projetos de Lei de iniciativa parlamentar que ensejavam uma indevida intervenção e até mesmo a desorganização dos serviços públicos. Apenas para exemplificar, cabe referir algumas ADIn's exitosas e que incidiram diretamente na observância das funções clássicas da Constituição de integração, organização e direção jurídica da comunidade:

(a) **INTEGRAÇÃO**, quando do enfrentamento da denominada **Guerra Fiscal** entre os estados federados que renunciavam receitas para atrair investimentos, com o que contrariavam a regra federativa que exige autorização de todos os estados-membros e do Distrito Federal para conceder benefícios fiscais, presente nas Medidas Cautelares nas **ADIn's 1999-SP** (RTJ 173, p. 70-4 e LEX 260, p. 14249, DJ de 31/03/00, rel. Min. Octavio Gallotti);



2097-PR (DJ de 16/06/00, rel. Min. Moreira Alves); **2021-SP** (DJ de 25.05.01, rel. Min. Maurício Corrêa).

(b) **ORGANIZAÇÃO:**

(i) ***violação de reserva de iniciativa legislativa:*** ADIn's **2072-RS** (DJ de 19/09/03, rel. Min. Octavio Gallotti, “**transposição de dotação orçamentária**”); **2296-RS** (LEX 270, p. 68-79, DJ de 23/02/01, rel. Min. Sepúlveda Pertence, “**disciplina da eleição de representante dos empregados em sociedade de economia mista**”); **2302-RS** (DJ de 08/08/03, rel. Min. Néri da Silveira, “**criação de órgão da administração pública**”);

(ii) ***razoabilidade legislativa na disciplina dos atos do poder executivo:*** ADIn **2472-RS** (RTJ 181, p. 952-59, j. em 13/03/02, rel. Min. Maurício Corrêa, “**restrição de atos de publicidade**”);

(iii) ***impossibilidade de renúncia de competência por ente federado:*** ADIn **2544-RS** (DJ de 17/11/06, rel. Min. Sepúlveda Pertence, “**impossibilidade de renúncia de competência constitucional para a proteção do patrimônio comum, incluído o dos sítios de valor arqueológico**”).

(c) **DIREÇÃO JURÍDICA:** ADIn's **2806-RS** (LEX 296, p. 73-9, DJ de 27/06/03, rel. min. Ilmar Galvão, “**liberdade de culto e Estado laico**”); **2544-RS** (DJ de 08/11/02, rel. Min. Sepúlveda Pertence, “**vedação de renúncia de competência**”).

A chave de resposta para a exitosa busca da governabilidade do Rio Grande do Sul perante o STF no Governo Olívio Dutra, além da imprescindível mobilização e consciência social, é muito simples, pois até então a Suprema Corte do Brasil ainda observava

a densa e coerente jurisprudência administrativa e constitucional, forjada no período militar e mesmo anteriormente ao Golpe de 1964, para legitimar os atos e medidas de autoridade do poder público em geral. Uma coerência inimaginável no período posterior, quando os governos dos presidentes Lula e Dilma começaram a definir a composição dos tribunais superiores.

No período antecedente e ora enfocado, quando o Rio Grande era governado por Olívio Dutra e o Brasil era presidido por Fernando Henrique Cardoso, estava claro que tal coerência na jurisprudência do STF, ainda que questionada e não raras vezes rompida pela dissidência de alguns ministros – tal como o ministro Nelson Jobim nos temas que envolviam a AGERGS (Medida Cautelar na ADI 1949 e ADI 2095) e a pretensão de autonomia de tal órgão perante as diretrizes do poder concedente –, sobremaneira decorria do dado de que qualquer mudança de orientação jurisprudencial logo despertaria a advocacia de todo o Brasil para a possibilidade de novas demandas contra o Governo Federal, com o que a governabilidade da própria União Federal e de todos os demais entes federativos também seria afetada pelos efeitos do abuso da casuística. Tal constatação vai além da mera especulação, pois o então Advogado-Geral da União, Ministro Gilmar Mendes, foi expresso ao referir na época – quando visitou a PGE/RS e se reuniu com parte da equipe que então integrava o Gabinete diretivo deste qualificado escritório de advocacia pública do RS – que estava atento e preocupado com eventual mudança de orientação jurisprudencial do STF nas demandas patrocinadas pelo estado do Rio Grande do Sul por conta dos efeitos nas ações e atos administrativos da União Federal. Algo



que se confirmou justamente no tema das agências reguladoras, pois, com a crise do apagão e o racionamento de energia elétrica entre julho de 2001 e março de 2002, o Governo Federal instituiu um gestor com autoridade própria do poder concedente.

Após tão intenso desafio, expresso nas 93 ADIn's acima referidas e em mais de 100 demandas com liminares trancando políticas públicas, todas com recursos e reversões parciais ou integrais sempre morosas, mas que ao final se confirmaram, tal como no referido caso do impedimento do Orçamento Participativo pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e mesmo na vitória tardia na ação do Caso Ford, é possível concluir que o teste da democracia constitucional brasileira foi exitoso no Governo Olívio Dutra e legou uma infinita gama de exemplos de boas práticas na gestão pública. Algo que somente se fez possível com a inarredável conformação do acerto do povo ao optar pelo sistema presidencialista em dois plebiscitos (1963 e 1983) e em todos os processos constituintes na história republicana brasileira.

O acerto do sistema presidencialista reside justamente na adequação ao contexto de um país carente de mudanças e de urgência na concretização de garantias e instituições democráticas capazes de tal intento renovador, o que somente pode se dar com uma cidadania ativa, com forte consciência social e intensa participação nos processos decisórios. O desafio de superar as desigualdades, sobremaneira diante da continuada tentativa conservadora de obstar a mobilidade social, sempre cobrou uma agenda social legitimadora das reivindicações populares e que efetive tais mudanças. Infelizmente, tais tarefas da cidadania

nunca contaram com o arrefecimento da narrativa e das práticas golpistas da extrema direita, que, não contente com as atrocidades e o atraso que impôs ao país ao patrocinar o Golpe de 1964, não se constrange em seguir anunciando o desejo de tomar o poder institucional pela via golpista, mas em seguida, quando flagrada, impedida e punida por novo intento golpista, tenta fazer do virtuoso preceito da anistia aos que se arrependem e se convertem ao credo democrático, um sinônimo de impunidade e autorização para seguir na prática criminosa.

A agenda social e a força legitimadora da sociedade não vão cessar de dizer “não ao golpismo” para seguir cobrando a radicalidade necessária para as necessárias mudanças na realidade social, todas delineadas no texto da Constituição democrática de 1988 e ainda cobrando a sua observância e efetividade. A prática como critério de verdade em face do compromisso constitucional com a inclusão social orienta muito mais a agenda da sociedade do que uma coordenada e necessária ação institucional dos poderes, pois o todo maior da sociedade conforma o povo brasileiro em torno do sentimento de pertencimento ao mesmo destino de uma nação com singular identidade na concretização da igualdade substantiva e da liberdade.

O *Estado Constitucional Democrático, Ecológico e Social de Direito* não tolera a violência e a tortura, que infelizmente nunca cessaram por parte das polícias no Brasil, com o que, para finalmente concluir este relato, é obrigatório referir e homenagear o vulto do trabalho e das realizações humanistas de José Paulo Bisol na titularidade da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, o que por certo



eviscerou o medo e a violência das elites diante de qualquer mudança, mas ao mesmo tempo confirmou a gigantesca estatura da força e da autoridade de sua obra ao denunciar e barrar a banalização da violência.

Tal como a generosa e saudosa lembrança do amigo e grande jurista Bisol, que nunca se abalou em sua prática humanista nem mesmo diante do fogo amigo, a justa direção e os acertos da serena e gigantesca figura de Olívio Dutra fizeram do que seria um sonho, uma verdadeira quimera desde os sombrios anos de chumbo da ditadura, um ideal, uma utopia e uma realidade que se concretizou e segue ainda viva, pois, mesmo em tempos de hegemonia conservadora no mundo, ainda hoje e por muito tempo seguirá frutificando! Não há como se negar o privilégio de quem pôde participar ativamente desta sementeira, o que para sempre será um marco referencial no desafio de se fazer do Brasil uma “sociedade livre, justa e solidária” (Constituição do Brasil, art. 3º, inciso I).



A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)

Lucia Camini¹⁹

No período anterior à eleição do Governo Democrático-Popular no Rio Grande do Sul, ocorria forte enfrentamento e mobilização social na disputa de projetos antagônicos em relação ao conteúdo político-administrativo e a proposta de desenvolvimento do estado: de um lado, o projeto neoliberal privatista, com medidas de ajuste fiscal, redução de investimentos públicos nas áreas sociais, reformas educacionais com adoção de métodos do mercado na gestão, centralização do controle e avaliação de políticas e retirada de direitos dos trabalhadores; e, de outro, o projeto defendido pelos setores do campo democrático-popular, organizados nos movimentos sociais, sindical e partidos de esquerda, defensores de um projeto democrático de desenvol-

19. Mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Educação (FACED/UFRGS). Professora da Rede Pública Estadual. Secretária Estadual de Educação no Governo Olívio Dutra (1999-2002).



vimento do estado com participação popular e promotor de políticas públicas de inclusão social.

Em nível nacional, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Estado brasileiro atendia aos interesses das elites empresariais e partidárias, unificadas na defesa do Estado mínimo para políticas sociais e máximo a serviço das classes privilegiadas na frágil democracia baseada apenas em acordo pelo alto, como observou José Saramago, presente ao Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre/RS: “A democracia que vivemos é uma democracia sequestrada, amputada, porque ao cidadão apenas compete colocar ou tirar um ou outro representante (governantes), uma vez que as decisões são retiradas dos Organismos Internacionais (FMI, bancos multilaterais), onde não há democracia – quem escolhe seus representantes não é o povo. São os representantes das nações poderosas, prevalecendo, portanto, os seus interesses”.

Assim, o período de construção de nossa política educacional (1999-2002) desenvolveu-se nesse contexto histórico de redefinição do papel do Estado, de promoção de reformas educacionais, alteração de métodos de gestão pública com introdução de mecanismos de mercado, de centralização de recursos, controle e avaliação de políticas públicas na esfera federal e descentralização de responsabilidades aos municípios, em especial.

Com a descentralização de praticamente todos os programas sociais para os municípios, os estados da Federação ficaram, de certa forma, com poder reduzido para a instituição de políticas, elevando de forma crescente as funções e encargos dos municípios. Esse movimento gerou profundo desequilíbrio na

Federação brasileira, retirando do estado, como ente federativo de maior porte, as condições (financeiras, técnicas e políticas) para planejar e coordenar os programas sociais de forma mais igualitária em todas as regiões. Esse foi um dos limites enfrentados na gestão do Governo Olívio Dutra, que defendia o papel do Estado como indutor de políticas e responsável pelo seu financiamento e execução.

A proposta de governo apresentada à sociedade assumia o compromisso de construir participativamente um projeto de educação de Qualidade Social²⁰ transformador e libertador, onde a escola seja um laboratório de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário (Programa de Governo 1999-2002). O compromisso assumido visava garantir ensino de qualidade para todos, não como vinha ocorrendo nos governos neoliberais que descentralizavam responsabilidades e isentavam o Estado de seu compromisso constitucional de assegurar a todos o direito à educação.

Para garantir o direito à educação pública de qualidade social, um ensino vinculado à realidade e articulado como o projeto de

20. Entendida como o processo capaz de garantir o acesso à escola pública qualificada, a recursos tecnológicos, infraestrutura, organização, funcionamento, gestão dos espaços e instituições públicas, processos de ensinar e aprender adequados aos interesses da maioria da população. A educação compreendida como atividade de formação ampla, não restrita aos bancos escolares ou à formação para o mercado de trabalho, mas como atividade voltada à emancipação humana e social, para a formação de seres capazes de produzir outras formas de relação econômica, política, cultural, social, construindo uma sociedade fundada nos princípios de justiça, igualdade e democracia.



desenvolvimento do estado, a construção da política educacional do Governo Democrático e Popular passou por um processo intenso de estudos e debates envolvendo todos os sujeitos da comunidade escolar e setores da sociedade, como descreve o governador Olívio Dutra, “todo o governo se envolveu conscientemente nesse processo, uma vez que a educação pública de qualidade, universal e democrática era eixo estruturante do Programa de Governo que defendemos no embate eleitoral. Não há desenvolvimento sustentável, inclusor e humanizador sem uma política educacional libertadora que articule razão e sensibilidade, ciência e tecnologia, teoria e prática, revolução e reflexão, governo e sociedade”.

A democratização da educação compreende três dimensões: 1. **Democratização da gestão**, que se concretiza pela organização da gestão com participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões, envolvendo os aspectos administrativos e pedagógicos, com seus diretores, vice-diretores e Conselho Escolar, eleitos pela comunidade escolar, como define Paulo Freire: “As decisões não devem partir do topo, nem dos órgãos intermediários, mas da base do sistema, ou seja, das escolas, que é onde a totalidade do sistema educacional se manifesta” (1992); 2. **Democratização do acesso**: atendimento de todos desde a pré-escola, o ensino fundamental e médio, as crianças com Deficiências (PcD) e um amplo movimento de alfabetização de jovens e adultos (MOVA). Criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); 3. **Democratização do conhecimento: garantir acesso ao conhecimento a todos**

que estão na escola, eliminando os altos índices de evasão e repetência nas escolas.

A formação e valorização dos trabalhadores em educação, como aspecto fundamental para assegurar a democratização, se efetivou por meio da formação e qualificação em cursos, seminários, assessoria técnico-pedagógica e formação cotidiana em serviço a todos os educadores da rede pública estadual.

Em 1999, quando assumimos a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, a rede pública estadual era composta por 3.044 escolas, 80.808 matrículas de professores e 15.159 matrículas de funcionários, mais 615 funcionários terceirizados e 1.423.779 estudantes.

Para viabilizar o programa eleito e dar conta de assegurar qualidade educacional, fizemos um trabalho contínuo de planejamento, acompanhamento e avaliação ao longo de todo o período de gestão, envolvendo todos os setores da SEDUC, as Coordenadorias Regionais de Educação (CRES) e as escolas.

PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Em sinergia com o Orçamento Participativo (OP), amplo movimento denominado Constituinte Escolar, com participação ativa da Comunidade Escolar, foi desenvolvido pela Secretaria de Educação — sustentado nos pressupostos da educação como direito de todos, da participação popular como método de gestão para a construção coletiva de uma educação libertadora; da dialogicidade como princípio ético-existencial de um projeto humanista e solidário; da radicalização da democracia enquanto objetivo estratégico de um governo democrático e popular e da



utopia enquanto sonho impulsionador da educação, respeitando a diversidade sociocultural e regional.

Esse processo de estudo, debate e elaboração de Princípios e Diretrizes para Construção da Escola Democrática e Popular iniciou com diagnóstico e estudo da realidade educacional no âmbito da escola, das regiões e do estado. A partir desse primeiro passo, foram identificadas temáticas a serem aprofundadas por meio de estudos e debates, os quais ocorreram no espaço da escola, em encontros e Conferências Municipais e Regionais, culminando com a Conferência Estadual, onde participaram 3.500 delegados eleitos nas 191 pré-conferências realizadas, envolvendo professores, funcionários de escola, pais e estudantes. Dentre as principais definições dessa Conferência, destacou-se a necessidade de aperfeiçoamento do Projeto Político-pedagógico nas escolas, das práticas pedagógicas, de repensar a organização curricular, as formas de avaliação e a construção de novos regimentos escolares.

Esse movimento sofreu reação contrária da maioria do parlamento gaúcho opositora ao Governo Olívio na Assembleia Legislativa do Estado, esses retiraram os recursos orçamentários e suprimiram a identificação do projeto Constituinte Escolar, numa grave intervenção na definição da política de governo. Idas e vindas, tentativas de diálogo e enfrentamento sem sucesso, para resolver o impasse, a Procuradoria Geral do Estado emitiu parecer favorável aos investimentos previstos na peça orçamentária e a manutenção da identificação Constituinte Escolar. Esse movimento também sofreu oposição dos setores da mídia corporativa, manifestando-se contrários à realização de inúmeros encontros

com participação expressiva de integrantes da comunidade escolar em todo o estado, inclusive criticavam os temas e referência bibliográfica trabalhada. Essa intervenção não ocorreu apenas nesse processo, mas também quando da realização dos dois Concursos Públicos para novos professores, onde denunciavam a bibliografia indicada e suspeitavam ser intenção do governo a aprovação apenas dos candidatos vinculados aos partidos de esquerda. Enfim, todo esse período foi de muito enfrentamento com os setores conservadores que ficavam de olho em todas as iniciativas do governo na tentativa de desconstituí-las, minimizá-las e, dessa forma, impedir que obtivessem êxito.

O CPERS/Sindicato, do qual faço parte como associada e tive a honra de presidi-lo antes de assumir a Secretaria Estadual de Educação, também resistiu em participar desse movimento de construção da política educacional. Inicialmente, representantes da direção contribuíram no planejamento e definição dos passos a serem desenvolvidos, no entanto, na sequência, realizou-se uma Assembleia Geral e um professor apresentou proposta contrária à participação do Sindicato até o momento em que o Governo definisse uma política salarial com recuperação integral das perdas salariais acumuladas, proposta que se mostrou impossível de ser atendida no curto prazo, assim, lamentavelmente, uma parte da categoria dos professores e funcionários de escolas não se fez presente nos estudos e debates que visavam melhorar a qualidade do ensino gaúcho.

Com a mobilização de organizações populares, universidades e instituições públicas, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) foi desencadeado em praticamente todos os



municípios, alfabetizando em torno de 150 mil jovens e adultos. Esse movimento, como definiu Brandão (2001), foi “uma pedagogia capaz de possibilitar a interlocução entre o Estado e distintos setores da sociedade civil, na direção da construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente igualitária, politicamente democrática e culturalmente plural, como um dos princípios básicos do trabalho do MOVA”. Turmas de jovens e adultos foram organizadas em diversos espaços, tais como salões comunitários, clubes esportivos, igrejas e até em residências na comunidade. Em todas as Coordenadorias Regionais havia uma Coordenação do MOVA, a qual se encarregava de organizar o trabalho e assegurar os recursos necessários ao funcionamento do MOVA nos municípios da sua região. A equipe da SEDUC trabalhou intensamente na formação e acompanhamento pedagógicos das equipes responsáveis em todos os níveis.

Esse Movimento também enfrentou críticas de setores vinculados às universidades, à rede pública estadual, da mídia corporativa e dos parlamentares de oposição em nível estadual e municipal. As críticas dos parlamentares se relacionavam aos recursos investidos pelo estado e por suspeitarem que essa política pudesse ser uma estratégia de politização dessa população em benefício do PT. O conteúdo e a forma de desenvolvimento da Educação Popular, por não ser efetivada no espaço da rede pública estadual, também foi motivo de crítica por parte de alguns intelectuais e até dos próprios educadores da rede. Porém, à medida que o processo avançou e trouxe bons resultados divulgados na comunidade e divulgados nas rádios e jornais regionais, essas

críticas perderam força e pode-se afirmar que essa política de alfabetização foi um dos marcos do Governo Olívio.

A existência de 39 municípios no Rio Grande do Sul que ainda não possuíam escolas de Ensino Médio preocupava o governo por ser uma reivindicação trazida por essas comunidades nas Assembleias do Orçamento Participativo. No entanto, os requisitos legais determinados pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) não permitiam a criação do Ensino Médio nessas localidades, em especial pelo número reduzido de alunos existentes nas Escolas de Ensino Fundamental e sem uma perspectiva de aumento dessa demanda pela baixa densidade populacional nessas localidades. Diante dessa realidade, a equipe pedagógica da SEDUC/RS realizou estudos e elaborou uma proposta pedagógica de Ensino Médio Alternativo alicerçado na Educação Popular caracterizada por três elementos: currículo construído a partir da realidade local comprometida com os aspectos econômicos, sociais, culturais, antropológicos, históricos, geográficos; a valorização de todos os saberes e o diálogo numa perspectiva freireana, como princípio fundador do humano que implica a aceitação do outro.

Essa proposta foi discutida com os prefeitos e comunidades desses municípios. Após essa construção e acordos entre as partes, a SEDUC apresentou a proposta bem fundamentada ao CEED/RS, indicando os recursos a serem investidos pelo governo para viabilizá-la. Após longos debates e resolução de questões apontadas pelos conselheiros, a proposta foi aprovada e desenvolveu-se como experiência pedagógica amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo como



objetivo: “a construção de uma proposta político-pedagógica que articule a construção social do conhecimento com a elaboração de um projeto de desenvolvimento local emancipador” (art. 81). Assim teve início o projeto pedagógico inovador, com o currículo estruturado em quatro áreas de conhecimento, desenvolvidas em sazonalidade compatível com as necessidades locais e com o deslocamento dos estudantes. Uma grande conquista da mobilização e comprometimento desses sujeitos envolvidos na proposta. Esse projeto integrava o movimento do estado no sentido de gradativamente oferecer Ensino Médio, tendo como eixo a formação integral, a articulação como os demais níveis e modalidades de ensino.

A construção da política para as Pessoas com Deficiência (PcD) ocorreu por meio de um processo denso de participação e envolvimento das comunidades, tendo como princípios o respeito às diferenças e à heterogeneidade humana, às múltiplas formas de existência e ao fundamental direito de todos à educação de qualidade e, acima de tudo, investimento na formação de professores, com respeito a suas especificidades. Para atender a essa política, foram criadas salas de recursos com produção de materiais didático-pedagógicos apropriados à diversidade de necessidades identificadas, os Centros de Apoio Pedagógico para portadores de deficiência visual (CAP) e de deficiência auditiva (CAS).

O atendimento à diversidade social e cultural e ao direito de todos à educação de qualidade demandou uma política de educação para grupos específicos, como os itinerantes integrantes dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

(MST). As Escolas Itinerantes²¹ foram criadas no governo anterior, mas passaram a ter atenção qualificada nesse período, com educadores, materiais escolares, didáticos e assessoramento pedagógico adequado. Tão logo ocorriam os acampamentos de luta pela terra, imediatamente as escolas eram organizadas, visando assegurar a continuidade da escolarização das crianças enquanto a família não conquistava a terra para que seus filhos voltassem a frequentar escola oficialmente constituída. Nesse período, tivemos 11 escolas Itinerantes em funcionamento.

A Educação do Campo passou a ser discutida por um Fórum de Educação Básica do Campo, constituído por representantes do governo e dos Movimentos Sociais do Campo²². A temática da Educação do Campo fez parte dos estudos e debates no movimento Constituinte Escolar e resultou na realização de conferência específica, com ampla participação dos educadores do campo visando à construção de um currículo adequado a essa realidade. Pelas diversas leituras e compreensões das necessidades e concepções acerca da Educação do Campo, esse trabalho se revelou complexo. Os movimentos sociais, por meio de seus participantes nos fóruns, manifestavam alto grau de exigência ao Estado, com a expectativa de que seria possível obter respos-

21. Uma proposta educacional voltada para as comunidades acampadas e assentadas da Reforma Agrária, como o objetivo de garantir o direito à educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos, criadas dentro dos acampamentos, adaptando-se à realidade local e buscando articular a educação com a luta pela terra e a transformação social.

22. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-Sul); Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS; Movimento das Mulheres Campesino (MMC)).



tas rápidas, bastando apenas decisão dos gestores públicos. As limitações e dificuldades na capacidade do Estado para atender demandas sociais se tornavam ainda mais complexas pela falta de reconhecimento por parte dos órgãos de fiscalização da aplicação dos recursos por não reconhecer a legalidade de investimentos em projetos que envolviam setores populares, da mesma forma como se posicionavam contrários em relação a outras despesas como o programa Constituinte Escolar, o MOVA e a Escola Itinerante.

A população afrodescendente foi incluída na formulação de políticas de inclusão, com revisão curricular dos cursos de formação continuada de professores, tendo por base a história e a cultura dessa população. Atenção especial mereceu também a Educação Indígena com proposta político-pedagógica discutida e elaboração do Regimento Escolar Coletivo dessas escolas. A primeira escola bilíngue de formação de professores indígenas foi criada tornando-se espaço de formação de professores indígenas de todo o Brasil, com estrutura para hospedagem e garantia de alimentação aos estudantes matriculados.

A Educação Profissional encontrava-se precarizada em termos de infraestrutura e quadro de profissionais habilitados nas diversas áreas técnicas. Para resgatar e qualificar o desempenho educacional nessas escolas, fez-se o debate no movimento da Constituinte Escolar e em fóruns específicos de formulação e aperfeiçoamento, como ocorreu no 1º Encontro Internacional de Educação Profissional, que contou com a participação de professores e gestores e onde se fez estudos e troca de experiências no sentido de aperfeiçoar a gestão administrativa e pedagógica. A

Superintendência de Educação Profissional (SUEPRO), vinculada à SEDUC, manteve diálogo permanente com o CEED/RS e a comunidade no sentido de aperfeiçoar para a gestão administrativa das escolas técnicas.

A municipalização das escolas de Ensino Fundamental vinha ocorrendo sem discussão com a comunidade escolar e de forma acelerada no Governo Britto (PMDB), inclusive no município de Venâncio Aires, as 37 escolas estaduais foram entregues ao município sem assegurar aos professores seus direitos e nem a manutenção dos prédios escolares. Já no primeiro ano do Governo Olívio, essas escolas foram retomadas pelo estado, atendendo o clamor das comunidades escolares que denunciavam a falta de investimentos e de qualidade da educação. O processo de acerto com o município envolveu aspectos financeiros e administrativos, sem prejuízo aos professores, funcionários e estudantes. De acordo com nosso programa de governo, a municipalização foi suspensa durante todo esse período de gestão.

A relação com os municípios ocorreu por meio do Grupo de Assessoramento constituído por representantes da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS) da Associação Gaúcha de Municípios (AGM) e da Secretaria de Educação, onde se tratava do atendimento de todas as crianças em idade escolar residentes no município e de forma mais específica das políticas de apoio como merenda e transporte escolar. Houve muito diálogo e enfrentamentos com prefeitos que se alinhavam aos parlamentares para pressionar o governo a financiar a totalidade do transporte escolar, na tentativa de isentar os mu-



nícios de sua parcela de responsabilidade na garantia do acesso de todos os estudantes a escola.

Para atender a demanda por Ensino Superior, o estado do Rio Grande do Sul criou, em 2001, a Universidade Pública Estadual (UERGS), com estrutura multicampi descentralizada, voltada para o desenvolvimento sustentável e para a resolução de problemas regionais. No momento anterior à sua criação, um intenso debate se desenvolveu nas Assembleias do OP em todo o estado, essa proposta obteve o primeiro lugar nas votações em todas as regiões, mas foi questionada pela maioria parlamentar contrária à criação de uma Instituição Pública de Ensino Superior, alegando que o estado deveria investir na compra de vagas nas Universidades Privadas e Comunitárias já existentes, e que o estado precisava investir mais na Educação Básica, na infraestrutura da escola, na formação do quadro docente, assim como na valorização salarial desses profissionais.

De parte do governo, havia o compromisso assumido no programa de Governo apresentado à sociedade e reafirmado nos debates do OP. À época, 18 estados da Federação já possuíam Universidade Estadual, isso reforçou a justificativa da sua criação e aprovação, conforme consta no projeto, “há uma consciência que não é possível à autonomia de um país ou região sem a geração de pesquisa e, portanto, de alternativas para a transformação da realidade” (2001).

No decorrer de sua implantação, o quadro de professores e funcionários foi constituído e foram efetivados convênios com entidades da sociedade civil e setor público nas áreas de formação de professores, gestão e saúde pública e ambiental. Após o

término desse governo, a Instituição não cumpriu seu objetivo, porque os governos que se sucederam não investiram recursos necessários para sua consolidação e fortalecimento. Apenas a partir de 2011, no período do Governo Tarso Genro (2011- 2014), é que teve novos investimentos. Hoje a instituição enfrenta dificuldades e tem reduzido número de estudantes.

A valorização dos trabalhadores em educação foi tratada como prioridade de governo por meio de uma política de formação permanente para todos os professores e funcionários de escola, atendendo a formação inicial e continuada. A realização de dois concursos públicos possibilitou nomeação de 24.397 professores na rede; para agilizar o atendimento onde ainda havia a falta de professores concursados, foram contratados de forma emergencial 17.901 professores; as sete promoções da carreira do magistério atrasadas desde 1993 foram regularizadas e pagas; reajuste salarial periódico foi concedido. É importante destacar o resgate do Plano de Carreira dos professores, que fora desestruturado pelo governo anterior, e a criação do Plano de Carreira dos Funcionários de Escola. Esse processo de elaboração do Plano dos Funcionários de Escola ocorreu com a participação direta de representantes do CPERS/Sindicato na Comissão Paritária responsável pelo estudo e construção da proposta. Os funcionários de escola, até então, não pertenciam ao quadro da educação, por isso, primeiramente, se fez necessária a alteração do vínculo, transferindo-os do quadro geral do funcionalismo público para a SEDUC, a partir daí, foi feita a construção do Plano que foi encaminhado à Assembleia Legislativa, aprovado e sancionado pelo governador e, posteriormente, realizou-se o Concurso Pú-



blico para mais de 15 mil funcionários. Esse Plano de Carreira era demandado pelos funcionários de escola desde o início da década de 1990, as promoções atrasadas também foram regularizadas e pagas nesse período.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES

A gestão do Governo Olívio Dutra (1999-2002) passou a ser o foco central de ataque da oposição conservadora (setores contrários às mudanças). A maioria no Legislativo estadual, setores do Judiciário e a imprensa corporativa manifestavam contrariedade à integração de setores populares no processo de definição das políticas públicas e no controle do estado. Combate ao governo se tornou uma prioridade a ponto de fazer dessas forças, que geralmente não caminhavam juntas, se unificarem, como ocorreu por ocasião do questionamento junto ao Judiciário pelo emprego de recursos do estado no desenvolvimento do OP e nos episódios da CPI envolvendo a Segurança Pública do estado.

Desde o início do governo, em 1999, a disputa permanente se evidenciava nos espaços institucionais, e nos meios de comunicação, como observa Guareschi (2002): “dia a dia, momento a momento, em doses homeopáticas, construindo uma representação social nítida, eficiente, que se tornou realidade política no RS e nas próprias organizações sociais, visando influenciar nas decisões para assegurar os recursos necessários à execução de projetos de seu interesse”.

A construção de política pública por meio de um processo de participação direta da comunidade, e não de imposição de projetos pensados em gabinetes fora da realidade, contribuiu para

estabelecer uma relação de forças capaz de assegurar a superação de crises e promover avanços na implementação de políticas.

A participação direta dos cidadãos na construção da política pública fortaleceu o poder dos setores populares nesse jogo de forças em disputa na sociedade e foi decisivo para alcançar avanços na democratização da gestão, na conquista de equipamentos e infraestrutura necessárias, na fiscalização da execução de obras e serviços demandados pela população. Cabe destacar que a gestão democrática da educação assegurou o respeito aos direitos fundamentais, reconhecendo as diferenças e ampliando os espaços de construção da cidadania, comprovando, assim, que a democracia não é uma questão abstrata ou ideal.

Um aspecto relevante a destacar diz respeito à relação autônoma e respeitosa mantida pelo Governo Olívio com o Governo Federal e com os governos municipais de todas as orientações políticas. Às vezes, essa relação se tornava tensa, porém essa postura democrática favoreceu o desenvolvimento de projetos consistentes de cooperação para a qualificação e ampliação da oferta de ensino em todas as regiões.

A análise desse período revela que a correlação de forças nem sempre se mostrava favorável ao governo, estabelecendo confrontos e expondo os limites do estado para garantir a universalização das políticas públicas. Mesmo com essas limitações, o estado do Rio Grande do Sul, pelo cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional, se destacou em 2001 como o estado que mais aplicava recursos por estudante do Ensino Fundamental na rede pública, conforme os valores correspondentes aos recursos per capita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (Fonte: *O Estado de S.Paulo*, 21.02.2001, A-11).

O que ocorreu na prática foi uma disputa permanente no campo das ideias, no método de gestão, no conteúdo das políticas desenvolvidas, na definição de prioridade de investimentos públicos e de espaços de intervenção junto à sociedade. É nesse terreno que se fizeram sentir as contradições e limites dessa gestão democrática e popular do Governo Olívio no Rio Grande do Sul.

O que se comprovou nessa experiência é que, ao se tornarem governo (assumir o poder), os setores populares, por si só, não conseguem responder a todas as demandas sociais represadas, o que podem fazer é construir programas articulados e pactuados com todos os setores sociais por meio do debate interno ao governo e em permanente diálogo com entidades e setores organizados para estabelecer as prioridades de atendimento das suas necessidades.

Nesse contexto, cabe lembrar a tese de Florestan Fernandes sobre a formação do Estado brasileiro como espaço privativo das elites que exerceram as suas funções de forma autoritária, assim como destaca Gaudêncio Frigotto (2003), a tradição de um Estado clientelista, paternalista e autoritário, no caso brasileiro, dificulta a superação de uma visão moralista e reducionista do Estado. A possibilidade de avanço alternativo ao neoliberalismo na educação implica trazer o embate, a disputa e o conflito, no plano de esforço público e organizativo-político para dar densidade ao embate.

A tentativa de reverter essa lógica determinada nacionalmente em um espaço de governo subnacional – o estado do Rio Grande do Sul, inevitavelmente acaba gerando conflitos e tensões nesse processo de desenvolvimento que objetivava a democratização da relação entre Estado e sociedade.

A formulação, acompanhamento, execução e controle das políticas educacionais no RS no período de 1999-2002 inscrevem-se entre as experiências práticas de gestão comprometidas com a alteração da lógica neoliberal e à forma capitalista de produção da vida humana. Esse movimento explicita as contradições, uma vez que o Estado, independentemente do governo, continua mantendo seu caráter de instituição da ordem do capital e o regime político depende e se inscreve dentro da ordem do Estado e seu poder e limitações operam no marco de classe preestabelecido. Essas contradições demarcam a existência de um embate de projetos em disputa e, nesse contexto, mais do que nunca os sujeitos tiveram um papel crucial.

Em relação às políticas educacionais construídas democraticamente, sabe-se que demandam espaço de tempo desde o seu planejamento até a execução prática para que possa ser avaliada e aperfeiçoada. Sendo assim, as pressões e contradições se tornaram inevitáveis nesse período.

O conjunto de elementos que consubstanciaram o processo de construção da política educacional no Governo Olívio Dutra, situado no contexto do movimento do capital para superação de sua crise, serve de base para reafirmar a ideia de que a defesa da educação pública de qualidade social para todos os cidadãos per-



manece na agenda de luta por direitos e pela democratização dos investimentos públicos na esfera do estado em todos os níveis.

Porto Alegre, 21 de agosto de 2025.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *De angicos a ausentes: 40 anos de Educação Popular*. Porto Alegre: Corag, 2001.

CAMINI, Lucia, *Contradições e avanços na construção das políticas educacionais no Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002)*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Nova República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Uma nova comunicação é possível – mídia, ética e política*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

Jornal *O Estado de S.Paulo*. “Gaúchos aplicam mais em Educação segundo repasse do Fundef”. 17.02.2001, p. A-11.

MELO, Adriana Almeida Sales. *A Mundialização da Educação*. Consolidação do Projeto Neoliberal na América Latina: Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004

PROGRAMA de Governo da Frente Popular - Olívio Dutra Governador, Porto Alegre, 1998. Doc. Digitado

SARAMAGO, José, Fórum Social Mundial. Painel sobre a Utopia, Porto Alegre, 29.01.20.



PARTICIPAÇÃO POPULAR NO GOVERNO OLÍVIO DUTRA

As potencialidades e limites do
Orçamento Participativo Estadual – 1999 a 2002

Rosana Tenroller²³

A vitória nas urnas do Governo Olívio Dutra, em fins de outubro de 1998, veio carregada de uma forte expectativa sobre como se daria na prática o protagonismo popular.

Sempre foi intenção do governo eleito promover a participação popular na execução de políticas públicas de diferentes áreas do governo. Contudo, o ineditismo que estava por vir colocava a participação direta no centro do que se tem de mais importante na gestão da máquina estatal – o Orçamento Público. A partir da elaboração e votação do mesmo pelo Legislativo é que as intenções e as promessas de melhorias à população podem virar realidade, traduzindo-se, efetivamente, políticas públicas.

Os governos de esquerda, e inclusive de outros espectros políticos, desde a experiência pioneira da capital gaúcha – Porto

23.Foi coordenadora do OP/RS na região Noroeste Colonial; é socióloga e empresária.

Alegre – em 1989, consolidou um método de gestão pública na qual a população, de forma direta, participa da discussão e deliberação do Orçamento Público. Essa experiência, denominada Orçamento Participativo, além de ter sido adotada em dezenas de cidades no país, ganhou fama internacional, servindo de modelo para a implementação em locais como Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá) e Bruxelas (Bélgica). No meio acadêmico, artigos, dissertações e teses foram escritas sobre as transformações ocasionadas pela participação direta da população em um tema tão distante do cotidiano, e, paradoxalmente, tão próximo, pelos impactos produzidos pela definição do Orçamento.

Porém, se, no limiar do novo século, a experiência municipal já havia sido testada e aprovada, criar e implementar um processo em nível estadual, era, até aquele momento, algo absolutamente inovador. Contudo, a decisão estava tomada: o Rio Grande do Sul iria construir a primeira experiência de Orçamento Participativo no âmbito estadual.

Nesse sentido, o presente artigo pretende desvendar os caminhos trilhados para construção e implementação do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002 a partir da visão das autoras, as quais vivenciaram na condição de coordenadoras regionais do processo.

Buscar-se-á apresentar aspectos práticos vivenciados no processo, passando por sua gênese, descrição do método, recordações de momentos simbólicos e pitorescos, potencialidades e limites da experiência e, por fim, um balanço final do processo.

A GÊNESE

A montagem do processo do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul teve um início simbólico. O governador Olívio Dutra destinou a até então residência oficial do vice-governador – o Palacinho²⁴, originalmente Palacete Santo Meneghetti – para sediar a Casa da Participação Popular.

Para liderar o processo, duas personalidades com perfis distintos, históricas no Partido dos Trabalhadores e na experiência da capital gaúcha, foram destacadas: Iria Charão e Ubiratan de Souza – Bira. Iria, reconhecida por sua capacidade de liderança junto ao movimento social e popular, e Bira, um expoente técnico e político do Partido. A partir dessa dupla e da participação de experientes lideranças do movimento social e popular, deu-se início aos primeiros traçados do OP/RS, alinhando um método inovador que deveria ser compatibilizado com o processo orçamentário previsto constitucionalmente. Tal rito pressupõe marcos temporais definidos para a apresentação da peça orçamentária, elaborada pelo Executivo ao Legislativo.

O intenso estudo e planejamento do processo adentrou os meses de novembro e dezembro de 1998. A opção do governo eleito foi por dividir o estado nas 22 regiões políticas, sendo que, em 2002, foi instalada a 23ª região, a partir da segmentação já utilizada pelos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado. Esses conselhos se constituíam, até o momento, na instância da sociedade civil que era “ouvida” na

24. O Palacinho é um dos marcos arquitetônicos do período imperial, atualmente é preservado como patrimônio histórico e cultural da cidade.

elaboração do orçamento do estado. O perfil, contudo, era majoritariamente acadêmico, com alguma participação de lideranças sindicais e populares. Os COREDES mantiveram relevante papel no processo, mas quem adquiriu poder deliberativo foi o protagonismo popular.

Em janeiro de 1999, o governador Olívio criou o Gabinete de Relações Comunitárias, órgão ligado diretamente ao seu gabinete – liderado por Iria Charão, e, no âmbito da Secretaria Estadual da Fazenda, Bira assumiu o Gabinete de Orçamento e Finanças. Ambas estruturas detinham a responsabilidade de tirar do papel a maior promessa da campanha: colocar o povo no centro decisório.

O Gabinete de Relações Comunitárias, além da assessoria técnica, era composto por um Coordenador Regional de cada Região do Estado – os CROPS. Tais coordenadores exerceram importante papel na organização e articulação do processo em cada uma das 23 regiões do estado. O perfil desses coordenadores também merece uma breve anotação. Em sua maioria, não se tratavam de renomados quadros técnicos, mas de militantes do movimento sindical, popular, estudantil e partidário, com experiência no trato popular e com reconhecida capacidade de liderança regional. Esse perfil militante exerceu papel fundamental, principalmente no período em que o OP/RS, após a concessão de liminar em ação judicial proposta pela oposição, suspendeu a utilização de qualquer estrutura pública (salas, automóveis, celulares etc.) para a organização do processo.

De outro modo, o Gabinete de Orçamento e Finanças foi composto majoritariamente por técnicos da Secretaria da Fazen-

da, com reconhecido acúmulo na pauta orçamentária, tendo o complexo papel de traduzir, em números e alocação de rubricas, as decisões populares.

Em janeiro de 1999, em simbólica reunião realizada no Palacinho, reuniram-se as equipes do GRC e GOF e a metodologia a ser utilizada foi apresentada, debatida e aprovada. Chegara o momento de transformar a teoria em prática.

O Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil, tem uma área aproximada de 282 mil km² – extensão maior que diversos países do mundo. Em 1999, era formado por 497 municípios organizados em regiões sob diferentes critérios, que refletem sua diversidade cultural, econômica e geográfica. Como já mencionado, no âmbito do processo do Orçamento Participativo, a opção foi por acolher a divisão política adotada pelos COREDES, na qual o estado foi dividido, inicialmente, em 22 regiões, ampliando para 23 em fevereiro de 2002. São elas: Alto Jacuí, Alto da Serra do Botocaraí, Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranha – Encosta da Serra, Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Metropolitano – Delta do Jacuí. A população estimada naquele ano girava em torno de 10 milhões de habitantes.

Os dados acima dão uma ideia do tamanho do desafio a ser enfrentado para implementar um processo de participação direta da população. Só para refrescar a memória, estamos falando de uma época, em que celulares ainda não eram acessíveis à grande

maioria das pessoas, e internet, uma “novidade” distante dos pagos gaúchos.

O MÉTODO

O OP/RS, dentro das regiões mencionadas, seguiu o método no qual a sequência temporal dos eventos pode ser assim descrita: Reuniões Preparatórias, Assembleias Públicas Municipais, Plenária de Desenvolvimento Regional, Plenária de Delegados Regionais e Conselho Estadual de Delegados.

As Reuniões Preparatórias foram peças fundamentais na engrenagem do OP/RS. A partir delas, se deu a organização e estímulo à participação popular. Cada região e cidade passou por uma espécie de “radiografia” na qual a Coordenação Regional do processo destaca os movimentos sociais e populares atuantes, expressões culturais, presença de povos indígenas ou quilombolas, presença de imigração europeia (italianos, alemães, poloneses), clubes de futebol, clubes de mães, grêmios estudantis, sindicatos, Poder Executivo e Legislativo municipal, partidos políticos, órgãos regionais do governo do estado.

Nessas reuniões, a metodologia do processo era explicada; a estrutura para a realização das assembleias municipais, prevista e organizada, bem como era traçada uma estratégia de mobilização para participação. Importante destacar que entre os critérios de distribuição dos recursos públicos estava o número de participantes nas Assembleias Municipais.

Cada município constituía uma coordenação municipal do processo, composta pelos diversos atores sociais da cidade. Essa organização popular e voluntária era um dos grandes trunfos

do processo. Em que pese o OP/RS tenha sido instituído pelo governo do estado a sua estruturação ocorreu a partir da livre organização da sociedade civil.

Na sequência, coroando o processo preparatório, ocorriam as Assembleias Municipais. A participação era aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive às comunitárias. Nessa ocasião, eram apresentados os materiais a serem utilizados: lista com temas referentes às áreas da saúde, educação, agricultura, transportes, entre outras; obras e serviços; cédulas de votação e as urnas. Após as defesas realizadas pelos participantes através do voto, eram escolhidas as prioridades de investimento daquele município e também eleitos os delegados municipais, que representariam as decisões tomadas na próxima fase do processo.

Por se tratar do orçamento estadual, ter uma estratégia de desenvolvimento regional se tornou fundamental. Nesse âmbito, ocorreram as Plenárias de Desenvolvimento Regional, espaço no qual se discutia e definia por quais programas e investimentos passava o desenvolvimento da região. Nestas plenárias, eram definidos programas prioritários e eleitos delegados regionais.

Por fim, o debate estadual, composto por todas as regiões do estado, era realizado no âmbito do Conselho Estadual do OP/RS. Essa representação era definida nas regionais, nas quais os delegados municipais elegiam seus representantes para o conselho. O Conselho Estadual era responsável pela compatibilização das reivindicações com os recursos a partir dos critérios adotados – carência de serviços e infraestrutura, população total da regional e a prioridade definida. Além disso, o governo analisava

a proposta, junto às secretarias estaduais, para análise técnica das demandas.

Assim, elaborava-se a peça orçamentária que seria enviada pelo Executivo à Assembleia Legislativa para a deliberação do orçamento do ano seguinte.

Destaca-se ainda que, a partir do segundo ano de realização do OP/RS, além da preparação do próximo ciclo orçamentário, ocorria o exercício do controle social sobre as obras e programas prioritários definidos no ciclo anterior.

Percebe-se, na apertada síntese metodológica, o quão complexo se torna um processo que deve combinar a autorregulamentação social com as instituições públicas. A intensa demanda social tem um ritmo que, por muitas vezes, não coincide com o lento compasso da máquina pública. Além disso, transferir a definição da peça orçamentária ao crivo deliberativo da população coloca em “xeque” organizações e instituições que se sentiram ameaçadas de perder o espaço de poder que tradicionalmente sempre exerceram sobre as decisões do orçamento público.

É forçoso citar o tensionamento ocorrido com os COREDES25 – instituições que detinham a “voz” da sociedade civil na elaboração tradicional do orçamento público. O governo entendera que, apesar da sua importância na reflexão sobre o desenvolvimento regional, o processo de participação popular não poderia ficar sob o controle de nenhuma entidade. A polêmica foi contornada com a assinatura de um protocolo entre o gover-

25. COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento criados oficialmente pela lei estadual 10.283, de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

no e o Fórum dos COREDES, definindo sua participação com assento nato no Conselho Estadual do OP/RS.

A Assembleia Legislativa também se insurgiu contra o processo, sustentando que o OP/RS esvaziava o papel da democracia representativa. A partir de uma liminar judicial, um deputado de oposição obteve a proibição do uso de recursos públicos para organização do processo. Nesse momento, ganhou destaque a importância da sustentação autônoma do processo. A liminar vigorou por aproximadamente um ano.

O PROTAGONISMO POPULAR

Difícil mensurar a importância de um processo que estimula o protagonismo popular em um tema tão significativo quanto o orçamento público. Nas palavras do governador Olívio Dutra, na instalação do Conselho Estadual do OP/RS, em meados de julho de 1999, *“o Orçamento Participativo possibilita uma modificação substancial na relação das pessoas com o Estado e o poder público. A proposta orçamentária deixa de ser um arranjo de interesses entre governo, grupos empresariais, especialistas e técnicos para se tornar uma decisão assumida pelo povo na sua dimensão verdadeiramente política e cultural. Receita e despesa deixam de ser misteriosas fórmulas aritméticas ou arranjos políticos e passam a ser de domínio público”*.

Percebemos, na prática, que embora não exista uma cultura de participação direta dos cidadãos, quando o povo foi chamado para participar, ele correspondeu. Mesmo que timidamente ou desconfiado, ou até, muitas vezes, envergonhado por não saber se expressar tecnicamente. Contudo, nas palavras simples residuiu

o excepcional – em cada defesa de prioridades no microfone, revelou-se a grandiosidade da sabedoria popular. Era a fala com conhecimento de causa, sem interesses eleitoreiros – era expressar o que fazia sentido naquela realidade social inserida.

Nesse sentido, destaca-se o caráter educativo do processo. A participação política, além de conferir legitimidade às decisões, é, em si mesma, uma solução pedagógica, pois devolve a grande massa o interesse pela política e o trato da “coisa pública”.

Usualmente, a máquina administrativa é compreendida por um seletivo grupo de técnicos e políticos que detêm as informações, sabem decodificá-las, e dessa forma se mantém o monopólio das decisões. Assim, subvertendo essa lógica, o Orçamento Participativo surge com um grande potencial educativo, pois, além de socializar informações apresentadas como técnicas, mas que na verdade respaldam decisões políticas, rompe com o paradigma de que o cidadão “comum” não possui qualificação suficiente para deliberações dessa importância.

Obviamente que as informações devem ser decodificadas e apresentadas com acesso simples, evitando-se o “juridiquês” ou detalhes técnicos desnecessários. Inclusive, em vários momentos do processo, considerando as especificidades regionais, as Assembleias Municipais precisaram se ajustar ao público.

Entre dezenas de casos “pitorescos” – que um dia há de virar um livro de crônicas – destaca-se a Assembleia que precisou ser traduzida na língua alemã. Era perceptível o baixo engajamento na interação com o público presente. Algo estranho acontecia na reunião realizada na pequena cidade de colonização alemã. Os participantes, em sua maioria agricultores, com idade mais avan-

çada, não compreendiam as orientações na língua portuguesa. A solução foi, a cada frase dita no idioma nacional, a tradução em alemão. A Assembleia ganhou outras cores, com defesas fervorosas no microfone, em alto e bom dialeto alemão.

Também merece destaque especial a participação das comunidades indígenas no processo. As etnias Kaingang e Mbya Guaraní, presentes em algumas regiões do estado, tiveram reuniões preparatórias específicas, respeitando sua língua e cultura. De forma inédita, com respeito à ancestralidade, estas comunidades indígenas tiveram protagonismo na participação e decisão nas Assembleias do OP.

Sucederam-se reuniões e assembleias em territórios quilombolas, em comunidades fronteiriças (Uruguai e Argentina) onde a língua alemã ou indígena foi substituída pelo espanhol, ou melhor, pelo “portunhol”. Essa diversidade cultural também era expressa em apresentações preparadas pela comunidade: corais, danças típicas, apresentações musicais tornavam o ambiente das Assembleias estimulante à participação.

Outro mérito da participação foi o acesso às informações públicas, enaltecendo o princípio constitucional da publicidade. A divulgação dos atos públicos decorrentes do OP/RS, seja a partir da prestação de contas efetuado pelo administrador público, ou do acompanhamento da execução das obras definidas pela participação no exercício anterior, também reforçou o controle social e mitigou eventuais desvios de verbas públicas.

A exigência de publicidade dos atos de governo é importante não apenas, como se costuma dizer, para permitir ao cidadão conhecer os atos de quem detêm o poder e assim o controlar, mas

também porque a publicidade é, por si mesma, uma forma de controle, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é.

O OP/RS também aproximou o governo da população. Os órgãos regionais do governo do estado se faziam presentes nas Assembleias Municipais. Coordenadores Regionais da Educação, Saúde, Agricultura, Corsan, CEEE²⁶, EMATER²⁷ e tantas outras estruturas governamentais, respondendo a dúvidas e prestando contas de suas pastas. Secretários estaduais, bem como o vice-governador e governador também priorizavam as agendas da participação da popular.

Por fim, ainda que imperiosa a necessidade de debater os limites do processo, é inegável a otimização dos recursos públicos produzidos pelo processo. Numa conjuntura de extrema escassez de verbas para investimentos sociais e obras de infraestrutura, a participação popular é um elemento crucial na definição das demandas emergenciais. Sendo os recursos insuficientes, surge a necessidade de critérios para hierarquização. E quem hierarquiza? O governante, o grupo econômico ou social mais influente? A opção de implementar o Orçamento Participativo trouxe a resposta – o cidadão é o ator social qualificado para deliberar as áreas que necessitam de maior aporte de recursos.

OS LIMITES DO PROCESSO

A situação financeira do Estado herdada dos governos anteriores era de total endividamento, abandono e sucateamento das

26. N. do E.: CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica.

27. N. do E.: EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

estruturas públicas. Assim, um dos maiores desafios enfrentados foi a definição de prioridades num ambiente onde as demandas eram infinitas e os recursos, finitos. Comunidades e regiões historicamente excluídas do investimento público viam no OP/RS uma oportunidade de vocalizar reivindicações reprimidas havia décadas: estradas vicinais, hospitais, escolas, redes de água e esgoto, entre outras. O lema da participação — ouvir todos e construir coletivamente — produzia riqueza democrática, mas também sobrecarga decisória: quando cada demanda é “urgente”, como hierarquizar?

Para mitigar isso, criaram-se critérios objetivos de pontuação (número de participantes, indicadores de carência, impacto regional, custo por habitante), mas, na prática, o processo nem sempre reduziu conflitos. Muitas comunidades se sentiram injustiçadas ao ver obras de outra região receberem prioridade, o que gerou desgaste político e questionamentos sobre a legitimidade das escolhas.

Regiões mais populosas ou com redes organizadas — por exemplo, escolas públicas e sindicatos de professores, que conseguiam mobilizar grande número de estudantes e familiares para as assembleias — acabavam conquistando mais votos para suas demandas. Isso trouxe críticas de que havia um desbalanceamento entre quantidade de apoiadores e gravidade/abrangência da obra solicitada — a assimetria de mobilização social.

Outro aspecto a ser debatido consiste na distância entre decisão popular e execução governamental. Essa, provavelmente, foi talvez a maior fonte de frustração do processo. Mesmo com a decisão tomada e recursos indicados, muitas obras enfrentaram

entraves legais e administrativos: licitações demoradas, disputas judiciais, restrições ambientais, necessidade de projetos executivos complexos ou simplesmente limites técnicos do Estado para dar conta de tantas prioridades.

Esse “atraso entre promessa e entrega” afetou a credibilidade do processo. Comunidades que participaram ativamente tencionavam ao perceber que, após a vitória da sua pauta, o canteiro de obras não avançava. A consequência foi um desgaste político que repercutiu diretamente na avaliação do governo.

Impõem-se refletir como, além de o estado ter um ritmo em descompasso com as urgências da população, apresenta um diálogo burocratizado com a cidadania. Muitas vezes, as falas governamentais nas Assembleias eram desprovidas de qualquer adequação à linguagem popular. O palavreado técnico não conversava com o saber popular. Pensar formas de traduzir os emaranhados legais da estrutura orçamentária e financeira do estado constitui-se em um desafio para o avanço de experiência análogas.

Por fim, destaca-se o embate entre obras estruturantes — de custo alto e impacto regional (como estradas e pontes) e demandas locais mais modestas, porém urgentes (posto de saúde, escola, rede de água). Estradas foram um exemplo emblemático: essenciais para escoamento da produção e integração regional, mas com valores que consumiam boa parte da cota orçamentária de uma região. Muitas vezes, a escolha por uma estrada impacitava dezenas de demandas menores — o que levava a disputas acirradas e ressentimentos entre localidades vizinhas.

Essa tensão expôs um dilema da participação: como equilibrar justiça territorial com visão estratégica de desenvolvimento quando a lógica do voto tende a privilegiar demandas imediatas e palpáveis para grupos específicos.

BALANÇO FINAL

O Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, reuniu mais de 1,2 milhão de pessoas em 2.824 Assembleias Públicas em todo o Estado. Aproximadamente 12% da população gaúcha e 16% do eleitorado elegeu 57.193 delegados. Foram quatro anos de intensa mobilização e protagonismo da sociedade e de muitos caminhos percorridos nos mais de 282 mil km² rodados em busca da democracia direta.

Sem dúvidas, o processo de participação popular direta tornou-se um marco histórico, de referência mundial, dado o pioneirismo da abrangência em escala tão ampla. E, mesmo diante dos desafios e críticas postas, a participação cresceu a cada ano.

Sem desqualificar a importância da democracia representativa ou o papel dos movimentos sociais, a sociedade contemporânea exige a necessidade de espaços diretos de participação popular, para além do voto na urna a cada quatro anos.

É inviável a sustentação do estado democrático de direito exclusivamente nos pilares da democracia representativa. A inexistência de participação direta, e por consequência de controle social, torna a administração pública mais suscetível à corrupção e outras condutas que ferem o interesse público.

Assim, avalia-se que o OP/RS se constituiu numa exitosa experiência de reinvenção da democracia. Por meio desse processo,

vislumbra-se a edificação de uma nova arena decisória, aproximando sociedade e Estado. Seja pela inversão de prioridades que podem ser trazidas para o âmbito das decisões governamentais, seja pelo controle social produzido pela publicidade as informações, ou mesmo, pela própria racionalização dos recursos públicos.

Em um país no qual a máquina pública se apresenta refratária à participação popular, o OP/RS teve um caráter pedagógico importante. Ainda que futuras pesquisas acadêmicas devam aprofundar a análise das potencialidades e limites do processo, defende-se que a participação ocorrida, por si só, já é uma condição de possibilidade para inauguração de um novo espaço público, mais democrático, justo e igualitário.

Superar a cidadania ocasional, expressada apenas na participação das eleições, não é tarefa fácil, contudo, necessária. E o caminho a trilhar para aprimorar nossa democracia, passa, irremediavelmente, pela radicalização da própria democracia. Quiçá, num futuro próximo, tenhamos a reedição do Orçamento Participativo no estado do Rio Grande do Sul e em outros estados da Federação. E porque não sonhar mais alto – o Orçamento Participativo em escala nacional, substituindo a atual farra sigilosa das emendas parlamentares.



A MÍDIA COMO PARTIDO NO GOVERNO

OLÍVIO DUTRA

Celso Augusto Schröder²⁸

A eleição de Olívio Dutra para o governo do Rio Grande do Sul, em 1998, aconteceu num clima de disputa acirrada com o ex-governador Antônio Britto, depois de uma década de vitórias do PT e seus aliados em Porto Alegre e na região metropolitana. O estado, com uma autoimagem de politizado, via seus partidos tradicionais, de origem trabalhista ou não, perderem força e representatividade. Crescia o PT em nível nacional e o PSDB assumia espaços do MDB e da antiga Arena. Enquanto o PT hegemonizava o campo da esquerda, a direita e o centro entravam em crise de representação popular e mesmo de lideranças que migravam para as pontas do espectro político.

28. Jornalista, foi chargista do *Correio do Povo* e professor de Jornalismo na PUC-RS. Foi também presidente do Sindicato dos Jornalistas do RS, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), presidente da Federação dos Periodistas da América do Sul e Caribe (FEPALC) e vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ). Foi membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e Superintendente de Comunicação da Assembleia Legislativa do RS. Foi também candidato pelo PT a deputado federal da executiva estadual do partido. É coeditor do jornal *Grifo*.



Olívio Dutra, que havia perdido as eleições anteriores no estado para o próprio Britto, já era um político reconhecido por iniciar o ciclo petista de 16 anos na prefeitura de Porto Alegre e Britto era um governador fustigado por uma eficiente bancada de esquerda na Assembleia Legislativa. Enquanto Olívio possuía uma imagem que combinava austeridade e moralidade, Britto ainda carregava a imagem do jornalista que havia acompanhado Tancredo Neves em seus momentos finais, além da máquina de governo estatal e um partido ainda forte, o PMDB, já assumidamente conservador, com estrutura em todo o estado.

A base eleitoral e de sustentação da candidatura Olívio Dutra era a classe média e operária e setores da agricultura familiar, todos nucleados em torno do Partido dos Trabalhadores, com apoio dos partidos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro e o Partido Verde. Estas agremiações, pequenas do ponto de vista de representação, tinham, no entanto, ramificações e influências razoáveis nos sindicatos urbanos e rurais e conseguiam fazer frente às poderosas associações empresariais e rurais que se aliaram ao PMDB, PSDB, PP e PDT, os partidos da frente conservadora com Britto no comando.

Uma das razões da equivalência das forças políticas, apesar da enorme desproporção no financiamento, era o crescente enfraquecimento dos partidos conservadores. O PDT, Partido Democrático Trabalhista, herdeiro do espólio do antigo PTB getulista, perdera identidade ao abrir seu leque ideológico para o latifúndio do sul do estado e recuara na sua tradição trabalhista. O PP, sucedâneo da Arena, estava enrodilhado em torno dos

latifundiários e da decadente indústria gaúcha. O PMDB, que representou a oposição conservadora da ditadura e aglutinara setores de esquerda, assumiu o antigo papel da Arena e se resumia a uma enorme estrutura mais ou menos ineficiente e com pouca representação popular. O PSDB era praticamente inexistente como partido. Foi aí então que a mídia, RBS principalmente, assumiu seu papel de partido informal, porém dedicado e razoavelmente competente.

A MÍDIA COMO PARTIDO

Gramsci já detectara que nem sempre os partidos políticos formais, os representantes de classe ou estamento de classe “são os promotores da fusão entre o domínio na esfera dos valores e da cultura (hegemonia) e o exercício da direção sobre a economia e a sociedade (supremacia)”. O partido, portanto, para Gramsci, é uma espécie de interface entre o mundo da ideologia e a esfera da produção. Daniel Herz já detectara, também, no seu conhecido livro *A História Secreta da Rede Globo* e reafirmado no posfácio da edição de 2009, o papel partidário, no sentido gramsciano, da emissora Globo. Por outro lado, o alinhamento da RBS à Rede Globo sempre ultrapassou o contrato empresarial de afiliada e se aproximou de uma identidade ideológica similar a de agremiações partidárias. Apoios, explícitos ou não, coberturas tendenciosas, análises comprometidas e uso de pesquisas eram práticas recorrentes tanto numa como na outra empresa. A ocupação do espaço partidário pela mídia não era novidade, mas a dimensão do monopólio no Brasil atribuía a este fenômeno contornos de ilegitimidade e de usurpação ao ponto de uma

ex-presidente da Associação de Editores de revistas (ANER) afirmar, em uma reunião da entidade, que a desarticulação e incapacidade dos partidos conservadores obrigavam a mídia nacional a cumprir este papel.

A ascensão da mídia como partido no Rio Grande do Sul não foi uma surpresa, nem um ineditismo histórico. A novidade foi a intensidade, o método e a transparência assumida. O *Zero Hora*, por exemplo, se colocou como trincheira semiformal do candidato Britto, ex-funcionário da empresa. Alguns jornalistas arriscaram suas carreiras ao vestirem as fardas ideológicas e as dragonas partidárias. Assumiram, junto com a mídia subsidiária, o papel de partido com todas as funções de organização, mobilização e orientação, porém sem os compromissos legais e constitucionais. Nem a Globo, ao eleger e destituir Collor, assumiu essa condição de condutora política de maneira tão pública. Com uma máquina de produzir factoides numa mão e as pesquisas eleitorais na outra, a RBS assumiu a campanha de Britto e depois conduziria a oposição sistemática ao Governo Olívio.

Claro que, para assumir este papel de partido político, a RBS precisou se afastar de sua condição de empresa de comunicação e, particularmente, de empresa produtora de jornalismo, que é definido por Adelmo Genro Filho como o relato, socialmente produzido, dos eventos singulares. Se Adelmo identifica no jornalismo o relato que possibilita a consolidação da esfera pública burguesa e, portanto, do capitalismo, ele também o enxerga como a possibilidade de sua superação. Para Adelmo, o jornalismo, ao cumprir seu destino de relato dos eventos singulares e únicos, precisa obrigatoriamente se ater à verdade e a uma estru-

tura narrativa em que a adjetivação e o excesso são indesejáveis. A objetividade e a neutralidade, diz Adelmo, são contingências para se chegar ao relato que mais se aproxima do fato que nunca mais se repetirá. Claro que os fenômenos nunca são puros, o tipo ideal é um truque para que possamos nos aproximar da verdade. Portanto, o jornalismo é uma atividade humana que se propõe a esboçar a verdade, retirando ao máximo os elementos de ideologia e subjetividade que revestem as conversas informais, as produções artísticas e o pensamento filosófico. A contradição inerente a uma empresa jornalística é de ter de produzir e veicular informações que interessem ao máximo da população e de compradores e, ao mesmo tempo, não conseguir escapar de sua condição de representante de uma determinada classe social. Na verdade, a RBS nunca foi exclusivamente uma empresa de comunicação, há muitos anos migrou para os negócios imobiliários, comércio de vinhos e queijos, entre os que se conhece.

A RBS COMO PARTIDO

A RBS faz parte de um conglomerado de empresas que atua na comunicação, embora esteja presente atualmente numa enorme área da economia. Surgiu a partir da atuação de animador de auditório de Maurício Sirotsky e de seu irmão, Jayme Sirotsky, que compraram a Rádio Gaúcha, em seguida, o espólio da *Última Hora* de Porto Alegre, que ganha o nome de *Zero Hora*, e logo a TV Gaúcha. Amparados na facilidade do sistema financeiro do estado, somado a uma agressividade e intuição empresarial inegável, a incipiente empresa cresceu na mesma medida que o

antigo império empresarial de comunicação da Caldas Jr. entrou em decadência.

O Grupo sofrera duras derrotas com as eleições sucessivas para a Prefeitura de Porto Alegre, que produziu um ciclo petista, transformando-a numa “cidade vermelha”, contaminando a região e as grandes e médias cidades do Rio Grande do Sul. A disputa pelo governo do estado era, portanto, uma luta de sobrevivência para uma empresa que mantinha uma relação espúria entre a comunicação e outros negócios. Britto chega para a disputa com um capital eleitoral assentado no apoio das grandes empresas gaúchas, em partidos conservadores enfraquecidos e numa empresa de comunicação que assume a condição de representação partidária, inédita para o estado.

Na campanha de 1998, a RBS assume, portanto, a tarefa de traçar a estratégia da campanha de Antônio Britto ou se preparar, em caso de derrota, para tentar reverter o poder ao longo do processo. Para tal tarefa, incumbiu José Barrionuevo, ex-editor de política do jornal *Correio do Povo*, onde conquistou o cargo de diretor do jornal ajudando a promover um dos maiores escândalos na manipulação de pesquisas, e que vai para a RBS numa condição inferior de mando, mas com o maior poder da empresa como munção.

De novo, o Grupo volta a utilizar as pesquisas como forma de manipulação, apresentando a vitória de Britto como certa, assim como haviam feito em 1988, quando Olívio o derrotou na disputa municipal. Só que, a essa altura, todo mundo já desconfiava das pesquisas, conhecia e confiava no Olívio e o PT já não mais assustava ninguém. Depois da redemocratização, o anticomu-

nismo estava em baixa e ninguém assumia a sua defesa. E assim Olívio se elege governador com uma margem pequena de votos, o que demonstrava que o novo partido midiático estreou com relativo sucesso.

A vitória de Olívio em 1998, no entanto, não aconteceu sem as suas próprias contradições. Alianças frágeis e mal costuradas, administração sem todos os seus quadros partidários em função de uma disputa interna intensa, uma campanha eleitoral com forte viés moralista que, com a histórica incapacidade da esquerda de atribuir à comunicação uma dimensão estratégica, faz com que o governo enfrente uma eficiente máquina de propaganda política pretensamente autônoma, embora alinhada à oposição conservadora. A vigorosa equipe de comunicação do Governo Olívio, teórica e tecnicamente preparada, foi fustigada por uma tática partidária disfarçada de informação que neutralizou em parte as peças de propaganda governamentais, conduzida por uma empresa de jornalismo. O governo, por sua vez, não conseguiu articular produção jornalística que conseguisse enfrentar a grande mídia, principalmente o *Zero Hora*.

José Barrionuevo, o jornalista destacado para comandar a batalha da comunicação, era um quadro experiente, com vínculos originais com o PDT e cujos interesses pessoais tinham sido prejudicados pela ação dos deputados petistas, particularmente Raul Pont, que conseguiu interromper sua carreira de assessor de imprensa na Assembleia Legislativa.

A força e coerência moral era a grande arma do PT, mas também um ponto de fragilidade quando exploradas as suas contradições. Os financiamentos de campanha sempre são uma



fonte de preocupação, principalmente para os partidos de esquerda em que a ética política é constituidora de suas histórias. Sem ser um partido revolucionário estruturalmente, o PT sempre cultivou, por outro lado, uma forte moralidade que garantiu identidade e coerência. Em 1998, os custos de campanha já eram muito altos, principalmente os de produção de rádio e TV. Enquanto os partidos conservadores tinham aberto os cofres das grandes empresas, os partidos de esquerda precisavam fazer malabarismos para a arrecadação que lhes permitisse concorrer com alguma possibilidade de vitória.

O PT E A RBS

Desde sua transformação de jornal getulista *Última Hora* em *Zero Hora*, o jornal dos Sirotsky assumiu a defesa da elite econômica do estado, antes garantida pelos veículos jornalísticos da Caldas Jr. O Grupo — jornal, rádio e TV — apoiou desde a ditadura a todos os governos mais ou menos democráticos que, de alguma maneira, apoiassem e representassem o setor econômico mais privilegiado da população. Os partidos de esquerda sempre tinham sido ignorados ou combatidos pelo grupo de comunicação. Com o PT, não foi diferente. Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores amargou primeiro a sua negação, depois uma tentativa de folclorização e, finalmente, quando o PT se tornou viável, um combate diário e incessante.

A tese de mestrado do jornalista Marco Antonio Schuster, que conhecia detalhadamente os meandros do partido, trata especificamente de um período e de um jornalista em especial do *Zero Hora*. Para Schuster, José Barrionuevo desenvolveu uma

relação diferenciada de outros jornalistas em relação ao partido, baseada em informações diferenciadas de fontes não identificadas e direcionadas principalmente para sua militância, que interage com as colunas do jornalista de duas maneiras segundo Schuster:

- “a) Repercussões internas, quando a coluna serve de veículo para discussão entre as diferentes correntes, ou subsídio para conflitos entre lideranças;
- b) Respostas ao colunista através de cartas para reparar a informação, notas pagas para desmentir a informação e, no extremo, ações judiciais para exigir do jornal e do jornalista o reparo da informação.”

No Governo Olívio, Barrionuevo tentou implementar a mesma tática de interação para se informar e causar cizânia no governo. No entanto, a estrutura da Secretaria de Governo de Olívio, na tradição adotada pelos governos municipais petistas de Porto Alegre, dificultaram a ação diversionista do jornalista e o obrigam a radicalizar as velhas táticas da manipulação e inaugurar algumas novas.

De um lado, Barrionuevo infla as acusações que Jair Krischke, histórico e solitário presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, organização respeitada e conhecida pela defesa de presos políticos, e Luis Milman, jornalista, professor da UFRGS, também militante do MJDH e ambos próximos do PDT, sobre suposto envolvimento do Governo Olívio com o novo formato do famoso Jogo do Bicho, agora operador das máquinas eletrônicas. A denúncia de Krischke e Milman é sobre suposto financiamento não declarado à campanha eleitoral do candidato Olívio. As acusações são en-

dossadas pela revista *Veja* e se transformam, junto com a falsa polêmica da viabilização da instalação da fábrica da Ford no estado, no principal aríete da oposição, agora comandada pela RBS. Jair Krischke chega a conduzir um rompimento na longa e histórica parceria do MJDH com o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul na promoção do Prêmio de Direitos Humanos de Jornalismo após denunciar, com Milman, os jornalistas da Secretaria de Comunicação, a chefe de jornalismo, Denise Mantovani, e o secretário de Comunicação, Guaracy Cunha, na Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, onde têm acolhida a denúncia, depois rejeitada na instância superior da Comissão de Ética da FENAJ. Esta ação política teve grande repercussão nacional a partir da cobertura de *ZH*, principalmente, e foi muito explorada na campanha do candidato Tarso Genro.

Quero aqui destacar o papel espúrio e ilegítimo da mídia como partido, já que lhe permite agendar assuntos como mídia e organizar a política como partido sem assumir nem os compromissos tácitos de um ou de outro. Ao assumir a ideologia como base da formulação, portanto a defesa do particular, a mídia não consegue voltar a representar o interesse público, base inescapável de seu contrato social.

Assim, ao exercitar de modo razoavelmente eficiente, do seu ponto de vista, o papel de partido de oposição ao Governo Olívio, a RBS apressou sua decadência econômica como empresa de comunicação e perdeu significativamente em seu papel monopolizador da mídia gaúcha. O jornalista José Barrionuevo, comandante da força tarefa anti-PT também pagou seu preço e

foi afastado da empresa algum tempo depois. A vitória parcial da mídia sobre Olívio foi a não reeleição do seu governo com a derrota do candidato Tarso Genro, embora seu candidato preferencial, Antônio Britto, tenha chegado em terceiro lugar no primeiro turno daquela eleição. De um modo em geral, o custo social pelo deslocamento de papéis da mídia para partido político é alto e os danos são razoavelmente permanentes. O combate incessante da RBS ao PT ajudou a garantir o afastamento do partido que governou por 16 anos a Prefeitura de Porto Alegre e o mantém em um honroso, porém ineficaz, segundo turno na disputa do governo do estado. A falta de credibilidade, por outro lado, foi fatal para a empresa de jornalismo, cuja função seria garantir a verdade dos fatos. Enquanto os partidos conservadores se recolheram ao papel de despachantes do agronegócio, também sempre em crise, o *Zero Hora* resignou-se ao papel de lobista de seus próprios interesses. Obviamente, os motivos são múltiplos e complexos, mas não podemos dissociar a crise na esfera pública causada pela hibridização da política com a informação profissionais e a decadência atual do estado.

O PT E A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores tem um enorme desafio, como todos os grandes partidos do planeta, em relação à comunicação e ao jornalismo. Fundamentalmente, precisa dar conta da dupla relação que estabelece com este campo: por um lado, a dimensão tática de conseguir eficiência para conquistar a opinião pública e ganhar eleições. Por outro lado, conseguir realizar a dimensão estratégica de regular a produção e distribuição democrática



das informações contemporâneas e de garantir as características humanas.

Desde os anos 1980, Daniel Herz, primeiro através da FENAJ e depois com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), insistia que somente a regulação da propriedade e do conteúdo atribuiria alguma dimensão de democracia à comunicação e, por conseguinte, ao jornalismo. Para isto, exigia dos partidos de esquerda a obrigação teórica de pensar a comunicação numa perspectiva estratégica que superasse a necessária dimensão tática.

Taticamente era necessário ter conhecimento necessário o suficiente para a produção com qualidade de uma comunicação que organizasse sua militância ao mesmo tempo que incidisse na opinião pública. Veículos de comunicação próprios e conhecimento da tecnologia sempre foram algumas das reivindicações do jornalista e professor. Do ponto de vista estratégico, Herz reivindicava uma combinação de ações públicas e privadas, articuladas entre estado, mídia corporativa e sociedade civil — partidos políticos de esquerda principalmente — que promovem o que ele chamava de controle público. Este controle garantiria, se todas as forças agissem ativamente, a democracia sem incidir em censura ou manipulação. Os tímidos movimentos dos governos Lula, a Confecom²⁹ entre eles, mostram como esta hipótese, até agora parcialmente implementada, está acertada.

Como vimos, não enfrentamos apenas os interesses da direita. A esquerda, sem definição política sobre a questão da comunica-

29. N. do E.: Confecom, Conferência Nacional de Comunicação no Brasil, realizada em 2009.

ção, vacila entre a absorção acrítica das posições travestidas da direita, o Marco Civil da Internet é o mais grave do meu ponto de vista, porque incorporou o erro tático da definição do adversário e a adoção de posições ingênuas de imaginar que a soma das mídias alternativas equivale ao poderio das grandes empresas nacionais e agora das gigantes internacionais.

Para piorar a situação do ponto de vista comunicacional, temos um cenário no qual ainda não conseguimos implementar uma legislação que atribuísse dimensão pública à comunicação tradicional e abdicamos de legislar sobre as big techs. A escolha do formato do Marco Civil da Internet não só permitiu a articulação da guerra híbrida iniciada em 2013, que resultou no golpe contra Dilma, como agora serve como suporte para os ataques contra a soberania nacional desencadeados por Trump a serviço destas big techs.

A questão estratégica de atribuir à comunicação um local fundamental de disputa política continua para o Partido. Ao abdicar sistematicamente do Ministério das Comunicações quando assume o poder e optar por transferir para a Secom³⁰ o local da produção da insuficiente política pública de Estado que então se confunde com as necessárias ações comunicativas de governo, o PT enfraquece seu governo e responsabiliza quadros de maneira equivocada e irresponsável. Mais uma vez, citando Daniel Herz, é preciso aproveitar as grandes mudanças tecnológicas que podem ser as escassas janelas de oportunidade para atribuir dimensão pública a uma atividade que reivindica sempre a condição de privada e particular.

30. N. do E.: Secom, Secretaria de Comunicação Social.



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide*. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

SCHRÖDER, Celso Augusto, Pianna de Castro, Posfácio in HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Don Quixote Editora, 2009.

SCHUSTER, Marco Antônio, *Página 10 e PT, Jornalismo e Política na Sociedade de Comunicação*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2002. Disponível aqui: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3515>, consultado em 3/out/2025.



OS EMBATES COM O LATIFÚNDIO E SEUS ALIADOS

Fácil é remar a favor da correnteza, o desafio é remar contra

José Hermeto Hoffmann³¹

A eleição de Olívio Dutra ocorreu num contexto de disputa e acirramento ideológico muito fora do habitual até então. Uma disputa centrada entre duas propostas antagônicas: a que estava governando já por quatro anos e tentava a reeleição (Cavalo do Comissário) e a do opositor Olívio Dutra. No que diz respeito ao agrário, as diferenças nas propostas eram oceânicas. Enquanto na do governante em disputa de reeleição estava implícita a continuidade da política de afago e regalias ao latifúndio, delegando praticamente à Farsul³² a gestão da área, seu oponente missioneiro propunha políticas para os excluídos históricos como os sem-terra, os agricultores familiares e quilombolas. Assentar as milhares de famílias dos sem-terra acampadas na beira das es-

31. Engenheiro agrônomo, mestre em Economia Rural pela UFRGS; pós-graduado em Planejamento Agrícola pela UFPR; Presidente da Sociedade de Agronomia, 1987/89; secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, 1999/2002; Diretor do BRDE, 2011/14.

32. N. do E.: Farsul, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

tradas, uma vigorosa prioridade para a agricultura familiar e a adoção de um outro paradigma tecnológico, o da agricultura sustentável baseada na agroecologia eram os compromissos centrais do candidato de oposição.

A vitória de Olívio Dutra pôs em xeque mais de 500 anos de gestão do agro gaúcho. Desde as Sesmarias, que são a origem da concentração de terras, o latifúndio exercia grande poder político. Esse poder político se explicita inclusive pela criação e manutenção por longos períodos de estruturas públicas como o Instituto Rio Grandense de Carnes e o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga). O Irga, aliás, persiste até os dias atuais. O Rio Grande nunca teve estruturas públicas similares para atender às demandas da agricultura familiar, como um Instituto Rio-Grandense do Feijão ou um Instituto Rio-Grandense da mandioca etc. De outra parte, os perfis dos próprios ocupantes do cargo de Secretário da Agricultura comprovam o peso político do latifúndio. Teve até secretário que ocupou os dois cargos, o de secretário de Estado e o de presidente da Farsul, em tempos diferentes. Mesmo em governos populares como os de Leonel Brizola e Alceu Collares, isso, de alguma forma, prevaleceu. Brizola criou o Instituto Gaúcho da Reforma Agrária, mas nomeou Alberto Hoffmann para a pasta da Agricultura, um deputado integralista do PRP, do ideário de Plínio Salgado. Já Alceu Collares nomeou Aldo Pinto, um político ungido pela Farsul e com bom trânsito no latifúndio.

Olívio Dutra significava, portanto, não só a inversão de prioridades, mas também a ruptura histórica com o latifúndio. Rompimentos dessa magnitude não acontecem sem conflitos. Foi

isso que vivenciamos e enfrentamos durante os quatro anos do Governo Democrático e Popular entre 1999 e 2002.

Assumimos sem que o secretário anterior fizesse a devida transição, tal qual fizera o governador não reeleito, viajando para o exterior na véspera da posse de Olívio Dutra. Assim, sem uma transição entre as duas gestões, já no primeiro dia nos deparamos com poucos registros das rotinas diárias e dos programas em andamento. A nossa primeira tarefa foi montar uma estrutura mínima para implantar o Programa Agrário e Agrícola da Frente Popular. Criamos o Departamento da Reforma Agrária e o Departamento da Agricultura Familiar, até então inexistentes, porque o público objeto desse tipo de estrutura não era prioritário. No Gabinete, onde até as paredes exalavam latifúndio, fixamos a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como símbolo da nova era que se inaugurava.

AS AÇÕES, AS REAÇÕES E OS CONFLITOS

O PLANTIO ILEGAL DA SOJA TRANSGÊNICA

No fim dos anos 90, com a liberação dos plantios na Argentina, a soja transgênica começou a ser plantada no Rio Grande do Sul apesar da proibição no Brasil. O contrabando de sementes e o plantio clandestino se davam para atender aos interesses de alguns sojicultores gaúchos. Assim, em 1999, no primeiro ano do nosso governo, a semente transgênica Maradona, como era apelidada, já era bastante plantada em solo gaúcho. Uns plantavam por curiosidade, em caráter experimental, outros já tinham passado por essa fase e praticavam plantios maiores. O nosso governo era contrário a esses plantios não só por sua ilegalidade, mas principalmente por-



que a transgenia da soja da multinacional Monsanto tinha como objetivo a venda de mais veneno, uma vez que o DNA foi modificado para torná-la resistente ao agrotóxico usado para matar as ervas ditas daninhas. Desta forma, era possível o uso massivo de venenos que matavam tudo menos a planta de interesse econômico. A Monsanto lucrava duplamente vendendo a semente monopolizada e o agrotóxico matador de tudo que fosse verde, menos a soja. Além do nefasto efeito ambiental decorrente do ainda maior uso de agrotóxicos, também questionávamos os danos sobre a biodiversidade e os efeitos desconhecidos do alimento com DNA modificado para a saúde humana. Tínhamos a convicção de que a semente é um bem da humanidade e, como tal, não poderia ser privatizada para ser colocada à disposição do agricultor mediante a venda casada com o veneno. Vislumbrávamos ainda o possível acesso preferencial a mercados que não aceitavam o consumo de alimentos geneticamente modificados. A nossa questão não era contra a ciência e, sim, pela ciência a favor da vida, embora parte da mídia e da academia nos quisessem rotular de forma pejorativa como o “governo anticiência”.

O nosso objetivo era acabar com os plantios ilegais e caminhar para tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos. Nesse sentido, abrimos um diálogo com as entidades representativas (Fecoagro, Fetag e Farsul, Fetraf e Via Campesina)³³. Com exceção da Farsul, houve a compreensão de que o plantio ilegal

33. N. do E.: Fecoagro, Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul Ltda.; Fetag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul; Farsul, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul; Via Campesina, organização internacional que articula os processos organizativos das camponesas/es no campo, nas águas e nas florestas.

não poderia prosseguir. Enquanto as demais entidades se comprometiam com o esforço para evitar os plantios ilegais, já na safra 1999/2000, a direção da Farsul se omitia, o que na prática significava estimular os seus associados no prosseguimento do plantio da soja Maradona. O governo tornou público que iria exercer o poder de fiscalização, multando e responsabilizando os infratores e a consequente erradicação dos plantios identificados.

Colocamos à disposição da população um número 0800 para que ela pudesse denunciar os infratores. A omissão do Governo Federal era tão flagrante que uma decisão da 6ª Vara Federal de Brasília determinou ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) a fiscalização das lavouras ilegais. No cumprimento dessa decisão, os fiscais do Mapa arrancaram e destruíram com fogo um plantio de arroz transgênico na Estação Experimental do Irga em Cachoeirinha. Numa tentativa desesperada para impedir que suas lavouras fossem inspecionadas, em Tupanciretã, um grupo de produtores cercou o alojamento onde os fiscais estaduais estavam hospedados e os fizeram reféns para impedir que saíssem para a jornada de trabalho. Mesmo com toda a resistência e contrariedade da direção da Farsul, os trabalhos de fiscalização prosseguiram e 700 amostras foram coletadas em 300 propriedades de 16 municípios. Destas, 31 deram positivo para transgenia (*Folha de S.Paulo*, 29/12/1999).

A EXPOINTER PLURAL E DEMOCRÁTICA

Os latifundiários gaúchos iniciaram em 1901 o hábito de mostrar seus animais na capital. Naquele ano, foi a primeira exposição de animais no Campo da Redenção (atual Parque Farroupilha).



Em 1909, a feira foi transferida para o Menino Deus, onde foram construídas estruturas permanentes. Com o crescimento da capital, o Bairro Menino Deus passou a ser inadequado para a realização da Feira. O então interventor federal, que respondia pelo governo do estado, desapropriou uma fazenda em Esteio e ergueu lá o Parque Assis Brasil. Assim, desde 1970, a Expointer passou a ser o espaço da pecuária rio-grandense, em Esteio. Um espaço público, custeado com verba pública para benefício e lucro de um único setor produtivo, que os sucessivos governos estaduais entregavam para o latifúndio gerir.

Em 1999, na primeira Expointer do Governo Democrático e Popular, encontramos uma espécie de Conselho de Administração composto pela Farsul e mais um representante de cada raça dos animais que participavam da feira, junto com o governo do estado, tendo esse um único assento. Dessa forma, lhe cabia, na prática, o papel de chancelar e executar as decisões desse Conselho.

Nós implementamos a proposta do Governo Democrático e Popular tendo como princípios a pluralidade, a transparência, a democratização e o controle público. Anunciamos que ampliaríamos tanto a representação dos promotores como dos segmentos econômicos. Ampliamos os promotores, com a inclusão dos agricultores familiares através da Fetag; das cooperativas, com a inclusão da Fecoagro, e da Prefeitura de Esteio. Posteriormente, assim que foi criada, incluímos a Febrac³⁴ como representante das associações de criadores das diferentes raças que expunham seus animais, e o Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas (Simers).

34. Febrac: Federação Brasileira das Associações de Criadores de Animais de Raça

Entendíamos que o espaço público privilegiado como o Parque Assis Brasil teria que expressar todo o agro e não só a pecuária. Assim, anunciamos a inclusão da agricultura familiar através das suas agroindústrias, e colocamos à disposição do setor de Máquinas e Implementos um espaço adequado para que pudesse lá desenvolver um conceito de exposição-feira e não só exposição como era até então.

Como resposta, a direção da Farsul anunciou que boicotaria a realização da Expointer de 1999. Usou como pretexto para o boicote a ocupação da Fazenda Capivara em Hulha Negra pelo MST, mas a real razão era a perda do monopólio. A ação fracassou e ainda teve como consequência a criação e organização de uma nova entidade que congrega as Associações de Criadores das Raças (Febrac).

A Febrac foi organizada às pressas para representar os interesses econômicos de quem fazia negócios na Expointer, já que a direção da Farsul se ocupava da política de oposição ao Governo Olívio.

O setor de máquinas agrícolas não estava satisfeito com o tratamento recebido ao longo dos anos, que só permitia a venda de animais. A participação do setor ficava restrita à exposição de seus produtos com custos significativos. A partir dessa realidade, construímos, através do diálogo, um espaço próprio para o setor, transformando a Expointer também numa grande feira de negócios das máquinas agrícolas. A criação desse espaço foi pacífica, diferentemente do que aconteceu com a agricultura familiar, tema a respeito do qual a direção da Farsul se posicionou contrária sob a alegação de que aquela era uma feira exclusiva de animais.



A PRESENÇA INÉDITA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Mesmo com toda a resistência da Farsul, levamos a ideia adiante e, na edição de 1999, exatos 98 anos após a primeira edição, a agricultura familiar estreava num espaço que até então era considerado exclusivo aos animais. *O debut foi modesto perto da pujança e da importância, já que só um pouco mais de uma dezena de agroindústrias familiares participaram. Essa primeira edição abrigou os feirantes embaixo de uma lona preta em instalações precárias. Face às dificuldades desses pequenos empreendimentos e também frente à incerteza sobre as vendas, o governo do estado custeou fretes, transporte e até alojamento. Já no segundo ano, o número de interessados aumentou significativamente e as acomodações dos feirantes foram melhores. Ano após ano, o número de participantes aumentava e o espaço começou a ser um novo e grande atrativo. Na quarta edição (2002), ficou evidente a necessidade de um espaço próprio e permanente para a agroindústria familiar. Fruto dessa constatação, no processo de discussão do Orçamento Participativo (OP) de 2003, a população elegeu a construção do Pavilhão da Agricultura Familiar como uma prioridade. Mesmo com a verba prevista, definida no OP, o governo que nos sucedeu não executou a obra. Com a omissão do governo estadual, o Governo Lula, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, assumiu a construção com verba federal. Passados 26 anos, a presença da agricultura familiar está consolidada e o Pavilhão da Agricultura Familiar passou a ser a grande atração da Expointer tanto para o público rural como urbano.*

A OCUPAÇÃO DA FAZENDA CAPIVARA

A RESISTÊNCIA DO LATIFÚNDIO, O CORREDOR POLONÊS

Em agosto de 1999, o MST ocupou a Fazenda Capivara no município de Hulha Negra. O Juiz da Comarca de Bagé rapidamente ordenou a reintegração de posse. O governo do estado, juntamente com o Superintendente do Incra, tentou iniciar tratativas a fim de aumentar o prazo para o despejo das famílias. Deslocamo-nos até Bagé com essa finalidade. Já estávamos dentro do Fórum quando o juiz mandou recado pela secretária de que só nos receberia após a desocupação da área. Diante dessa negativa, o superintendente do Incra³⁵ voltou para Porto Alegre e nós, no dia seguinte, nos deslocamos até a ocupação com a finalidade de dialogar com as lideranças do MST. Chegamos e nos deparamos com uma multidão de fazendeiros perfilados junto com suas caminhonetes ao longo da cerca, com gritos, xingamentos e ofensas. Conseguimos entrar na fazenda. Em seguida, se aproximou o comandante local da Brigada Militar para comunicar que não poderia dar garantias de vida para sairmos. Era o recado dos fazendeiros amotinados. Fizemos contato com o governador Olívio Dutra para dar ciência do fato (no local tinha sinal de celular). Em minutos, o governador acionou o secretário da Segurança, José Paulo Bisol, que nos orientou para aguardarmos um novo contato do comandante local da Brigada Militar. Bisol havia ordenado providenciar a nossa saída da fazenda em segurança. E assim aconteceu. Passado algum tempo, o mesmo comandante que afirmara não poder nos dar garantia de vida, voltou para dizer que conseguira um reforço de policiamento

35. N. do E.: Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

para a nossa retirada em segurança. Orientou-nos para mantermos os vidros do carro fechados e que o motorista não parasse o carro mesmo que houvesse alguma hostilidade. Assim fizemos, e, ao nos aproximarmos da porteira, nos deparamos com aquela multidão de fazendeiros enfurecidos, perfilados ao longo da estrada da saída dando chutes na lataria do carro e batendo nos vidros.

Posteriormente, em novembro de 2001, o nosso governo assentou naquela fazenda 114 famílias. Estava assim criado o Assentamento Conquista da Capivara, onde os 2.846 hectares de um latifúndio passaram a cumprir a sua função social.

A REINCIDÊNCIA DA FEBRE AFTOSA PARA A FARSUL, UMA ARMA POLÍTICA

Em 1998, já dentro do contexto eleitoral que se aproximava e atendendo interesses da Farsul, o governo estadual decretou o fim da vacina contra a febre aftosa. Colocava assim fim a uma história de 33 anos contínuos de vacinação desde 1965. Sabemos que o vírus tem muita mobilidade e é de fácil transmissão. Mesmo sem a presença nos últimos anos, o risco de reincidência da doença era real, ainda mais com focos ativos tão próximos como no Paraguai. Seria uma questão de tempo. Foi o que aconteceu, no segundo ano do governo, no município de Joia. A direção da Farsul se aliou ao Governo Federal (FHC) para que o governo do estado seguisse a cartilha imposta pela União, que obrigava o sacrifício dos animais doentes e mais os sadios num raio próximo aos focos. A oposição ao Governo Democrático e Popular politizou o assunto. Inscrições com a frase “Olívio mandou a Ford embora e trouxe a aftosa de volta” não demoraram a aparecer em vários cantos do estado.

Começamos gestionando junto ao Governo Federal o direito de voltarmos a vacinar, já que todos os demais estados estavam vacinando, com exceção do RS e de Santa Catarina. Até o vizinho Uruguai, que passara anos sem vacinar, voltou a imunizar o seu rebanho mediante o aparecimento de um foco em seu território. A direção da Farsul orquestrou um processo de resistência contra a volta da vacinação em articulação com o ministro da Agricultura, gaúcho e aliado dos fazendeiros. Com o aparecimento de focos na fronteira com a Argentina e com o receio de muitos fazendeiros de perderem seus rebanhos, em especial os donos de cabanhas de valor genético, a posição antivacina começou, progressivamente, a ficar isolada. Ao mesmo tempo, o apoio ao apelo do governo do estado pela volta da vacinação ganhou força dia após dia, até que o Mapa foi forçado a ceder e liberou as vacinas. Mesmo assim, no dia da estreia da imunização, no município de Santana do Livramento, o presidente da Farsul criava empecilhos para o início da operação. Precisou o governador “agarrar a unha” uma caixa de isopor com as vacinas e rumar para uma propriedade próxima, onde deu início à operação.

MARCAS QUE FICAM

Esses quatro anos de implantação do Programa do Governo Democrático e Popular representaram um forte e persistente enfrentamento ao latifúndio. Muitas propostas foram implementadas e, tal qual sementes, germinaram, cresceram e se transformaram em árvores que estão aí até hoje.

O enfrentamento, que por vezes se transformava em conflitos diários, só foi possível graças à unidade do governo e ao apoio

firme e irrestrito do governador Olívio Dutra. De forma inédita até os dias atuais, assentamos 5.300 famílias em 119 assentamentos, democratizamos a Expointer e a transformamos num espaço importante da agricultura familiar e na segunda maior feira de negócios das máquinas agrícolas no estado. O seguro agrícola da economia familiar, implantado de forma inédita, inspirou a criação nacional de uma política com a mesma finalidade pelo Governo Lula; atendemos de forma inédita as comunidades quilombolas e indígenas com recursos a fundo perdido. Criamos e consolidamos a marca Sabor Gaúcho para identificar e atestar a qualidade dos alimentos produzidos pelas agroindústrias familiares. Criamos o Programa Rio Grande Ecológico para estimular e incentivar a agricultura sustentável produtora de alimentos saudáveis. Iniciativa que serviu de modelo para a criação de um programa semelhante em nível nacional. Criamos o Banco de Alimentos na Ceasa para evitar o desperdício dos produtos não comercializados. Posteriormente, a Fiergs³⁶ criou o seu Banco de Alimentos que até hoje é alardeado pela mídia gaudéria sem referência a seus reais idealizadores e criadores. Por fim, o estado do Rio Grande do Sul, que, até 1999, não tinha uma estrutura pública própria para a agricultura familiar, tem, desde 2011, no Governo Tarso Genro, a Secretaria de Desenvolvimento Rural. É a árvore que cresceu, desde 1999, quando criamos para essa finalidade um modesto Departamento para atender a esse público.



36. N. do E.: Fiergs, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

A POLÊMICA DAS PRÉVIAS E O DEBATE NO PT SOBRE O GOVERNO

David Stival³⁷

Eram meados de 2002, já no quarto ano do Governo Olívio Dutra, o primeiro da Frente Popular na história do Rio Grande do Sul. Na condição de presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, eu tinha a tarefa de conduzir, junto com a Executiva Estadual do Partido, o processo de discussão e definição do candidato para a eleição a governador do estado a partir de 2003.

Até aquele momento, as “prévia” no PT-RS foram um processo de escolha de candidatos e definição de diretrizes que ocorriam de forma contínua, seguindo o modelo de “poder das bases” e “democracia petista” defendido por figuras como Florestan Fernandes e Raul Pont. Embora as primárias para eleger diretamente deputados, governadores e presidentes fossem mais formais em 2002, o “poder das bases” no PT, no entanto, já não tinha o mesmo ímpeto com a ascensão de “máquinas eleitorais” através dos mandatos parlamentares e as correntes internas que passaram a controlar as decisões do Partido.

37.Ex-presidente do PT-RS.



De qualquer forma, até então, em todas as decisões relevantes no Partido sempre nos utilizamos desta ferramenta democrática denominada “PRÉVIAS”. Em seus primórdios, o PT se definia pela participação das bases através de núcleos que permitiam a participação de filiados nas decisões e consolidavam o Partido como uma força democrática.

Havia também à época um debate entre o poder das bases e os líderes partidários, sendo que o “poder das bases” foi considerado um empecilho ao crescimento e à liberdade dos líderes de consolidar o Partido como uma máquina eleitoral. O Partido precisava se ajustar às necessidades da disputa eleitoral, que não necessariamente refletia os ideais “revolucionários” de suas bases.

A evolução do PT em 2002 mostra que as decisões do Partido estavam cada vez mais concentradas nas mãos de poucos líderes, e as “prévias” eram usadas para consolidar o poder de alguns poucos, não para empoderar as bases. Neste caso, as “prévias” em 2002 eram um reflexo de um partido em transição: a busca por consolidação eleitoral dos seus líderes versus o ideário de poder das bases que o originou.

Acrescido a tudo isso, havia um debate acalorado junto às tendências do Partido se nessa ocasião as prévias seriam a melhor forma de definirmos o candidato, haja visto que éramos governo, e uma não aprovação do então governador Olívio Dutra seria um prato cheio para os adversários explorarem este resultado dizendo que nem a base petista aprovava o governo da Frente Popular e que, portanto, era hora de mudar. Por outro lado, os que tinham críticas ao governo, especialmente na forma e não no conteúdo, exigiam que fosse, sim, necessário ouvir as bases

para que expressasse se realmente era preciso mudar os rumos do governo através da candidatura do companheiro Tarso Genro.

Inúmeras foram as tentativas para se buscar um acordo evitando o desgaste, naquele momento, de um processo de “pré-vias”. Uma última foi quando fiquei sabendo que iria ocorrer uma reunião dos apoiadores do Tarso após o expediente (ele estava prefeito de Porto Alegre) lá numa sala da própria Prefeitura. Liguei pedindo se eu, como presidente, e o Paulo Ferreira, como vice, podíamos participar da reunião. Sem nenhum problema, fez questão de dizer que seria muito importante nossa presença, e lá fomos nós. Numa primeira rodada, só ouvimos. Todas as lideranças e deputados (as) presentes incentivavam a sua candidatura. Em seguida, me manifestei fazendo não o papel do “advogado do diabo”, mas de contraponto, utilizando os diversos argumentos já ouvidos nas instâncias e nos bastidores dos que entendiam que o melhor era a continuidade do governo com o [então] atual governador Olívio Dutra, e arrematei usando um argumento até não muito político: “Se é verdade o que vocês estão afirmando sobre as críticas ao nosso governo, eu ainda acho melhor que seja o Olívio o candidato, porque terá muito mais condições de defender o governo, que será o centro do debate, do que o Tarso, que não viveu os meandros do governo, afinal, quem ‘pariu Mateus que o embale’”. Houve um momento de silêncio geral, até que o pré-candidato Tarso Genro retomou a palavra e disse: “Para mim, o que vocês decidirem eu acato, se não é para disputar, eu continuo na Prefeitura e estamos todos com Olívio, mas, se entenderem que eu devo ir, estou à disposição”. A maioria dos presentes reforçou os argumentos anteriores, endos-



sando a necessidade de ele disputar a prévia, e, com essa decisão, eu só concluí dizendo, sem nenhuma pretensão de vidente, mas pela experiência até então acumulada, que o Tarso iria ganhar a prévia, mas que o nosso projeto provavelmente seria derrotado nas urnas.

Após ter comunicado a decisão aos apoiadores e assessores do Olívio no Palácio Piratini, a Executiva Estadual passou a organizar a prévia. Decidimos por cinco debates nas cinco macrorregiões do estado (Palmeiras das Missões, Erechim, Santo Ângelo, Santa Maria e Grande Porto Alegre), definimos as datas e critérios para os debates e realizamo-los num grande espírito cívico de uma verdadeira festa democrática, onde a participação dos apoiadores das duas candidaturas foi intensa, mas sem nenhum problema maior apesar do clima tenso que havia entre os Olivistas hegemonizados pela DS (Democracia Socialista) e os Tarsistas liderados pelo PT Amplo e Democrático.

Decorrida a eleição interna do Partido, o prefeito Tarso Genro, numa disputa apertada, levou a melhor sobre o governador Olívio Dutra na prévia mais polarizada do PT. Segundo os resultados oficiais, Tarso teve 1.058 votos de vantagem. O prefeito recebeu 18.164 votos, o equivalente a 51,4%, contra 17.106 (48,6%) de Olívio.

Os discursos de Tarso e de Olívio, depois das prévias, foram pela “unidade”, palavra utilizada diversas vezes pelos dois. Tarso e Olívio tinham divergências antigas sobre a forma de governar e representavam grupos diferentes no PT. Representantes das correntes que apoiaram os dois pré-candidatos também disseram que era hora de unificar novamente o Partido e esperavam

que Tarso tivesse mais possibilidade de unir o Partido do que o próprio governador. Olívio acatou o resultado da prévia se manifestando dessa forma: “É a culminância de um processo rico, que instigou o Partido e nos faz refletir sobre o nosso governo para preparar o segundo mandato”, disse Olívio. Já Tarso Genro, indo na mesma linha de unidade partidária, afirmou: “Eu nunca havia participado de um debate tão qualificado. O projeto que representamos sai profundamente fortalecido. Não há dirigentes “a”, “b” ou “c”. Todos são companheiros de Partido”, afirmou Tarso.

Em matéria na Agência Folha RS escrita pelo jornalista Léo Gerchmann, encontramos o seguinte: *O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), admitiu, pela primeira vez, que o resultado das prévias de domingo mostra que os petistas avaliaram sua administração que, para ele, merece nota sete. Para explicar o porquê de seu governo não merecer uma nota maior, Olívio desfiou uma série de motivos. Disse ser “um desbravador”, que colocou “estacas” para um novo governo petista.*

Vencida essa etapa, o Partido se organiza para o processo eleitoral, onde os dirigentes e militantes que faziam parte do Governo Olívio deixam de ter um papel central na campanha e essa passa a ser hegemonizada pelas correntes próximas do candidato Tarso Genro. Isso trouxe um problema político já anunciado por mim anteriormente, que a linha política da coordenação da campanha se distanciava das ações do governo, e a defesa do mesmo não se dava de forma contundente, deixando margem para a oposição explorar a tese de que o governo da Frente Popular tinha fracassado. Situação bem distante da realidade, onde, com certeza, foi o melhor governo de todos os tempos do estado do

Rio Grande do Sul, tanto em ações, programas sociais e participação popular.

Os efeitos colaterais da derrota do PT no estado do Rio Grande do Sul em 2002 foram amortecidos com uma dupla absorção do pessoal político: uma absorção por baixo, por meio de um retorno à administração municipal de Porto Alegre (ainda então nas mãos do PT); uma absorção por cima, por meio da obtenção de um cargo de confiança em nível federal (o candidato do PT — Lula — tinha vencido a eleição presidencial de 2002). As pessoas que não encontraram um cargo no Poder Executivo podiam tentar reinvestir seus capitais e recursos para obter um cargo em uma das instâncias do Poder Legislativo. Mas, com certeza, deixou sequelas na base petista, que só foi recuperada oito anos depois (2010) com a eleição do Tarso Genro a governador já no primeiro turno.

Finalizando, ouvindo os ex-governadores Olívio Dutra e Tarso Genro hoje, 23 anos depois, sobre aquele processo, ambos opinam categoricamente que foi, sim, um erro político ter acontecido uma disputa interna que nos fragilizou para o embate que foi vencido pelo ex-governador Germano Rigotto. O Tarso faz questão de frisar que as “prévias” no campo da esquerda dependem do momento político que o Partido esteja vivendo e das circunstâncias da conjuntura do momento. Todas as anteriores a essa prévia específica apontavam para um caminho de unidade política em direção a uma composição, mas faz questão de afirmar que foi um erro político pessoal dele sair da Prefeitura para concorrer a governador e que o Partido não devia ter realizado, pois também entende que, ao derrotar o governador

Olívio, abriu uma lesão no Partido que dificultou sua campanha, mas que, mais tarde, em conversa com o próprio Olívio, foram aparadas as arestas, e esse é uma assunto do passado sobre o qual não há mais cicatrizes.

Na verdade, nas disputas com nossos adversários, nem sempre o melhor processo interno é o que aparenta ser o mais democrático, muitas vezes, pode ser só democratismo, que enfraquece o Partido e fortalece os opositores. De qualquer forma, todas as experiências, mesmo negativas, podem servir de lições para não serem repetidas posteriormente, e as “prévias” de 2002 nos custaram a interrupção do Projeto de Governo da Frente Popular, a mais rica e contagiante experiência de Gestão Participativa, mas não impediram o crescimento do PT, que voltou a governar o Rio Grande oito anos depois.



O GOVERNO OLÍVIO: A SÍNTESE DE UMA LUTA DE CLASSES NO RIO GRANDE DO SUL

*Ary Vanazzi*³⁸

A eleição de Olívio Dutra como governador, em 1998, não foi um raio em céu azul. Representou a síntese de uma longa história de luta política, ideológica e de organização social no Rio Grande do Sul. O PT chegou ao governo como resultado do acúmulo de décadas de mobilização popular: a força dos trabalhadores urbanos e rurais, dos servidores públicos, da juventude, da luta por moradia e da construção da CUT, que consolidava um sindicalismo combativo e voltado à ampliação de direitos.

É fundamental destacar que o governo Olívio se constituiu também como um enfrentamento direto ao **neoliberalismo gaúcho**, liderado até então pelo governador Antônio Britto, que havia implementado privatizações, cortes de políticas sociais e uma lógica de Estado mínimo. O Rio Grande do Sul estava sendo governado sob a cartilha neoliberal de forma exemplar, e foi exatamente contra esse projeto de desmonte que o povo gaúcho levou Olívio Dutra ao Piratini.

38. Secretário de Habitação do Governo Olívio Dutra.



A redemocratização do país abriu espaço para que a classe trabalhadora canalizasse a energia represada pelos anos de ditadura militar. A resistência às políticas neoliberais — aprofundadas no Brasil pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que não oferecia programas de apoio ou parceria aos estados — gerou uma consciência coletiva. Dessa energia, emergiu um novo paradigma: o da gestão pública como instrumento de transformação social. A eleição de Olívio foi a tradução política desse processo. Não se tratou do surgimento espontâneo de uma liderança, mas do amadurecimento de um projeto, de um partido e de um movimento social e sindical com raízes profundas, que tinha lado e sabia aonde queria chegar.

O governo tinha clareza das lutas que precisava enfrentar. Enfrentou-as com firmeza, especialmente para defender os mais pobres, aqueles que historicamente nunca tiveram um olhar nem apoio do governo estadual. Professores, trabalhadores sem terra, pequenos agricultores, servidores públicos, mulheres, indígenas, quilombolas, movimento da moradia e demais comunidades populares eram parte ativa dessa luta. Foram eles que, ao lado do governo, faziam o embate cotidiano e ajudavam a gerar consciência de classe, sustentando a ousadia e a coragem de Olívio em governar para a maioria do povo gaúcho.

Olívio Dutra manteve-se fiel à sua origem. Nunca abriu mão do debate político-ideológico e da defesa intransigente do interesse público. Enfrentou a lógica da guerra fiscal, priorizou a reforma agrária, investiu em políticas habitacionais inovadoras — urbanas e rurais — e fez da mobilização popular a sua principal fonte de sustentação. Foram centenas de marchas, ocupações,

assembleias, seminários e conferências que democratizavam não apenas a gestão, mas o próprio processo de decisão política. A democracia deixou de ser apenas um conceito e se tornou **ferramenta de governo**: era diálogo, participação efetiva e construção coletiva.

Esse estilo de governar dava esperança e entusiasmo à população gaúcha. O governo Olívio foi respeitado até mesmo por aqueles que não gostavam dele, justamente pela firmeza de princípios, pela seriedade e pela gestão pública eficiente. A governabilidade nunca esteve acima da luta política. Ao contrário, o governo assumiu a luta de classes como método, e fez dela um motor para transformar enfrentamentos em políticas públicas concretas.

Também é importante reconhecer um dos momentos decisivos da nossa trajetória: o fato de o Olívio não ter se reeleito. Não foi por falta de apoio popular, mas por um erro histórico do Partido ao realizar prévias naquele contexto, retirando-o da disputa como candidato à reeleição. Essa decisão política acabou interrompendo a continuidade de um projeto popular no governo do Estado. Faltou, naquele momento, a defesa do legado e do acúmulo construído pelo governo Olívio, e acabamos iniciando uma nova campanha praticamente do zero — algo que marcou profundamente os rumos do nosso campo político no Rio Grande do Sul.

A verdade é que, naquele período, o nosso partido também viveu um momento de excesso de confiança. Achávamos, muitas vezes, que estávamos acima das disputas comuns da política, e isso acabou nos afastando um pouco da sensibilidade do povo.



Um exemplo disso foi a decisão de tirar o Tarso da prefeitura de Porto Alegre e deixar o João Verle assumir. Foi um equívoco político do nosso próprio campo — e, a partir dali, a capital nunca mais voltou a eleger um governo do PT. Reconhecer esses erros não é atacar o partido, mas fortalecer o nosso projeto para que não repitamos caminhos que nos afastaram da sociedade.

Ainda assim, o legado do Governo Olívio Dutra é inquestionável. Foi um governo que não temeu enfrentar o poder econômico, o agronegócio e a mídia monopolista, e que fez da luta política um caminho para a conquista de direitos. Democratizou o governo, ampliou a participação, gerou consciência de classe e colocou no centro do Estado os mais pobres, os invisibilizados, aqueles que nunca tiveram espaço.

Olívio se tornou uma liderança nacional e internacional de referência porque fez do seu governo um exemplo de coerência, coragem e compromisso de classe. Muitas das políticas que hoje fazem parte do arcabouço nacional — especialmente na habitação e no saneamento, como o Minha Casa, Minha Vida — nasceram aqui, no Rio Grande do Sul, sob sua liderança.

Na área da habitação, onde tive a honra de atuar como primeiro secretário estadual, criamos a própria Secretaria de Habitação, conferindo a esse tema um espaço específico e estratégico. Democratizamos a gestão, ampliamos canais de participação com conselhos, conferências e orçamento participativo e garantimos que as decisões passassem pela sociedade. Essa experiência marcou época, influenciando políticas nacionais de moradia e saneamento, especialmente voltadas aos mais pobres, às cooperativas e aos assentamentos.

A democracia foi, talvez, o maior legado do governo Olívio. Democratizou-se o governo, a relação com a sociedade e a forma de decidir. Essa construção deu força política à esquerda gaúcha durante anos, garantindo-lhe capacidade de disputa em um estado historicamente conservador. Infelizmente, ao longo do tempo, parte desses instrumentos foi abandonada e a política cedeu lugar a arranjos frágeis de governabilidade, muitas vezes afastados da base social que nos sustenta.

O que construímos precisa ser lembrado, estudado e, principalmente, retomado — não como nostalgia, mas como horizonte estratégico para recolocar a esperança e a transformação social no centro da política gaúcha e brasileira. O governo Olívio mostrou que é possível governar com o povo e para o povo. E é essa lição que permanece viva e necessária ainda hoje.



ENTREVISTA COM OLÍVIO DUTRA

No dia 18 de agosto de 2025, Lucia Camini e Marcos Jakoby conversaram com Olívio Dutra sobre o governo da Frente Popular e outros assuntos. Olívio é bancário aposentado, foi fundador do PT, deputado constituinte (1987/1989), prefeito de Porto Alegre (1989/1992), governador do RS (1999/2002) e ministro das Cidades (2003/2005). Confira abaixo os principais trechos da entrevista.



Sobre as circunstâncias históricas que permitiram a Frente Popular vencer as eleições de 1998

Penso que vem mais de longe. Assumimos o governo municipal 10 anos antes do estadual. Foi lá que nos deparamos com os problemas da dimensão federada do Estado brasileiro, seu funcionamento e sua dominação. Como o povo pode ser sujeito dentro dessa dimensão de um Estado nacional que não é o que gostaríamos, mas o que sonhamos um dia poder construir? Como semear mudanças em uma estrutura como essa?

Não há perspectiva de mudança rápida em uma estrutura dominada pela burguesia, há séculos. Nossa experiência, portanto,

iniciou no governo municipal. Ganhamos aquela eleição logo após a promulgação da Constituição de 1988.

Fui constituinte federal. Em campanha defendíamos uma CONSTITUIÇÃO soberana, democrática e exclusiva. A maioria que antes já derrubara as Diretas também derrubou essa proposta, e a Constituinte transformou-se em Congresso Constituinte.

O movimento social popular sindical havia se informado e debatido bastante sobre a relação entre os entes federados (União, Estados, Municípios), seus orçamentos, despesas e receitas públicas, recursos extraorçamentários, essas e outras coisas. Como fazer essa discussão agora no Congresso Constituinte?

Não tínhamos ainda, nessas alturas, a experiência do Orçamento Participativo, mas essa ideia vinha de longe, antes das eleições gerais, ensejando conversas e painéis no movimento sindical e popular. O Lula foi uma figura importante em nível nacional nessas reuniões, painéis e mesas-redondas onde se discutiam essas e outras questões políticas de fundo. À revelia da Ditadura, fomos construindo uma base de temas para ir sendo aprofundada.

Assim, no SEEB/POA, em 1975, em Ação Sindical Alternativa recebeu o Lula. Trocamos ideias entre várias lideranças ali reunidas.

A ditadura estremecia com o ciclo das grandes greves no ABC, seguidas de outros movimentos de categorias diferenciadas em outras regiões do país.

Em 1979, com a volta dos exilados, a liberdade dos presos políticos, os movimentos contestatórios na área cultural, na ju-

ventude, trabalhadores (as) urbanos e rurais e o surgimento do MST, pipocaram manifestações variadas pelas Liberdades Democráticas e Contra a Ditadura.

Brizola voltava do exílio quando, em POA, estávamos, os bancários, em plena greve. Setores do PDT informavam o Brizola que a greve buscava tirar o impacto da sua volta para o Brasil, o que era um absurdo, pois lutávamos pela volta de todos os exilados e pela liberdade de todos os presos políticos.

Mesmo assim, nunca deixamos de considerar o PDT como um aliado no campo popular. Aliás, tínhamos uma relação antiga e fraterna com a base do trabalhismo gaúcho. O Sindicato do Vestuário, cuja direção era masculina, mas cuja base era majoritariamente feminina, tinha a Dilma Rousseff e o Carlos Araújo, ela economista, ele advogado, como assessores. Ambos do PDT e muito respeitados.

A Frente Popular (FP), com o PT na cabeça, ganhou a eleição municipal em 1988. Construimos uma equipe de governo incluindo lideranças das demais forças de esquerda que, inclusive, tinham disputado a eleição com candidaturas próprias. Realizamos nosso governo enfrentando dificuldades e desafios de todo tipo, sem maioria na Câmara Municipal, sem apoio dos governos estadual e federal e cercados pela mídia hegemônica regional e nacional.

Dez anos depois, quando a FP ganhou a eleição, em segundo turno, para o governo do RS, já tinha caroço no lombo. A mobilização fora grande, a resistência do povo se fortalecia e a experiência partidária se consolidava regional e nacionalmente.

O Orçamento Participativo, experiência que desenvolvemos positivamente enquanto poder local, nos desafiava para sua implementação na dimensão federada. Para a FP, o orçamento público nunca foi considerado apenas uma peça tecnoburocrática. É essencialmente uma proposta política de como tratar a receita e a despesa no interesse efetivamente público.

Evidente, no Estado de Direito Democrático e Republicano, quem transforma a proposta orçamentária em lei são os legislativos: câmaras municipais, assembleias legislativas e o Congresso Nacional. Mas há um tempo, em lei, em que os Executivos montam a proposta e devem apresentá-la e discuti-la com a população nas suas comunidades: Receitas e Despesas e como deve ser empregado o dinheiro público?

Estrutura tributária, impostos, taxas, sonegação, inadimplências recorrentes, privilégios fiscais, quem os pratica e quem se beneficia com eles. Quem define as prioridades na hora da execução de verbas escassas?

No segundo ano do processo do OP Municipal, abrimos uma discussão sobre o IPTU. Há mais de dez anos esse imposto permanecia o mesmo. Determinadas regiões da cidade já possuíam equipamentos e serviços de interesse público instalados. Em outras faltava quase tudo, e o pouco que possuíam era muito precário.

A estrutura do IPTU, pois, não correspondia mais à realidade da capacidade contributiva e às necessidades da maioria da população. Era preciso, através da participação popular e de estudos especializados, atualizar a planta de valores da cidade. Por den-

tro do processo do OP, construiu-se uma nova proposta para o IPTU.

O governo da FP encaminhou para a Câmara de Vereadores, no tempo legal, e o Conselho do OP mobilizou as lideranças comunitárias para o acompanhamento das discussões no Legislativo, que resultaram na aprovação de uma lei com alterações que não desvirtuaram a proposta original. Portanto, o IPTU passou a ser importante fonte de recursos próprios, mais adequados e justos na composição da receita da prefeitura.

Quando a FP assumiu o governo do RS, em 1999, o OP já vivera dez anos de uma experiência democratizadora de construção e execução do orçamento público.

O Orçamento Participativo não é propriedade partidária, muito menos do PT. Algo parecido vinha sendo discutido desde o final da década de 70 no movimento comunitário sindical, com repercussão, mais adiante, na campanha da Constituinte. À FP, agora no governo do RS, cabia implementar o processo participativo para a construção do orçamento público estadual.

Os desafios políticos e administrativos eram maiores: mais de 450 municípios, a maioria administrada por composições partidárias de oposição ao governo. A experiência de dez anos do OP em POA, nas suas potencialidades e limites, nos ensinara muito a lidar com essas circunstâncias e contradições, no respeito democrático à pluralidade e diversidade de opiniões, sem abdicar do respeito no trato da coisa pública.

As Constituições Federal e estadual, a Lei Orgânica municipal, o Orçamento plurianual e os Conselhos Regionais de desenvolvimento foram considerados balizamentos importantes

no processo do OP. A concepção do OP foi sempre a busca do enlace entre a democracia representativa e a participativa.

Volto aos ensinamentos de uma experiência vivida em POA. Para fazer o transporte coletivo funcionar melhor para a maioria da população, tivemos que enfrentar interesses corporativos de grande parte dos permissionários do setor. Para isso, tratamos de qualificar a Carris, empresa pública, tornando-a exemplo de bom atendimento à população, que poderia e deveria ser seguido por todos os permissionários do setor.

Para isso, foi necessária inclusive uma intervenção em várias empresas que relutavam em se enquadrar nas novas normas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Transporte. Não tivemos condições de propor a tarifa zero, mas o Conselho Municipal do Transporte ajudou a construir uma política tarifária sempre abaixo da pretendida pela entidade representativa dos interesses dos permissionários e que, ao mesmo tempo, possibilitou uma significativa renovação da frota de ônibus da cidade.

O asfalto e a iluminação nas vias públicas, trajeto dos ônibus, valorizaram áreas de interesse da especulação imobiliária que, aos poucos, foi empurrando o povo das moradias modestas para as periferias mais distantes. Por decisão do OP, trabalhamos junto com essas melhorias a Regularização Fundiária, reduzindo em muito esse processo.

Tal experiência fortaleceu-nos a ideia de um projeto possibilitador de mudanças em que o povo fosse se assumindo como sujeito e não mais objeto da política. Lembremos que fomos o primeiro governo de esquerda na capital do RS após a Constituição de 1988, no final do século XX e início do segundo milênio!

Ganhamos aquela eleição porque não havia segundo turno. O candidato do oficialismo, o jornalista Antônio Britto, era tido pela mídia como quem ganharia a eleição de rebenque erguido; ficou em terceiro lugar.

Antes, lá em 1982, o PT, já registrado no STE, necessitava, para se viabilizar como partido nacional, apresentar no mínimo cinco candidaturas a governos estaduais. O Lula foi candidato em SP. Tivemos candidaturas no RJ, SC e MG. Eu fui candidato no RS. Fizemos uma merreca de votos, mas semeamos nossa visão de política e nosso projeto.

A década de 80 foi de muita agitação social e política no campo e nas cidades, em torno de bandeiras como Abaixo a Ditadura, Diretas Já, Constituinte e Democracia. Na primeira eleição direta para a prefeitura de POA, perdi no debate interno do PT uma proposta de sairmos coligados apoiando a candidatura do Collares pelo PDT.

Dei-me conta de que, para aquele momento de afirmação da certidão de nascimento do PT, a maioria partidária estava certa. Nosso candidato foi o companheiro Clóvis Ilgenfritz da Silva, arquiteto e fundador do partido.

O Collares, militante antigo do trabalhismo histórico e assumido politicamente na sua negritude, ganhou a eleição e assumiu o governo municipal por um mandato tampão de três anos, pois a próxima eleição deveria coincidir os mandatos de prefeitos, governadores e presidente da República. O Collares foi o primeiro prefeito eleito diretamente depois da série de prefeitos nomeados pela ditadura.



Em 1986, ocorreu eleição para a Constituinte Federal. O Presidente da República era José Sarney, eleito antes indiretamente pelo Congresso para um mandato de quatro anos. Ele passou a Constituinte inteira postulando a ampliação do seu mandato para cinco anos.

Eu e o companheiro Paulo Paim fomos eleitos deputados federais constituintes pelo PT do RS. Entre a instalação do Congresso Constituinte e a promulgação da Constituição, fui eleito presidente nacional do PT, em 1988.

Promulgada a Constituição, em uma concorrida convenção do PT RS, fui indicado candidato ao Governo do Estado. Antônio Britto, que buscava sua reeleição, era o cavalo do comissário, mas não alcançou os 50% mais 1 no primeiro turno, e nossa candidatura andou perto. Era encarar o segundo turno para vencer a eleição!

O segundo turno de 1998

A grande mobilização acontecida no primeiro turno embalou mobilização maior para o segundo. O PT nacional estimulou a participação solidária de militantes e filiados dos estados mais próximos.

Ganhamos a eleição pelas energias que tínhamos despertado, os sonhos que tínhamos acalentado, a esperança possível de transformar a realidade com uma campanha abraçada pelo povo. Os tições bateram uns nos outros, as cinzas foram assopradas e o braseiro se reacendeu, esparramando-se, aquecendo corações e mentes.

No RS, o trabalhismo histórico, agora representado pelo PDT, sempre foi considerado um parceiro no campo democrático-popular. A senadora Emília Fernandes foi a candidata do PDT no primeiro turno.

No segundo turno, o Brizola assumiu a relação fraterna conosco e veio pessoalmente fazer a campanha da FP. Subiu nos palanques conosco, com o Lula e com lideranças do seu e dos demais partidos. Sua presença militante no segundo turno selou uma relação de companheirismo que tínhamos com a base trabalhista desde os movimentos sociais, populares, sindicais e comunitários.

Isso tudo consolidou a vitória da FP. O PDT, o PCdoB, o PSD, o PCB e o recente PSDB (o Bisol veio mais tarde para o PT; é bom lembrar que ele foi vice do Lula em uma eleição presidencial) fizeram parte da equipe de governo da FP.

Polarização durante o governo e desenvolvimento

Nunca nos iludimos sobre os percalços que teríamos pela frente. Até hoje ainda encontro, nos caixotes de livros baratos na Feira do Livro em POA, uma publicação assinada por um ex-dirigente da FIERGS alertando para o perigo de uma experiência comunista em POA com a chegada do PT ao governo municipal.

Portanto, partes das elites empresariais de diferentes setores Temiam que a democracia facilitasse o surgimento de um governo que viesse contrariar seus interesses. Sabíamos disso. Nosso programa tinha sido ampla e objetivamente apresentado e defendido na campanha eleitoral.

Contrariando os setores que imaginavam o pior e torciam contra as ações e medidas do governo democrático e popular, a economia do RS cresceu significativamente.

O desenvolvimento socioeconômico registrado pelo crescimento do PIB, de 1999 a 2002, foi de 12,9%. O PIB brasileiro, no mesmo período, cresceu 8,3%. Portanto, o PIB gaúcho, nesse período, cresceu acima do PIB brasileiro, deixando de ser negativo como ocorrido no período anterior.

São dados constantes de publicações da saudosa Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE). O PIB per capita, no período anterior, foi 4,8% negativo. No governo da FP, 8,4% positivo.

São dados econômicos importantes, mas o que mais importa é o geral da coisa: a saúde, a educação, os assentamentos, a cultura, o respeito aos povos originários, aos quilombolas, afro-descendentes, diferentes etnias, o primeiro emprego e a luz no campo.

A ideia da inversão de prioridades

Tudo tem a ver com a inversão de prioridades. Com recursos financeiros escassos, sua aplicação tem que seguir uma escala que atenda à execução de obras e qualificação de serviços não definidos pela vaidade dos governantes ou pela pressão de grupos privados segundo seus interesses, mas por prioridades e urgências definidas no processo do OP.

No Estado de Direito Democrático e Republicano, nossa utopia mais próxima e possível, os municípios, as unidades federativas e a União devem funcionar bem e melhor, não para poucos ou para alguns, mas para toda a população.

Para isso, devem estar sob controle público, não privado ou pessoal de quem quer que seja. O OP é um processo que promove esse controle.

Quando falamos de Estado de Direito Democrático e Republicano englobamos a União os Estados Federados e 5570 Municípios mais os Poderes Judiciário, Legislativos e Executivos. Essa é a Máquina Pública sustentada pela população através de uma estrutura Tributária regressiva, mal distribuída, injusta e concentradora de renda. Até bem pouco, sobre o pró-labore (remuneração do empresário) que não raras vezes chega a milhões de reais por mês não recaía o imposto de renda (IR).

O IR, no entanto, até bem pouco incidia sobre salários de até 5mil reais mensais.

Não conseguimos aprofundar essa discussão nas assembleias do OP. Por isso, em alguns momentos, brinquei com os companheiros(as): “Chegou a hora de lermos com maior dedicação a didática e a pedagogia de Paulo Freire, sem menosprezar a leitura de Adam Smith e os textos de economia marxista.” A propósito, um diálogo de personagens de OS SUPRIDORES, do José Falero, um jovem escritor porto-alegrense da Lomba do Pinheiro é uma boa indicação de como essa questão pode ser tratada com linguagem popular. As demandas do povo eram numerosas no tocante à saúde, educação, transporte coletivo e saneamento básico.

Nas reuniões do OP esses eram os assuntos predominantes, pouco tempo sobrava para temas como Estrutura Tributária, Plano Diretor Reorganização Administrativa, Dívida Pública...

A prática do OP mostrou que é possível, sim, fazer com que o povo participe das decisões sobre o destino dos recursos públicos, compreendendo as limitações, os conflitos e as escolhas necessárias em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

Esse aprendizado coletivo não se dá sem tensões. Ao contrário, ele se constrói no confronto de ideias, na disputa legítima de projetos e na ampliação da consciência política da população. O OP não elimina a política; ele a qualifica.

A Frente Popular venceu as eleições de 1998 porque representava, naquele momento histórico, a síntese de um acúmulo de lutas, experiências administrativas, formação política e enraizamento social. Não foi um acontecimento isolado, nem um acaso eleitoral. Foi resultado de um processo longo, iniciado nos movimentos sociais, sindicais e comunitários, aprofundado nas administrações municipais e consolidado em um projeto estadual.

A vitória expressou a confiança de amplos setores da população de que era possível governar de outra forma, com participação popular, transparência, controle social e compromisso com os interesses da maioria.

Essa experiência não esteve isenta de erros, limites e contradições. Mas deixou como legado a demonstração concreta de que a Democracia pode ir além do voto periódico, tornando-se um exercício permanente de construção coletiva. Da Política

Foi nesse contexto histórico, político e social que a Frente Popular conseguiu vencer as eleições de 1998 no Rio Grande do Sul, abrindo um ciclo de governo marcado pela busca de in-

versão de prioridades, pela valorização da participação popular e pela afirmação do povo como sujeito da sua própria história.

Governar o Estado com FHC na presidência e sob o cerco da classe dominante gaúcha

Conheci o Professor Fernando Henrique Cardoso (FHC) ainda como príncipe da Sociologia brasileira, um pensador, um intelectual militante contra a ditadura, conhecedor das coisas e portador de um projeto diferente dos que apoiadores do regime militar. Num primeiro momento, amplos setores da sociedade brasileira depositaram no FHC grandes esperanças, tanto que o reelegeram para um segundo mandato. Mas sua maneira, seus compromissos de classe, sua aproximação com a visão de Estado neoliberal foram mudando suas atitudes, tanto que chegou a colocar em dúvida o que escrevera na sua fase chilena de exílio e estudos sociais e econômicos.

Lembro que, em certa ocasião, já nessa sua fase de transição, fui convidado para ir a uma reunião na casa do Tarso Genro, em POA. O FHC estava lá e, com ele, outras pessoas. O Tarso militava no MDB e advogava para o SEEB/PO, sindicato que eu presidia. Eu já fazia parte da Comissão Nacional pró-PT.

Mais tarde, em uma reunião nossa em SP, o Lula me disse: “Tu sabe, Olívio, o FHC me falou que te viu em uma reunião lá em POA e me disse: Lula, aquele teu companheiro bancário tem jeito de ser um cara do PCdoB”. O Lula, brincalhão, ao me relatar isso dei uma risada naquela reunião, ficara quieto. Na época, eu tinha bigode maior e cabelo preto, meia melena, solto. Não fiz pergunta alguma, não disse nada.

Desconfiei que aquela era uma conversa para ver se neutralizava a ideia de criar o PT. Discutiam um partido novo, mas que não podia ter caráter classista. Bom, eu não tinha nada a ver com aquela conversa, mas também não tinha disposição e jeito para argumentar. Respeitosamente, eu só ouvi. O Lula me contou que diante do seu riso o FHC, amaciou a observação que fizera dizendo que “nada tinha contra aquele rapaz e seu jeito”.

Penso que o campo que o FHC representava acabou diluindo-se dentro das forças de centro-direita que compõem hoje maioria no Congresso, nos legislativos e executivos pelo país. Nos mandatos do FHC, a conjuntura internacional, com o neoliberalismo em ascensão, foi se alterando e, no seu governo, facilitou a privatária.

A História não é uma sequência só de avanços, não. A História mais parece uma espiral, onde conjunturas se abrem e outras se fecham. É luta social. História é luta social. Conforme a força dos movimentos sociais e populares no campo e na cidade, o pensamento libertário, humanístico, se afirma e avança ou se contrai e recua. Estamos vivendo esses dois momentos nessa conjuntura.

Olívio fala sobre papel do Estado, consciência e ideologia

A ideia do lucro como chave do progresso, do ter e não do ser como baliza do desenvolvimento capitalista, tem levado a humanidade a crises constantes, guerras, genocídios, rapinas e agressões à natureza e ao meio ambiente. O Estado, não raro, é dominado por setores econômica e militarmente mais fortes, melhor organizados para defender seus interesses, seja pela esca-

vatura, exploração da mão de obra, controle do conhecimento ou violência explícita.

Por isso, as formas de a classe trabalhadora se organizar sempre foram objetos de ameaças da classe dominante para reduzir sua força, intervir, censurar ou impedir sua autonomia. Não há mudança na História que não seja resultado de lutas sociais que se sucedem e se inter-relacionam, provocando mudanças mais ou menos substanciais na realidade.

Há 1 bilhão ou mais de pessoas passando fome no mundo. Os países do capitalismo central transportam armas sofisticadíssimas, pesadas, de um continente ao outro, numa rapidez enorme, mas não há uma logística por parte desses países para transportar alimentos sobranes de uma região para outra para acabar com a fome de quem está morrendo por carência do que comer em tantas partes do mundo.

É evidente que outra forma de organizar a sociedade e o mundo está se tornando necessária e urgente. É impossível imaginar que isso possa acontecer por milagre e de surpresa! Isso terá de ser resultado de mobilização social, de lutas sociais conquistadoras de espaços democráticos que ampliem e assegurem a intervenção do ser humano na organização humanizada do Estado, do município, das nações e do mundo. Essa é a nossa utopia.

Tem muita coisa interessante acontecendo no micro da sociedade. Construir pontes, tecer redes de baixo para cima para que essas fontes ricas de vivências se relacionem, ganhem força, influência e passem a ter protagonismo no processo de mudanças.

O Lula é uma pessoa importantíssima na nossa história e na história da humanidade. É uma liderança que surgiu das lutas so-

ciais populares. Não veio de famílias abonadas que desde o Brasil colônia, passando pelo Império e pela República, estruturaram o Estado brasileiro, Estado que nunca teve no seu comando, desde então, uma liderança com a origem e o compromisso do Lula. Isso é importante, mas por si só não resolve o problema.

O projeto político-social humanitário que ele representa precisa de maior espraiamento e enraizamento em todo o país. À medida em que o povo vai se assumindo como sujeito e não mais objeto da política, o projeto vai ganhando mais substância, e suas relações com a pluralidade e as diferenças de sonhos, de esperanças que compõem o cotidiano do povo brasileiro passam a ser insumos de transformação.

Cada pessoa é um universo. Penso que não se pode pessoalizar a política, muito menos personalizá-la. A construção coletiva da política não elimina o indivíduo. A individualidade, os talentos e vocações pessoais fazem parte do ser humano. O que importa é não confundir individualidade com individualismo.

O capitalismo exacerba o individualismo. Basta enriquecer para estar de bem com Deus e com o mundo, e isso, no seu entendimento, lhe dá o direito de fazer o que bem entende com sua liberdade, mesmo atropelando a liberdade dos outros. Essa é a fase neoliberal que estamos vivendo. O que não gera lucro seguro e no menor espaço de tempo não tem maior importância. A construção coletiva, solidária, humanitária, a relação holística do ser humano com a natureza não estão no horizonte dessa concepção de mundo.

A construção de um mundo de igualdade e fraternidade não é tarefa para uma pessoa só ou para um grupo de sábios (que temos muitos e é bom que tenhamos mais), e não é algo que se resolva só

eleitoralmente, embora, na democracia participativa que defendemos, eleições regulares não devam nunca ser interrompidas.

Escolas públicas de qualidade, em todos os níveis, gratuitas, que democratizem o acesso ao conhecimento e à aplicação das ciências e tecnologias em benefício do ser humano dão sinais de que é possível esperar um mundo melhor.

Conto um fato: em uma noite dessas, fui ao centro assistir a um filme no SEEB/POA. Desci de lá a pé para pegar um ônibus no Terminal Parobé, ao lado do Mercado Público. Apanho ônibus seguidamente ali, converso com o povo que dorme debaixo da cobertura. Um deles levantou-se, enrolado nos seus panos, e me abraçou. Em seguida, me perguntou: “Tu é amigo do Lula?”. “Sim, sou amigo dele de longa data.” “Bah, Olívio, o Lula é isto e aquilo”, repetindo o que certamente ouvira no seu radinho de pilha de alguém anti-Lula.

Ouvi-o em silêncio: uma pessoa naquela situação, repetindo o discurso de quem não quer acabar com as causas da pobreza, mas com os pobres como ele. “O companheiro Lula é meu, teu, nosso amigo disse eu.” Nisso, chegou meu ônibus, despedi-me e embarquei, pensando voltar a conversar com ele outro dia. Passaram-se dias e, noutra noite, encontrei-o no mesmo local e hora. Ele, sem rancor ou ódio, abraçou-me simplesmente, não puxou o assunto e não me pediu nada.

Lições que ficam da experiência de governo

Penso que devem ser valorizadas conquistas, mesmo que pequenas, miúdas, ligadas à realidade que, por conta delas, foi sendo alterada para melhor. É verdade: a estrutura da sociedade

e do Estado foram apenas sacudidas, mas não substancialmente alteradas.

O Estado, sob controle privado crescente, concentrador de renda e centralizador do poder, continua. Semeamos ideias e práticas participativas diferentes. Exercemos a política como a construção do bem comum, com o protagonismo das pessoas. O OP é educador, e seu processo estimula cada pessoa a se assumir como sujeito e não mais objeto dela. Isso é bom para a democracia.

Com isso, nossa utopia mais próxima, o Estado Democrático de Direito Republicano, desde já pode funcionar bem e melhor, não para poucos ou para alguns, mas para a maioria da população. Essa semeadura precisa ir adiante, com mais gente no eito cultivando para a colheita ser mais farta e melhor distribuída.

Terra para quem nela trabalha e nela quer viver com dignidade. Moradia, saúde, educação e lazer para que nenhuma família viva no relento e sem acesso aos bens da vida em abundância. A semeadura foi positiva. Nossas experiências, no entanto, não são definitivas. São sinuelos importantes que apontam caminhos para serem melhor desbravados e chegarem mais longe.

Nenhuma experiência nossa pode se arvorar definitiva enquanto o mundo de injustiças, guerras e desigualdades não for alterado estruturalmente por movimentos que pregam e praticam o contrário, que é o mundo de paz, igualdade e democracia social.

O Orçamento Participativo não é uma criação exclusiva do PT, mas o PT tem compromisso com a defesa do protagonismo das pessoas na construção de uma sociedade de justiça, igualdade

e fraternidade. Viver é conviver, sempre aprendendo mais com os outros e em uma relação amorosa com a Mãe Natureza.

O respeito à pluralidade e à diversidade nos unifica no sonhar e esperar por uma sociedade e um mundo melhor. Por ação ou omissão, não devemos naturalizar jamais as desigualdades, as injustiças, os crimes contra a humanidade e o meio ambiente.

A nossa verdade é para ser permanentemente aperfeiçoada no cotejo com a vida, a vivência e o sonho da humanidade por justiça, igualdade, fraternidade, distribuição justa da riqueza material e imaterial produzida pelo labor e criatividade humanas, expressas na ciência, artes, cultura e beleza. A vida é, portanto, uma busca incessante do bem viver coletivo, solidário e participativo.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outros movimentos rurais e urbanos valorizam bem a solidariedade. Conquistada a terra, segue-se a luta pela forma cooperativada e solidária de produzir alimento sadio e colocar o excedente nas feiras, de onde ele chega à mesa do consumidor urbano.

Para que essas experiências se constituam em políticas públicas, é preciso que o Estado esteja sob controle público e não privado, particular ou pessoal de ninguém. O encadeamento dessas ideias não autoriza vender ilusões para as pessoas, o que tem muito a ver com o OP.

Ali se discutem Receitas e Despesas públicas com as comunidades, sabendo que aquela proposta trazida pelo Executivo vai sair dali fecundada pelas críticas e aperfeiçoamentos debatidos e votados. Então, o Executivo a remete em tempo hábil ao Legislativo, onde será debatida e certamente sofrerá alterações. O debate no Legislativo, acompanhado presencialmente pelos delegados

(as) do OP assegura que a proposta que veio para sua fase final, no caminho de transformar-se em lei, não seja desfigurada nas suas demandas fundamentais.

Nosso governo não tinha maioria na Assembleia Legislativa do Rio Grande, assim como o Lula não tem maioria no Congresso Nacional. Mas isso não poderia ser empecilho para que esse debate ocorresse nas comunidades, principalmente depois da Constituição de 1988.

Mesmo com a grande mobilização popular em torno da Constituinte, faltou um envolvimento mais protagonista do povo na campanha que acabou formatando o Congresso Constituinte e elegendo sua mesa. Mesmo assim, houve avanços importantes no texto constitucional no tocante a direitos humanos e sociais e afirmação de princípios democráticos.

Nada de reformas estruturantes, como agrária, urbana, tributária, eleitoral, forças armadas, tribunais militares, polícias. E tantas outras coisas, importantes, diante dos impasses no debate constituinte, iam ficando para soluções através de leis ordinárias posterior à promulgação da Constituição. Muito por isso, a Constituição atual tem mais de 150 emendas; algumas buscam alterar substancialmente o texto original.

A realidade política, jurídica e administrativa do país vem, não só se alterando, mas se deteriorando, por conta de velhos arranjos que travam um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, desconcentrador da renda e ecologicamente sustentável.

Na sociedade brasileira pulsa um anseio de que o país possa vir a ser um Estado Democrático de Direito Republicano efeti-

vamente público, funcionando bem e melhor, não para poucos nem para alguns, mas principalmente para os milhões até aqui desamparados por ele.

Esse Estado soberano e democrático deve se relacionar com o mundo afirmando princípios humanitários de paz, solidariedade e cooperação com os povos que sofrem opressão, miséria, fome, guerras e preconceitos de toda ordem.

Queremos que as gerações que estão a nos suceder possam viver convivendo com a pluralidade e a diversidade, buscando fazer mais e melhor do que nós pudemos fazer. Temos consciência de que há saída democrático-social para a situação que estamos vivendo. Não transferiremos para nossos filhos e netos o compromisso histórico de agir, desde já, na transformação dessa realidade.

Alguma memória especial dos quatro anos de governo da Frente Popular?

Tem muita coisa positiva decorrente do governo participativo da FP. Relações de pessoas e comunidades diferentes entre si que foram construindo entidades, associações, vivências, empreendimentos sólidos, importantes cultural e economicamente, que sobrevivem até hoje.

O embate necessário e legítimo com a FORD, que obtivera privilégios absurdos para se instalar no RS e, ao ser cobrada pelos retornos não cumpridos, saiu para Camaçari - BA, onde também já se mudou. O governo da FP ganhou integralmente essa demanda no Judiciário.

O Fórum Social Mundial; políticas de apoio e financiamento às pequenas e médias empresas; estímulos às atividades culturais

(teatro, cinema, leituras, feiras, artes populares); a Constituinte Escolar; a UERGS (Universidade Pública Estadual); os assentamentos rurais; as regularizações fundiárias; a luz no campo; os investimentos em saneamento básico; o primeiro emprego.

O projeto de desenvolvimento sustentável, desconcentrado, mais parelho no RS, beneficiou-se com financiamento do Banrisul, que não foi privatizado, e com a melhor distribuição de energia elétrica pelas regiões gaúchas.

Cada pessoa é um universo, com seus sentimentos, seu direito de viver dignamente em um mundo em transformação, exercendo na plenitude sua cidadania, para o que a DEMOCRACIA é fundamental.



ÁLBUM DE FOTOS



Posse de Olívio Dutra e Miguel Rosseto como governador e vice-governador do RS em 1º de janeiro de 1999. Foto: Ibanes Lemos.



Posse de Olívio Dutra e Miguel Rosseto como governador e vice-governador do RS em 1º de janeiro de 1999. Foto: Ibanes Lemos.



Foto: Ibanes Lemos

Comício de campanha em 1998. Foto: Ibanes Lemos.



Olívio Dutra e Miguel Rosseto após o anúncio da vitória da chapa para o governo do Rio Grande do Sul.



Miguel Rosseto e Olívio Dutra, eleitos em 1998. Foto: arquivo.



Foto: Ibanes Lemos

Atividade de Campanha em 1998. Foto: Ibanes Lemos.



Foto: Ibanes Lemos

Comício de campanha em 1998. Foto: Ibanes Lemos.



Foto: Ibanes Lemos

José Paulo Bisol, Olívio Dutra e Miguel Rossetto em comício de campanha em 1998. Foto: Ibanes Lemos.



Olívio Dutra, Leonel Brizola (com bigode postiço distribuído na campanha) e Luiz Inácio Lula da Silva. Foto: Serginho Neglia.



Equipe do Governo Olívio (1999-2002). Acervo Lucia Camini.



Acervo Lucia Camini.



Seminário Estadual de Resgate de Práticas Pedagógicas das Administrações e Organizações Populares. Acervo Lucia Camini.



Subida da rampa da SEDUC por ocasião da posse na SEDUC (02/01/1999). Acervo Lucia Camini.



Seminário Estadual de Resgate de Práticas Pedagógicas das Administrações e Organizações Populares Acervo Lucia Camini.



Encontro de Formação das Equipes das Coordenadorias Regionais de Educação (CRES) responsáveis pela Constituinte Escolar, com assessoria de Gaudêncio Frigotto. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Conferência Estadual da Constituinte Escolar no Araujo Viana, Porto Alegre, 2000. Acervo Lucia Camini.



Encontro do Governador com Coordenadores Regionais de Educação e equipes. Acervo Lucia Camini.



Seminário Regional Constituinte Escolar. Acervo Lucia Camini.



Seminário Estadual Movimento e Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA/RS). Acervo Lucia Camini.



Seminário Estadual de Educação Popular. Acervo Lucia Camini.



Visita do Governador Olívio Dutra e Dona Judite à SEDUC. Acervo Lucia Camini.



Visita à escola de Assentamento na região de Bagé. Acervo Lucia Camini



Inauguração de Escola em Bom Jesus da Serra. Acervo Lucia Camini.



Visita do Governador e Dona Judite à SEDUC em 04/01/1999 - início do governo Olívio. Acervo Lucia Camini.



Visita à Acampamento do MST (1999). Acervo Lucia Camini.



Olívio Dutra, Lucia Camini e Rosa Giovanoni (então Coordenadora Regional de Educação da 25ª CRE) na posse de diretores de escolas em 2000.



Olívio Dutra, Lucia Camini e Judite Dutra na posse de diretores de escolas em 2000.



Olívio Dutra cumprimenta Rosa Giovanoni (então Coordenadora Regional de Educação da 25ª CRE), observado por Lucia Camini, durante a posse de diretores de escolas em 2000.



Acervo pessoal de Ary Vanazzi.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O GOVERNO OLÍVIO DUTRA NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002)

ALBUQUERQUE, Beto e ROSSATO, Ricardo. *UERGS, uma trajetória vitoriosa: registros para a história*. Santa Maria: Biblos Editora, 2002. 239 pp.

CAMINI, Lucia. *Contradições e Avanços na Construção das Políticas Educacionais do Rio Grande do Sul (1999-2002)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 312 pp.

CAMINI, Lucia (org.). *Educação Pública de Qualidade Social. Conquistas e Desafios*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, 127 pp.

DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9555>. Acesso em 23.set.2025.

DUTRA, Olívio de Oliveira e BENEVIDES, Maria Victória. *Orçamento Participativo e Socialismo*. São Paulo: Editora Funda-



ção Perseu Abramo, 2001, 72 pp. Disponível para *download* em: <https://fpabramo.org.br/editora/livro/orcamento-participativo-e-socialismo/>. Acesso em 23.set.2025.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *Princípios e Diretrizes para a Educação Pública Estadual*. Porto Alegre: Corag, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). *Uma nova comunicação é possível – mídia, ética e política*. Porto Alegre: Evangraf, 2002, 142 pp.

KOUTZI, Flávio. “O Big Brother mora aqui”. In: GUARESCHI, Pedrinho (org.) *Uma nova comunicação é possível – mídia, ética e política*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

MARQUES, J. Luiz. *Rio Grande do Sul a vitória da esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1988, 144 pp.

MENDES, Valdelaine da Rosa. *Participação na definição de uma política educacional: mecanismo de controle público sobre as ações do governo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: USP, 2005, 291 pp.

PEREIRA, André Simas (org.). *25 anos Agricultura Familiar na Expointer: do desafio ao sucesso*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2024, 168 pp.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. “Caso FORD: Em Defesa do Interesse Público”. In: *Revista da PGE*, V.25 – Edição Especial. Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional. Porto Alegre, março 2002. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/06140827-caso-ford-livro.pdf>. Acesso em 23.set.2025.



PROGRAMA de Governo da Frente Popular - Olívio Dutra
Governador, Porto Alegre, 1998. Doc. digitado.

SANTOS, Graciele Mafalda. *O Orçamento Participativo Estadual construindo cidadania*. Porto Alegre, set. 2024. Doc. digitado.

SCHMIDT, Carlos e HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. *Os dois projetos contemporâneos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul*: relatório de pesquisa. Pesquisa financiada pela Fundação de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Porto Alegre, 2002, 112 pp.

SOARES, Laura Tavares. *Tempos de Desafios, a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. PARECER sobre o Contrato 014/98/STN. In: TORELLY, Paulo Peretti. *Constituição econômica e pacto federativo*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2015, p. 11-55.



